



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

CÉLIA MEDEIROS DANTAS

**REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte.**

**JOÃO PESSOA
2015**

CÉLIA MEDEIROS DANTAS

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, vinculado à linha de Pesquisa - *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação* como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edberto Ferneda

JOÃO PESSOA
2015

D192r Dantas, Célia Medeiros.

Representação da informação arquivística: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte / Célia Medeiros Dantas.- João Pessoa, 2015.

169f. : il.

Orientador: Edberto Femedo

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

1. Ciência da informação. 2. Arquivo Histórico Waldemar Duarte. 3. Padrões de metadados. 4. Representação descritiva da informação. 5. Representação temática da informação.

UFPB/BC

CDU: 02(043)

CÉLIA MEDEIROS DANTAS

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, vinculado à linha de Pesquisa - *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação* como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: ____/____/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edberto Ferneda
Orientador – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências- Campus de Marília.

Prof. Dr. Marckson Roberto F. de Sousa
Examinador Interno- Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação- UFPB

Prof^a. Dr.^a Eliete Correia dos Santos
Examinadora Externa- Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Dr.^a Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Suplente Interna - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação- UFPB

Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros
Suplente Externo- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB

Ao meu pai Heronides Adonias, *in memoriam*.
À minha mãe Maria do Céu, pela dedicação e amor
incondicional.

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe Maria do Céu, pela dedicação inigualável e que, apesar das dificuldades ao longo da vida, sempre primando pela educação, conduzindo ao crescimento intelectual e pessoal. Gostaria de agradecer também ao meu pai Heronides Adonias, *in memoriam*, pelo exemplo de pai de família.

Aos meus irmãos, José Paulo Dantas, Jackeline Dantas e Heronides Filho por sempre estarem ao meu lado.

Aos meus cunhados Heverton Oliveira e Kelly Fernandes, pela confiança e palavras de incentivo.

A Aristófanes Sobreira, meu namorado e companheiro das horas mais difíceis e mais alegres da minha vida. Você é meu porto seguro.

Aos colegas de turma do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, em especial a Flávio Córdula, Silvio Lucas e Williams Santos. Obrigada por tudo.

Aos meus amigos do mestrado, Suellen Galdino e Samuel Monteiro, por dividir minhas angústias, pelas conversas intermináveis, pelas gargalhadas, pelos abraços. Desejo felicidades em suas vidas e sucesso.

Ao meu amigo Hellosman de Oliveira, pelas conversas e reuniões.

Ao corpo docente do PPGCI, pelas contribuições quanto ao conhecimento adquirido nesses dois anos de estudo.

As minhas amigas Andressa Ferreira, Angélica Barreto e Kíssia Danielle, pelo companheirismo.

Ao meu orientador Edberto Ferneda pelos conselhos, por provocar a minha curiosidade, por ser capaz de me direcionar para a construção deste trabalho.

Aos demais componentes da banca, pelas sugestões apresentadas em minha qualificação e pelas contribuições realizadas na defesa. Agradeço todas as palavras.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Waldemar Duarte pela atenção dada e por permitir o acesso aos documentos necessários para este estudo.

Se não perseguires o que queres, nunca o terás. Se não perguntares, a resposta será sempre não. Se não deres um passo em frente, estarás sempre no mesmo lugar.

(Nora Roberts)

RESUMO

A informação é um dos insumos da sociedade e se evidencia uma preocupação acentuada quanto à sua captura, organização, armazenamento e disponibilização. Diante dessa realidade, o presente trabalho é motivado devido à representação da informação em documentos de caráter permanente na *Web*, uma vez que as informações neste meio possibilitam a recuperação informacional independentemente do tempo e espaço, tendo a participação do arquivista, enquanto mediador da informação. Por essa razão, esta pesquisa teve origem diante da percepção da relevância da documentação do Período Colonial armazenado no Arquivo Histórico Waldemar Duarte pertencente à Fundação Espaço Cultural da Paraíba- FUNESC. Nesse sentido, a pesquisa tem por objetivo a identificação de um padrão de metadados para a representação descritiva da informação dessa documentação. Especificamente visa descrever o contexto histórico do Arquivo Histórico Waldemar Duarte e identifica os procedimentos que representam seu acervo, bem como evidencia os elementos representativos na Ciência da Informação e Arquivologia. Posto isso, este trabalho tem classificação empírica, com a abordagem qualitativa e quantitativa, categoria descritiva, tendo como instrumento de coleta de dados a observação para averiguar o comportamento dos usuários e dos colaboradores do arquivo histórico, bem como a análise documental com base na investigação de 78 documentos referentes ao Período Colonial com vistas a adequar o padrão a esta amostra. A proposta nesta pesquisa é dada em dois pontos principais, sendo elas: Representação Descritiva da Informação e a Representação Temática da Informação. Na Representação Descritiva da Informação, foi delimitado um padrão de metadados com base na análise de três padrões, sendo dois padrões arquivísticos. A análise dos padrões deu-se diante da exclusão de metadados em comum, da comparação dos metadados com os dados encontrados no documento do Período Colonial e qual padrão apresenta maior cobertura para a representação descritiva para os documentos de caráter permanente. Para a proposta da Representação Temática da Informação, foram estabelecidos pontos que assentem para a criação de mecanismos de indexação, políticas de indexação, vocabulário controlado e resumos para a documentação do Período Colonial. Diante disso, percebe-se a necessidade dos poderes públicos em produzir iniciativas para a disseminação de seu acervo em ambiente *Web*, favorecendo assim o surgimento de novas pesquisas. A delimitação de um padrão de metadados contribuirá para a representação dos documentos do Período Colonial brasileiro, podendo ser expandido para a documentação dos demais períodos históricos armazenados no Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Palavras-chave: Arquivo Histórico Waldemar Duarte. Padrões de Metadados. Representação Descritiva da Informação. Representação Temática da Informação.

ABSTRACT

Information is one of the society's inputs and it highlights an increasing concern as to its retrieval, organization, storage and availability. Taking into account this reality, the current piece of research is motivated by the information representation in documents of permanent character on the web, once the information in this medium enables the information retrieval regardless of time and space, with the archivist's participation as a mediator of information. For this reason, this piece of research was derived from the perception of the relevance of the colonial period documentation stored in the Waldemar Duarte Historical Archive belonging to the Cultural Space Foundation of Paraíba (FUNESC). In this sense, this study aims to identify a metadata pattern for the descriptive representation of the information of this documentation. It intends, specifically, to describe the historical context of the Waldemar Duarte Historical Archive and it identifies the procedures that represent this archive as well as it highlights the representative elements in both the Information Science and the Archival Science. Hence, this piece of research has empirical classification, with qualitative and quantitative approach, descriptive category, having the observation as tool for data collection so as to analyze the behavior of the historical archive's users and collaborators as well as the documental analysis based on the research of 78 documents related to the Colonial Period in order to adapt the pattern to this sample. The purpose of this research is given in two main aspects: Descriptive Representation of Information and the Thematic Representation of Information. In the Descriptive Representation of Information, a metadata pattern was delimited based on the analysis of three patterns, being two archival patterns. The analysis of the patterns occurred due to the exclusion of common metadata, the comparison of metadata with the data found in the Colonial Period documentation and which pattern presents major coverage for the descriptive representation for the documents of permanent character. For the proposal of the Thematic Representation of Information, aspects that define the creation of indexation mechanisms, indexing policies, controlled vocabulary and abstracts were established for the Colonial Period documentation. Thus, the need for public powers is perceived while producing initiatives for the dissemination of their archives in a virtual environment favoring thus the emergence of new studies. The definition of a metadata pattern will contribute to the representation of documents from the Brazilian Colonial Period; this can be expanded for the documentation of the other historical periods stored in the Waldemar Duarte Historical Archive.

Keywords: Waldemar Duarte Historical Archive. Metadata Patterns. Descriptive Representation of Information. Thematic Representation of Information

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.....	56
Figura 2 - Trecho do Bairro de Tambaú, em encontro com a Avenida Epitácio Pessoa, 1935.....	57
Figura 3 - Documento degradado.....	59
Figura 4 - Divergência entre as transcrições	63
Figura 5 - Trecho de transcrição datilografada e manuscrita com ausência de palavras.	64
Figura 6 - Documento indexado com apenas dois termos.....	136
Figura 7 - Documento do período colonial sobre solicitação de libertação de militar.....	138
Figura 8 - Documento que facilita a elaboração de resumo.	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Verificação de Transcrição dos Documentos do Período Colonial	62
Quadro 2 - Contagem de Transcrições sem os Originais	65
Quadro 3 - Semelhança entre os campos MARC e EAD.....	87
Quadro 4 - Campos em comum nos três padrões.....	121
Quadro 5 - Descrição documento 1 Padrão Dublin Core.....	126
Quadro 6 - Descrição documento 1 Padrão EAD	127
Quadro 7 - Descrição documento 1 Padrão e-ARQ Brasil	128
Quadro 8 - Descrição documento 2 Padrão Dublin Core.....	129
Quadro 9 - Descrição documento 2 Padrão EAD	130
Quadro 10 - Descrição documento 2 Padrão e-ARQ Brasil	131

LISTA DE SIGLAS

AACR2	<i>Anglo-American Cataloguing Rules</i>
AHWD	Arquivo Histórico Waldemar Duarte
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
CDS/CIA	Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos
CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CIMI	<i>Consortium for the Interchange of Museum Information</i>
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
Dublin Core	<i>Dublin Core Metadata Element Set</i>
EAD	<i>Encoded Archival Description</i>
e-ARQ Brasil	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
FGDC	<i>Federal Geographic Data Committee</i>
FUNESC	Fundação Espaço Cultural da Paraíba
GILS	<i>Government Information Locator Service</i>
ICACDS	<i>International Council on Archives Committee on Descriptive Standards</i>
ISBD	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
LCSH	<i>Library of Congress Subject Headings</i>
MARC	<i>Machine Readable Card</i>
MCF	<i>Meta Content Format</i>
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
RDF	<i>Resource Description Framework</i>
SAIF	<i>Spatial Archive and Interchange Format</i>
SIGAD	Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
TTD	Tabela de Temporalidade Documental
TTI	Tratamento Temático da Informação
TEI	<i>Text Encoding Initiative</i>
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	18
1.2	JUSTIFICATIVA.....	20
1.3	OBJETIVOS	21
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA	22
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	25
2	ARQUIVOLOGIA: O PERCURSO DE SUAS ATIVIDADES.....	27
2.1	ARQUIVO E SUA HISTÓRIA	27
2.2	ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS	29
2.3	INFORMAÇÃO: OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA	40
2.4	ARQUIVO COMO LOCAL DE MEMÓRIA	48
3	ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR DUARTE.....	56
3.1	DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR DUARTE	57
3.1.1	Documentação do Período Colonial.....	61
4	REPRESENTAÇÃO DESCRIPTIVA DA INFORMAÇÃO.....	67
4.1	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS.....	68
4.2	METADADOS.....	76
4.2.1	Padrões de Metadados	79
4.2.1.1	Padrões de Metadados Arquivísticos	85
5	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: indexação e resumo.....	93
5.1	INDEXAÇÃO	94
5.1.1	Políticas de Indexação	104
5.2	VOCABULÁRIO CONTROLADO	110
5.3	RESUMOS	114
6	PROPOSTA PARA O ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR DUARTE.....	118
6.1	REPRESENTAÇÃO DESCRIPTIVA DA INFORMAÇÃO	119
6.1.1	Padrões de Metadados	119
6.2	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO.....	133
6.2.1	Indexação	134
6.2.2	Políticas de Indexação	139
6.2.3	Vocabulário Controlado	142

6.2.4	Resumos.....	145
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	155
	ANEXOS	163

1 INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade, a informação proporcionou ao ser humano o aprimoramento de técnicas de sobrevivência e formas de comunicação, sejam com a escrita ou com as demais formas de expressão de pensamentos/visões. Fatos que, a princípio, se tornam insignificantes se comparados com a evolução atual, porém provocaram um impacto considerável no mundo. Com o passar do tempo, a informação passou a ser utilizada com diversos interesses voltados objetivamente ao aperfeiçoamento, diferenciação e valoração das atividades industriais.

Alguns eventos históricos como a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial demonstraram a preocupação e o interesse na preservação dos documentos, e como as informações podem ser aplicadas em diversas finalidades e produzidas em diferentes escalas, possibilitando o desenvolvimento de costumes, hábitos, princípios, valores, leis e padrões que formam uma sociedade. Nesse contexto, houve duas invenções que potencializaram a evolução da humanidade no meio técnico, científico e cultural: o surgimento da imprensa, por volta do século XV, permitindo maior acesso às informações, favorecendo sua difusão e democratização; e a informática contribuindo para a disseminação da informação em grande escala e de forma rápida (PAES, 2004).

É dispensável arrolar aqui as inúmeras modificações introduzidas no cotidiano das pessoas em decorrência dessas descobertas e seus desdobramentos tecnológicos, desenvolvidos num ritmo cada vez mais acelerado. Sobre a aplicação/modificação de estruturas entre informação e tecnologia, é preciso ressaltar que a primeira característica do paradigma atual é o fato de a informação não apenas atuar sob a tecnologia, mas como esta age sob a informação, o que não ocorria antigamente. Pois, a tecnologia é uma condição subsidiária da informação e que, portanto, a informação não sofria intervenção intencional e racional das tecnologias (CASTELLS, 1999).

Na atualidade, a informação deixa de ser compreendida apenas como elemento armazenável e recuperável e passa a ser um modificador da consciência humana, dando existência ao conhecimento. Além disso, a informação garante a evolução tecnológica na qual, dentre os mais significativos inventos, está o computador (BARRETO, 1998). Este, por conseguinte, está cada vez miniaturizado, proporcionando uma agilidade para as tomadas de decisões cotidianas nas atividades profissionais, acadêmicas ou que, de alguma forma,

interferem na convivência humana e desenvolvimento social. Para tanto, Mattos (2010, p. 7) esclarece que “precisamos de mais compreensão e de melhores ferramentas para lidar com essa oferta cada vez maior de informações”.

Esses fenômenos da modernidade – velocidade *versus* avanços tecnológicos – invadiram o universo daqueles que têm a informação como matéria-prima para seu desempenho profissional cotidiano, entre os quais estão inseridos os arquivistas. Essa nova realidade incita inúmeras questões no espírito curioso e criativo desses profissionais e muitas delas ainda sem respostas, não só sobre o papel, por exemplo, dos arquivos em face dos desafios tecnológicos do mundo contemporâneo, como também sobre o perfil do profissional capaz de mediar as informações em meio eletrônico ou não, com vista em disponibilizá-los para os usuários.

A arquivística lida diretamente com as informações produzidas e recebidas pelas instituições e/ou pessoas durante o decurso de suas atividades e compete ao profissional de arquivo às funções de gestor, difusor e preservador das informações independentemente de seu suporte, bem como ele é responsável pelos cuidados quanto a fatores físicos, químicos e biológicos que porventura alterem ou deteriorem o suporte informacional. Seu encargo pode ser considerado ainda maior em face aos riscos de perda de informações, em virtude das fragilidades dos suportes, da falta de padronizações de equipamentos que permitam a recuperação das informações no futuro e, sobretudo, do desconhecimento por parte daqueles que criam esses novos documentos, do valor que os mesmos representam para a história e o funcionamento das organizações.

Concomitantemente, os ambientes informacionais, sejam os ditos tradicionais (arquivos e bibliotecas, por exemplo) ou os digitais (*sites* específicos ou a *internet* de um modo geral), disponibilizam informações que podem ser relevantes ou não para seus usuários. Assim, em certas situações o usuário pode se sentir frustrado por perceber que suas necessidades não foram atendidas. No decorrer dos tempos, com a inserção das tecnologias, tem-se acelerado o ciclo da produção de documentos, exigindo do arquivista um olhar apurado para os procedimentos de gestão da informação e para aqueles documentos de caráter permanente, a preocupação sobre a representação da informação com vista a uma recuperação futura.

Caso a representação da informação informatizada seja inadequadamente aplicada, poderá ser responsável pelo desaparecimento de registros e, consequentemente, provocar riscos à integridade dos acervos arquivísticos. Por essa razão, alguns centros de informação

têm apresentado certa resistência para a introdução de componentes tecnológicos para as atividades corriqueiras. Nesse sentido, Veloso (2011, p. 65) afirma que

É possível notar certa resistência em relação ao uso das TICs por parte de alguns profissionais. Muitas vezes, a resistência refere-se à incompreensão da importância deste recurso para o trabalho, entendendo que tal recurso não teria qualquer utilidade para o desenvolvimento das atividades profissionais.

Percebe-se, então, um acréscimo gradativo nas produções acadêmicas em Ciência da Informação e da Computação envolvendo a problemática do excesso informacional e sua respectiva organização, principalmente no que concerne à recuperação e representação da informação na *Web*. Assim, os colaboradores das empresas e instituições responsáveis pela manutenção dos arquivos devem estar a par das preocupações em torno da representação da informação como forma eficiente de recuperar e transmitir as informações.

Por essa razão, Novellino (1998, p. 137) enfatiza que a representação da informação é “um processo primeiro da transferência da informação e necessário para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação”. O problema existente quanto à representação é que, na perspectiva tradicionalista, ele é investigado de forma isolada o que pode provocar a imagem que a representação se caracteriza unicamente como um processo de comunicação (NOVELLINO, 1998).

Visando estudar e solucionar as problemáticas informacionais na atualidade que não dizem respeito apenas às informações inseridas nos suportes tradicionais, mas também ao meio eletrônico, a Ciência da Informação analisa seu objeto de investigação isoladamente ou não, fazendo uso de aporte teórico de outras áreas. Sendo assim, Le Coadic (2004, p. 17-18) ainda revela que,

Da mesma forma, a sociedade da informação necessita de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso. De fato, sob a tríplice influência do:

- Desenvolvimento da produção e das necessidades de informações (desenvolvimento das atividades científicas, desenvolvimento de uma cultura científica e técnica de massa, demanda de informações);
- Advento do novo setor das indústrias da informação (produtores e servidores de bancos de informações, satélites e redes de telecomunicações, sítios e portais da internet, grandes museus e bibliotecas (as “catedrais” do século XX), turismo cultural);
- E com o advento das tecnologias eletrônicas (análogicas ou digitais) e fotônicas da informação (microcomputadores, quiosques interativos, discos laser, fibras ópticas, dispositivos multimídia, videodiscos, informática de gestão de acervos, etc.), as bibliotecas, centros de documentação, museus e

instituições culturais, em geral, não podem mais ser apenas depósitos de livros, documentos, objetos e artefatos.

É imprescindível dar o devido valor às ciências que contribuem para a disponibilização e o tratamento das informações. A Ciência da Informação, por exemplo, destrincha em sua doutrina discussões que proporcionam a segurança e a disseminação de seu objeto de estudo, a informação sendo tal ciência admitida como uma área interdisciplinar.

A pesquisa interdisciplinar engloba ordenadamente métodos e conhecimentos de diversas áreas para resolver uma determinada indagação (problema ou questão) (HOLLAND, 2008). Nesse aspecto, este estudo se fundamenta teoricamente através da Arquivologia e Ciência da Informação como forma de subsidiar a representação informacional aduzindo a discussão sobre padrão de metadados para descrição da documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte no período colonial.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Quando uma nova informação ou um novo fato surgem diante do sujeito, deve-se, para gravá-lo, construir uma representação dele. No momento em que criamos, esta representação encontra-se em estado de intensa ativação no núcleo do sistema cognitivo, ou seja, está em nossa zona de atenção, ou muito próxima a esta zona. Não temos, portanto, nenhuma dificuldade em encontrá-la instantaneamente. O problema da memória de longo prazo é o seguinte: como encontrar um fato, uma proposição ou uma imagem que se achem muito longe de nossa zona de atenção, uma informação que há muito tempo não esteja em estado ativo? (LÉVY, 1993, p. 79).

A explosão informacional ocorrida no período entre guerras modificou as estruturas informacionais tradicionais e, consequentemente, a forma de representação que os sujeitos comumente utilizavam. Nos últimos séculos, mais especificamente nos séculos XX e XXI, a organização dos seres humanos quanto ao meio em que vivem se tornaram consistente e adaptativas tendo em vista a gradativa atuação das tecnologias. No que remete à produção documental Paes (2004, p. 53) afirma que

Em meados do século XX, principalmente a partir da II Guerra Mundial, em decorrência do progresso científico e tecnológico alcançado pela

humanidade, a produção de documentos cresceu a níveis tão elevados que superou a capacidade de controle e organização das instituições, as quais se viram forçadas a buscar novas soluções para gerir as grandes massas documentais acumuladas nos arquivos.

Acerca deste pensamento de Paes, a criação e transmissão das informações destrinchavam um olhar apurado quanto às técnicas de organização e armazenamento informacional. Ademais, o grande volume informacional produzido e recebido necessitou de uma maior quantidade de pessoas nos procedimentos de armazenamento e transmissão. Era de se esperar que após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, as tecnologias antes utilizadas com a finalidade de batalha passassem a possuir outros objetivos.

A informação também obteve o mesmo viés, e se outrora a escassez informacional era um empecilho, hoje a questão chave está na produção desenfreada de informação (MATTOS, 2010). Logo, não basta obter a informação, mas sim possibilitar sua recuperação sempre que desejada necessitando a criação e aperfeiçoamento de elementos que proporcionem a captura, a organização, o armazenamento e a sua disponibilização assim que ela seja solicitada. Desse modo, Mattos (2010, p. 3, *grifo do autor*) enfatiza:

Há o velho ditado de que **informação é poder**. O velho ditado não persiste, informação não é mais poder. Quem tem a maior quantidade de informação? Os bibliotecários, eu suponho; e eles não são o grupo de pessoas mais poderosas do mundo, com certeza. Podia ser verdade há muitos séculos, quando a informação era extremamente controlada. Mas hoje, não corresponde à realidade. **Compreensão é poder**.

Posto isso, não faz mais sentido determinar a informação como elemento de poder. Na verdade, o que torna as pessoas diferentes na contemporaneidade é a capacidade de assimilação e transformação dessa informação em conhecimento. Somando a este pensamento, Lyotard (1986, p. 5) relata que a informação como mercadoria é “indispensável ao poder produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder”. De fato, o saber não apenas no sentido de entender a mensagem, mas quando e como a informação deve e pode ser utilizada para o benefício corporativo, por exemplo.

Assim, o homem adquiriu um novo olhar para a aplicação informacional tendo por base tais tecnologias, proporcionando rapidez nas tomadas de decisões cotidianas. Para tanto, adentrar na questão de captura, guarda e recuperação informacional por meio de um computador conectado à *internet* sempre requer uma preocupação e uma responsabilidade por parte dos desenvolvedores dos sistemas.

Uma das principais características das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é a de potencializar o registro, produção e recuperação de dados e informação. Nos dias atuais, a TIC é uma *commodity*, tendo os sujeitos o conhecimento mínimo de informática em seus currículos para o desempenho eficiente das atividades do dia a dia seja no âmbito acadêmico, laboral ou pessoal. A TIC também se apresenta como elemento potencializador do trabalho em três aspectos: Agilizar o trabalho e dinamização do atendimento, a organização e o tratamento dos dados, assim como o uso de redes e da *internet* (VELOSO, 2011).

Contudo, como proporcionar a recuperação eficiente da informação diante das tecnologias atuais? Esta é uma preocupação indispensável para os profissionais da informação tendo em vista que tais profissionais lidam com os anseios informacionais dos usuários. Então, como determinar um padrão de metadados que subsidie na representação/disponibilização da informação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte? Tendo em vista esse cenário, estabelece-se como questão central do estudo a seguinte indagação: **A definição de um padrão de metadados contribuirá para a representação dos documentos do período colonial brasileiro localizado no Arquivo Histórico Waldemar Duarte?**

1.2 JUSTIFICATIVA

A proposta deste trabalho surgiu diante de pesquisas anteriores realizadas no próprio arquivo, permitindo a percepção da relevância do Arquivo Histórico Waldemar Duarte e sua documentação tendo em vista que tal arquivo foi inaugurado no dia 2 de junho de 1987 reunindo documentos do Período Colonial, Imperial e da República brasileira segmentada em diversas espécies e tipologias documentais e sendo um local com a presença constante de pesquisadores. Dessa forma, para alguns usuários a visita *in loco* se torna inviável tendo a função deste estudo contribuir para a diminuição dessas fronteiras que impedem o acesso à informação.

Outro fator motivador para a pesquisa é a fragilidade da documentação do Período Colonial, uma vez que esses documentos são constituídos com tinta ferrogálica. Nessa conjuntura, a ideia deste estudo é reduzir a manipulação dos documentos físicos sem impedir o acesso às informações contidas nos mesmos, ou que os usuários tenham certeza de quais documentos são relevantes para as suas pesquisas antes de terem o acesso aos documentos

físicos, quando o contato dos documentos físicos forem imprescindíveis para a investigação do pesquisador.

Além disso, o Padrão de Metadados delimitado dará um suporte na busca informacional a ser realizada pelos visitantes do Arquivo Histórico, haja vista que através dos metadados, os usuários visualizarão informações descritivas do documento tais como a atribuição do título, autor(es) do documento, descrição física e de seu conteúdo, não dependendo apenas das transcrições existentes ou da leitura atenta aos documentos para o feito.

Sendo assim, o fascínio de possíveis descobertas no arquivo e o ato de explicitá-las são o que motiva a realização da pesquisa, pois o arquivo histórico armazena em seu acervo muito mais do que meros papéis, fotografias ou outros componentes: armazenam a identidade de uma sociedade fincada em um dado período histórico em aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos.

No âmbito da Ciência da Informação e Arquivologia, este estudo possibilita compreender a visão destas ciências perante as tecnologias, em especial, a representação da informação através dos padrões de metadados. Por este motivo, este estudo verifica o padrão de metadados já existente, visando contribuir para a representação da documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte e apresentando pontos relevantes para o debate da disponibilização de documentos de caráter permanente com o intuito de disseminar a história da Paraíba de acordo com a visão da Ciência da Informação e da Arquivologia.

1.3 OBJETIVOS

Para a concretização desta pesquisa, apresenta-se como objetivo geral selecionar um padrão de metadados capaz de representar a documentação do Período Colonial do Arquivo Histórico Waldemar Duarte. A seleção do padrão de metadados é dada com base na investigação dos principais pontos de acesso existentes nos 78 documentos analisados em consonância com a forma em que os usuários do arquivo buscam suas informações.

Com o propósito de alcançar o objetivo geral, postulam-se como objetivos específicos: descrever o contexto histórico do Arquivo Waldemar Duarte e identificar os procedimentos que representam seu acervo; evidenciar os elementos representativos na Ciência da Informação e Arquivologia.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo tem como foco principal delinear elementos que auxiliem a representação da informação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte (AHWD). Em linhas gerais, são apresentados dados que qualifiquem as informações coletadas, uma vez que o perfil dos usuários no AHWD é diversificado e que se faz necessário que pesquisas futuras apresentem com clareza os perfis e as ânsias informacionais existentes, pois o Arquivo Waldemar Duarte possui variedade de gêneros, espécies e tipologias documentais.

Nessa direção, este trabalho optou por iniciar as investigações a partir do gênero textual por se tratar do gênero que corresponde à maior parcela documental e, por essa razão, espera-se que o padrão de metadados represente eficientemente essa parcela de gênero documental independentemente da espécie e tipologia em que se encontre o documento.

Por sua vez, a delimitação de 78 documentos condizentes à época do Brasil Colônia é motivada por se tratar de um acervo que, devido aos anos de manipulação e acondicionamento inadequado, favoreceu o desgaste gradativo do suporte informacional, tendo esta pesquisa à função de reduzir a manipulação desordenada dos documentos sem impedir o acesso ao seu conteúdo informacional.

O Arquivo Histórico Waldemar Duarte possui 465 documentos do Período Colonial, sendo que desses, 144 apresentam transcrições datilografadas e manuscritas. Desse total de 144 documentos, foram selecionados 78 documentos, uma vez que foram utilizadas as transcrições para auxiliarem na representação dos documentos originais e que, portanto, não haveria a possibilidade de confrontar todos os documentos transcritos, dado a incerteza do conteúdo informacional dos documentos originais (palavras ilegíveis).

Esta pesquisa tem sua classificação empírica, por se tratar de um estudo que parte de uma perspectiva estabelecida em campo, ou seja, um estudo realizado no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, com o objetivo na delimitação do padrão de metadados já existente para a representação da documentação do período colonial.

Para a abordagem, utiliza-se a pesquisa qualitativa em que “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2004, p. 14).

Ainda no que concerne à pesquisa qualitativa, Minayo et al (1994, p. 21-22) revelam que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Portanto, a pesquisa quantitativa utiliza dados que necessitam de cálculos, elementos estatísticos, enquanto que a pesquisa qualitativa visa trabalhar com dados profundos sobre uma natureza ou fenômeno das ações humanas e que, por este motivo, não são mensuráveis em componentes estatísticos ou em qualquer outro elemento numérico. Logo, esta pesquisa é caracterizada por dados que não necessitam de mensuração.

Quanto ao tipo de pesquisa, delimita-se em descritivo no qual é o “procedimento que visa, como o termo indica, descrever e caracterizar fenômenos e populações, estabelecendo relações entre variáveis intervenientes e fatos” (MARQUES et al, 2006, p. 52). O estabelecimento deste tipo de pesquisa se deu devido à conveniência de buscar conhecer as necessidades informacionais por parte dos pesquisadores para elencar fundamentos que assentem para o delineamento dos metadados para o Arquivo Waldemar Duarte em consonância com o estudo realizado nos documentos.

O universo a ser estudado é a documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte referente à época do Brasil Colônia, sendo o referenciado arquivo localizado na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC) na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. Em nível de explicitação, caracteriza-se como universo um “conjunto de elementos para os quais desejamos que as conclusões da pesquisa sejam válidas, com a restrição de que esses elementos possam ser observados ou mensurados sob as mesmas condições” (BARBETTA, 2008, p. 41).

Para a pesquisa, a amostragem definiu-se como sendo não probabilística também conhecida como amostragem não aleatória que, conforme Marconi e Lakatos (1996, p. 47), é caracterizada por permitir que

O pesquisador não se dirige, portanto, à “massa”, isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade.

A amostra, do ponto de vista teórico, é

uma parte da população, selecionada de acordo com uma regra ou plano. O mais importante, ao selecioná-la, é seguir determinados procedimentos, que nos garantam ser ela representação adequada da população, donde foi retirada, dando-nos assim confiança de generalizar para o universo o que nela for observado (RUDIO, 1986, p. 60).

Logo, a amostra provém do universo no qual sua análise possibilita uma investigação detalhada sobre os fenômenos ocorridos em um dado universo. Por esta razão, nesta pesquisa, a amostra se delimita a 78 documentos originais da época do Brasil Colônia e suas respectivas transcrições (datilografadas e manuscritas), através da amostra aleatória simples.

O instrumento que auxilia na elaboração deste estudo será a observação. Para Laville e Dionne (1999, p. 176), a observação

revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas. Sem alongar inutilmente essa lista, convenhamos que, em nossas atividades diárias, não há quase exemplos que não deixem espaço à observação.

A principal vantagem da utilização deste instrumento é justamente a possibilidade de percepção dos fenômenos sem a interferência de outros componentes (GIL, 2006). Ressalva-se que a observação será delimitada como observação livre que, de acordo com Triviños (2007, p. 152),

[...] satisfaz as necessidades principais da pesquisa qualitativa, como, por exemplo, a relevância do sujeito, neste caso, da prática manifesta do mesmo e ausência total ou parcial, de estabelecimento de pré-categorias para compreender o fenômeno que se observa.

Portanto, a observação possibilita a captura de informações em seu ambiente natural analisando tanto os fatos quanto os fenômenos permitindo ao pesquisador uma análise mais aprofundada dos acontecimentos além da percepção de informações que não são coletadas com os demais instrumentos de coleta de dados. Por mais que a observação seja definida como livre, necessita-se de um mínimo de rigor para a sua aplicação e sua posterior análise.

A observação permite capturar informações tais como a forma de acondicionamento da documentação, como os usuários manipulam os documentos disponibilizados para suas pesquisas, quais são os pontos de acesso para as informações necessitadas (por data, por assunto, por gênero, etc.) e como ocorre a representação da informação desses documentos.

Ademais, este estudo propõe utilizar a análise documentária. Assim sendo, a análise documentária caracteriza-se pelo fato de que a “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATTOS, 2008, p. 48-49).

A pesquisa documental é assinalada como um material “bruto” em que o pesquisador estabelecerá procedimentos de análise sobre o conteúdo apresentado no mesmo (SEVERINO, 2007). Esse estudo faz-se necessário pelo fato de verificar como se configura o documento e averiguar elementos (produtor do documento, local, assunto) contidos nele que contribuam para a definição do padrão de metadados para a documentação do Período Colonial.

Além disso, na análise documentária verificaram-se os possíveis pontos de acesso utilizados pelos usuários com vistas à recuperação da informação desejada. A análise deu-se tanto nos documentos originais quanto em suas transcrições, possibilitando ao pesquisador verificar a eficiência das transcrições para os usuários, bem como servindo de suporte para atentar na delimitação do padrão de metadados.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo faz uma breve introdução do assunto tratado nesta pesquisa através da introdução, tais como a justificativa, a problematização, os procedimentos metodológicos norteadores e os objetivos.

O segundo capítulo trata, especificamente, sobre o arquivo abarcando seu surgimento, as atividades desempenhadas pelo arquivista durante o ciclo de vida documental (fase corrente, intermediária e permanente), bem como evidencia sobre os princípios que regem a Arquivologia enquanto ciência, além de explanar sobre a informação como objeto de estudo da Arquivologia e Ciência da Informação, fazendo uma menção sobre arquivo, enquanto local de memória.

No terceiro capítulo, são explanadas informações sobre o Arquivo Histórico Waldemar Duarte, trazendo um breve histórico da instituição, informações sobre o arquivo e a sua documentação, em especial os documentos do Período Colonial.

No quarto capítulo, trata-se sobre a representação descritiva da informação, em especial no contexto dos arquivos, trazendo autores da área para discutir sobre pontos

indispensáveis para a organização das instituições de arquivos, assim como no ambiente tecnológico, com o auxílio dos padrões de metadados, principalmente aqueles elaborados especificamente para os documentos de arquivo.

No quinto capítulo, são apresentadas as discussões envolvendo a representação temática da informação arquivística, dentre elas a indexação e a construção de resumos como forma de representação e como o vocabulário controlado e as políticas de indexação contribuem para a representação eficiente da informação no contexto arquivístico.

O sexto capítulo trata da proposta para a realidade do Arquivo Histórico Waldemar Duarte englobando contribuições para o padrão de metadados, políticas de indexação e para a construção e aplicação do vocabulário controlado e resumos.

Já o último capítulo destina-se às considerações finais, fazendo uma explanação sobre as questões levantadas no decorrer da pesquisa, as dificuldades encontradas no decurso das investigações e a postulação de temas que potencializam para pesquisas futuras.

2 ARQUIVOLOGIA: O PERCURSO DE SUAS ATIVIDADES

Desde o surgimento da Arquivologia até a Era denominada Custodial, o que se primava era o documento, ou seja, a junção de suporte mais conteúdo informacional nele exposto. Com as modificações ocorridas no mundo e principalmente nas configurações dos documentos, exigiu-se a incorporação de novos critérios para admiti-los de cunho arquivístico nascendo, assim, a Era Pós-custodial em que a Arquivologia apresenta como objeto de estudo as problemáticas que envolvem a informação arquivística.

Pretendendo compreender os arquivos e as atividades desempenhadas, esse capítulo relata informações sobre a origem dos arquivos, sua constituição enquanto ciência denominada de Arquivologia, as atividades exercidas nos ambientes de arquivo, a informação enquanto objeto seu de estudo assim como da Ciência da Informação e, por fim, faz-se uma associação do arquivo principalmente os de caráter permanente, como local de memória tanto da instituição produtora e recebedora do documento, bem como dos sujeitos direto ou indiretamente envolvidos.

A explanação desses envoltos tem como finalidade embasar sobre a criação dos arquivos, sua consolidação como ciência produzindo, neste sentido, discussões envolvendo a produção, difusão, gerenciamento, componentes de guarda permanente e/ou eliminação segura da informação, além de evidenciar a complexa atividade laboral dos profissionais da informação, considerando-se as particularidades dos acervos arquivísticos.

2.1 ARQUIVO E SUA HISTÓRIA

Baseado em Castro et al (1988) e Schellenberg (2006), os arquivos, enquanto instituições, surgem por volta do século V e IV a.C.. Nesse sentido, Castro et al (1988, p. 31) constatam que “os atenienses guardavam seus documentos de valor, no Templo da Mãe dos Deuses – Metroon – junto à Corte de Justiça, na praça pública de Atenas – Grécia – até o século III, era cristã”. Esses documentos armazenados no templo diziam respeito aos tratados, às leis, às minutas geradas a partir de assembleias populares, ou seja, documentos de cunho

oficial que retratavam e/ou legitimavam as ações dos funcionários de Estado sobre a sociedade.

Entretanto, os impactos quanto à organização e o próprio valor do documento se deram, sem dúvidas, na Idade Moderna, principalmente nas intervenções realizadas nos arquivos dos Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Com efeito, Paes (2004, p. 19) esclarece que

As definições antigas acentuavam o aspecto legal dos arquivos, como depósitos de documentos e papéis de qualquer espécie, tendo sempre relação com os direitos das instituições ou indivíduos. Os documentos serviam apenas para estabelecer ou reivindicar direitos. Quando não atendiam mais a esta exigência, eram transferidos para museus e bibliotecas. Surgiu daí a idéia de arquivo administrativo e arquivo histórico.

Diante disso, havia dificuldade em estabelecer os limites entre as funções desempenhadas entre os arquivos, bibliotecas e museus uma vez que esses incorporavam posteriormente em um mesmo local para o armazenamento de seus acervos. Com a distinção dos locais de armazenamento, foi possível desenvolver e estabelecer métodos de organização de acordo com as especificidades de cada objeto de estudo delineado e, no caso da Arquivologia, a atribuição do valor ao documento (probatório, informativo, etc.).

Além desses, Castro (2008, p. 20) atenta para a valoração emocional que

tem a capacidade de tornar real o passado. Neste sentido, o objeto físico preservado – e não apenas seu conteúdo textual ou visual, que podem ser transcritos ou copiados em outros suportes – tem função semelhante à que Lévi-Strauss atribuiu aos *churinga*, objetos de culto de um antepassado. Tal como nossos documentos e objetos “históricos”, eles dão existência física à história, encarnam a qualidade íntima do acontecimento, põe a quem os consultam em contato com a pura historicidade. Por isso, a preservação do artefato para a posteridade torna-se importante.

Esses valores são levados em conta para determinar o prazo de guarda em cada idade arquivística (corrente, intermediário, permanente) ou eliminação, depois de finalizado o prazo de guarda no arquivo intermediário. De início, os documentos, mesmo aqueles caracterizados como patrimônio, revelavam as atividades corriqueiras única e exclusivamente das classes dominantes como forma de reafirmação de uma identidade única e indivisível. Todavia, diante de algumas intervenções e conscientização, percebeu-se e evidenciou-se a diversidade cultural existente no Brasil. Nesse sentido, Castro (2008, p. 17) ressalta que

A constatação das diferenças, diversidades e contradições existentes nas sociedades contemporâneas não deve, no entanto, minimizar a persistência de construções culturais englobantes, como as associadas à idéia de *nação*. É nesse terreno histórico e socialmente configurado, permeado por tensões de diversas ordens, que se tomam decisões a respeito de qual patrimônio deve-se preservar, como deve-se preservar, e para quem.

Consequentemente, a essas intervenções houve um crescente sentimento de pertencimento, mesmo diante das culturas africanas e indígenas, e uma nova interpretação das manifestações culturais, sociais, econômicas e políticas. Em consonância com esse novo pensamento, encontra-se o Arquivo Histórico Waldemar Duarte que, diante da conscientização de seus funcionários e demais colaboradores, permitem sem discriminação, o acesso aos documentos solicitados pelos pesquisadores e usuários de um modo geral.

Silva et al (1998, p. 25) retratam que

adquirir, armazenar e recuperar informação são, em *stricto sensu*, as três funções fundamentais dos sistemas e serviços relacionados com o tratamento da informação, designadamente as Bibliotecas, Centros de Documentação ou Serviços de Informação e os Arquivos.

Aprofundando sobre esse pensamento, Bellotto (2006) comenta que os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e os museus têm o dever de recuperar as informações necessitadas com vista em favorecer as produções científicas, tecnológicas, sociais e culturais, assim como contribuir para o testemunho histórico e jurídico. Nesse sentido, os profissionais da informação devem estar à frente das discussões técnico-científicas tencionando utilizar a forma adequada para a produção de instrumentos de pesquisa e o tratamento documental para os usuários.

2.2 ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS

De forma sucinta, Castro et al (1988, p. 14) informam que “os arquivos são a razão de ser da própria entidade, fonte permanente de informação”. De fato, é através dos arquivos que são armazenadas as informações provindas das atividades cotidianas das instituições e que sem o devido cuidado, pode ocorrer perda documental e provocar a descaracterização do acervo. Nesse viés, como bem adverte Bellotto (2008, p. 16),

Os documentos arquivísticos formam conjuntos internamente inseparáveis correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento de uma entidade pública ou privada (ou pessoa física) no exercício de suas funções. Esses arquivos, após o cumprimento das razões pelas quais foram criados, e eliminados os documentos rotineiros de interesse puramente temporal e circunstancial, passam a integrar os acervos dos arquivos permanentes ou históricos, devidamente separados – material ou virtualmente – em fundos de arquivo.

Por conseguinte, como forma sistêmica, os arquivistas seguem critérios para ordenar seu acervo documental. A primeira delas corresponde a estabelecer o fundo, séries, subséries. *A posteriori*, desmembrar o arquivo em três fases da vida documental. A primeira fase é denominada como corrente e é delimitada por se tratar de documentos com valor primário e que obtêm constantes consultas principalmente por aqueles ligados ao setor administrativo da instituição produtora/recebadora do documento. Corroborando esta visão, Castro (2008, p. 30) explana que nesta fase

o indivíduo, grupo ou a organização “titular” dos documentos (isto é, que tem o direito de acumulá-los ou descartá-los em primeira instância) tem papel fundamental em determinar o que será considerado de interesse arquivístico e salvo para a posteridade, ou aquilo que será descartado.

Além disso, os critérios para definir o que vem a ser relevante para a instituição ou para o patrono do documento, diante de novos parâmetros estabelecidos, geram também a necessidade de redefinir o papel da preservação e da organização (CASTRO, 2008). Nessa primeira fase, Castro et al (2007) atentam que para a organização desta fase são estabelecidos 6 passos.

O primeiro passo diz respeito à aplicação do Código de Classificação de Documentos. É por meio dele que há a categorização da documentação produzida e/ou recebida nas instituições, com o intuito de auxiliar na identificação daqueles documentos que serão eliminados. Nessa conjuntura, a classificação delineia a forma de entradas e quais formas de referência cruzadas serão incorporadas (PAES, 2004).

A segunda fase destina-se na aplicação da Tabela de Temporalidade Documental (TTD). A Tabela de Temporalidade nada mais é que uma relação a qual determina o prazo para a destinação final do documento, seja para a eliminação ou para a guarda permanente, sendo a referida tabela estabelecida através de uma comissão composta preferencialmente por pessoas de diversas áreas. Os documentos que foram selecionados para a eliminação serão

identificados na Listagem de Eliminação, sendo esta a terceira etapa. De acordo com Castro et al (2007, p. 51), a Listagem de Eliminação deve conter:

Cabeçalho contendo a identificação do órgão ou entidade e da unidade/setor responsável pela eliminação, o título e o número da listagem e o número da folha;

Quadro contendo os seguintes campos:

Código do assunto ou, caso não tenha esta informação, o número de ordem dos itens documentais listados;

Assunto/série, correspondente aos conjuntos documentais a serem eliminados;

Datas-limite de cada conjunto documental citado na alínea anterior;

Quantidade e especificação das unidades de arquivamento a serem eliminadas em cada conjunto documental;

Observações complementares úteis ao esclarecimento das informações contidas nos demais campos.

Rodapé contendo local e data, nome, cargo e assinatura do titular da unidade/setor responsável pela seleção, do Presidente da Comissão Permanente de Avaliação, bem como da autoridade a quem compete autorizar a eliminação no âmbito do órgão ou entidade. Deverá ser aprovada pela Comissão de Avaliação de Documentos da Instituição ou Empresa, em reunião da mesma.

Aconselha-se que a referida listagem seja publicada em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação regional/local para que aqueles que tenham alguma objeção da eliminação possam explicitá-la e, então, será realizada reunião para definir se o(s) documento(s) será(ão) eliminado(s).

A posteriori do procedimento de aplicação da Tabela de Temporalidade Documental, o próximo passo é a construção dos dossiês. Nesse caso, os documentos são ordenados segundo o código de classificação, variando a forma de organização de acordo com a especificidade e natureza de cada arquivo tendo sua organização com o enfoque na ordem cronológica, alfabetica, geográfica ou qualquer outro método de arquivamento (CASTRO et al, 2007).

Em seguida, os dossiês serão armazenados no arquivo corrente em pastas ou em caixas-arquivo. As pastas e as caixas-arquivo também receberão identificações de acordo com o ordenamento preestabelecido e que melhor se adapte às exigências informacionais da instituição (alfabetico, cronológico, geográfico, etc.). Sobre os métodos de arquivamento, Paes (2004) e Castro et al (1988) destacam que esses métodos podem ser incorporados como sistema direto ou sistema indireto. O sistema direto é caracterizado por se tratar do sistema que não faz uso de intervenções para a busca enquanto que o sistema indireto faz uso de componentes para identificar onde o documento se encontra.

Acerca do tipo de arquivamento, este se apresenta em duas formas, sendo elas: o arquivamento horizontal e o arquivamento vertical. O arquivamento horizontal é realizado principalmente por documentos que necessitam de um espaço horizontal maior, como é o caso de plantas e mapas, sendo desaconselhável a utilização deste tipo de arquivamento em demais espécies de documentos do arquivo corrente, haja vista sua constante consulta. Já o tipo de arquivamento vertical é amplamente utilizado no arquivo corrente, dispondo os documentos uns atrás dos outros (PAES, 2004).

A sexta fase corresponde a de transferência dos documentos que outrora pertenciam ao arquivo corrente para o arquivo intermediário e, mais adiante, para o arquivo permanente. Nesse ponto, deve ser seguida a Tabela de Temporalidade Documental estabelecida na primeira fase e seguindo os valores primário e secundário do documento.

No que diz respeito à segunda fase, denominada de intermediária, ela é, como o próprio termo esclarece, transitória, sendo o documento após esta fase levado ao seu destino final, seja para a eliminação ou guarda permanente. A arquivística clássica admitia apenas duas idades (administrativa e histórica), o que remetia aos arquivos que, passada sua função corriqueira, eram automaticamente destinados ao arquivo permanente sem tratamentos e procedimentos de eliminação significantes provocando, com o decorrer dos anos, um acúmulo considerável dos documentos (PAES, 2004).

Para Castro (2008), a segunda fase é “*incerta e liminar*”. De fato, estabelecer a “*prisão perpétua*” ou a “*morte*” do documento não é uma tarefa fácil, haja vista que uma vez estabelecida sua eliminação e essa sendo feita, suas informações não serão encontradas configuradas da forma como eram em demais documentos, considerando-se os princípios arquivísticos (*proveniência, unicidade, organicidade e indivisibilidade*). Ainda diante da segunda fase, o referido autor atenta que

o conjunto de documentos depende de herdeiros ou intermediários, de pessoa que avaliam, selecionam, descartam ou preservam os documentos do titular já falecido ou que se desfez de seu arquivo (ou do fundo institucional que deixa de ser “corrente”), antes que eles sejam enviados, se um dia o forem, a uma instituição arquivística (CASTRO, 2008, p. 33).

Nessa perspectiva, surge a banca de avaliação com o objetivo de definir o que será eliminado e o que convém ser preservado, de preferência, por profissionais de diversas áreas de formação e de setores da instituição. Além de levar em conta o que foi estabelecido na Tabela de Temporalidade, ressalta-se que pelo motivo de todo documento ser único, apesar de

estar estabelecida na tabela a sua eliminação, o documento poderá ser admitido como guarda permanente através de seu valor informativo.

Todavia, ressalta-se que para o processo de eliminação dos documentos não devem ser consideradas apenas as datas ou períodos nem muito menos realizada como convém ao gestor (PAES, 2004). A eliminação deve se basear também na informação contida no documento e, portanto, se o mesmo é de relevância para a comunidade pesquisadora e/ou para a instituição mantenedora. Assim, para análise dos documentos, a autora citada postula algumas informações que devem ser apreciadas pela banca avaliadora. São elas:

- Importância do documento com relação aos valores administrativo, probatório ou histórico;
- Possibilidade e custo de reprodução (microfilmagem);
- Espaço, equipamento utilizado e custo do arquivamento;
- Prazos de prescrição e decadência de direitos (legislação vigente);
- Número de cópias existentes e locais onde os dados são anotados (PAES, 2004, p. 106).

No que concerne à organização do acervo da fase intermediária, postula-se como procedimentos: a higienização documental, sendo realizada através da higienização superficial dos documentos com o auxílio da trincha e da proteção do arquivista com equipamentos de segurança (óculos, máscaras, luvas, toucas, jaleco, etc.); a identificação dos fundos documentais, seguindo os parâmetros das unidades administrativas; a avaliação documental e a implementação da TTD; a elaboração da lista descritiva; o acondicionamento e armazenagem dos documentos; o preenchimento da listagem de eliminação documental (CASTRO et al, 2007).

A terceira e última fase é conceituada como permanente, sendo nessa fase onde os documentos são preservados devido ao seu valor para a comunidade local, científica, ou para a instituição mantenedora, após serem desmembrados daqueles documentos que foram definidos para serem eliminados. Assim, Bellotto (2008, p. 17-18) esclarece

Se ao tempo da produção, tramitação e vigência dos documentos (a chamada primeira idade arquivística), eles serviram à dimensão jurídica e administrativa (uso primário, valor primário, valor de prova), posteriormente, aqueles documentos passam a ter um valor residual que valerá, já não como prova de “fé”, mas como testemunho, como informação. É o seu valor secundário, sendo permitido o uso secundário, realizado pelos historiadores e pelos pesquisadores em geral, de cunho mais amplo que o restrito ditado jurídico e administrativo contido no teor documental.

Ainda no que diz respeito à terceira fase, Castro (2008, p. 34-35) indaga que é nessa fase que se iniciam as novas admissões de critérios tais como:

A instituição de guarda receberá todos os materiais que se quer doar, ou alguns serão recusados (por exemplo, objetos tridimensionais, livros, duplicatas ou cópias de documentos, recortes de jornais etc.)? Há limitações de pessoal, de espaço ou de recursos financeiros na instituição que tentam efeito sobre os documentos a serem guardados, ou sobre a forma pela qual serão tratados? Os documentos serão corretamente identificados como parte de um mesmo “fundo arquivístico”, ou ficarão misturados a outros – e, portanto, a manutenção de sua “organicidade” ficará comprometida? Como os documentos serão organizados? Os métodos de organização adotados pela instituição manterão a ordem (o “arranjo”) original dos documentos? Como eles serão descritos (e, portanto, identificados pelo pesquisador que irá consultá-los)? Em que condições eles poderão ser acessados e utilizados pelo público interessado na sua consulta e eventual citação ou reprodução?

Esses fatos apresentados por Bellotto (2008) e Castro (2008) evidenciam as causas de alterações quanto à organização informacional e o valor atribuído, ou seja, de valor primário ou probatório, para valor secundário (informativo) haja vista que os motivos de suas buscas são outras e, consequentemente, demandam uma nova ordenação.

Neste viés, cada instituição arquivística, apesar de conter em seu acervo documentos, de um mesmo fundo/série/subsérie/ grupo, etc., por exemplo, bem como possuir Tabela de Temporalidade, dentre outros instrumentos arquivísticos, seu acervo deve ser admitido como único não apenas por se tratar de documentos exclusivos, mas por ser composto de profissionais que, por si só, são fruto de subjetividades humanas acima de tudo. Dessarte, como forma de contribuir para a organização do acervo composto no arquivo permanente faz-se necessária a elaboração e implementação do inventário.

Um dos instrumentos de pesquisa da Arquivologia é o inventário. Vislumbrando a elaboração do inventário, Castro et al (2007) elencam algumas recomendações para sua construção. São elas:

- Descrição de informações de interesse do pesquisador/usuário externo, sendo tal descrição realizada de forma clara e sucinta;
- Aplicação dos processos de indexação como, por exemplo, a utilização de palavras-chave para esse feito;
- Armazenamento dos documentos em locais apropriados e longe de intervenções físicas, químicas e biológicas;
- Incorporação da restauração de documentos e estratégias para a salvaguarda;

- Utilização da cautela quanto ao manuseio dos originais durante a descrição, restauração e reprodução documental.

Além da elaboração do inventário, faz-se necessária a revisão das descrições de cada documento. Outro ponto a ser levantado em consideração é quanto ao conhecimento da estrutura organizacional da instituição do profissional de arquivo, bem como o conhecimento de sua história administrativa e das particularidades existentes na instituição e que por essa razão é imprescindível a sua familiarização à entidade para que haja a investigação sem empecilho (CASTRO et al, 2007).

Esta é a visão ideal do que seria um arquivo, com suas três idades bem definidas e respeitadas o que, normalmente, não ocorre nos arquivos sejam eles de cunho público ou privado, salvo algumas poucas intervenções. Como exemplo da realidade dos arquivos no Brasil, encontra-se o Arquivo Histórico Waldemar Duarte. O Arquivo Histórico bem como o museu José Lins do Rego encontram-se localizados no subsolo do Espaço Cultural, sendo palco para intervenções climáticas que, no decorrer do tempo, provocam danos aos documentos de caráter permanente armazenados no arquivo. Mas, Castro et al (2007, p. 55) revelam que

tentam persuadir e alertar chefes e subordinados, funcionários da limpeza que ganham dinheiro na venda de papel velho... E lá se vão os Arquivistas, gritando nos corredores das entidades, explicando o que é Arquivo, dando aulas em altas vozes, explicando o que é História, salvando do lixo, quando foi constatado o flagrante do crime.

Admite-se não apenas arquivistas de formação, mas todos aqueles que, em seu espírito de senso crítico e cauteloso, sabem da responsabilidade do controle das informações contidas no documento desde a sua criação, perpassando pelos setores afins até sua destinação final para que a informação esteja preservada e disponível sempre que preciso.

Além dessas questões adversas, existe o que Castro (2008) definiu como *Cinco características estruturais das instituições arquivísticas* provindas do Estudo de Michael R. Hill em *Archival Strategies and Techniques*. A primeira característica remete ao acesso da documentação, no qual

É comum haver restrições ao acesso, que regulamentadas e formais (como horários de atendimento, exigência de qualificação do pesquisador ou de recomendação por parte de alguém), que informais (que dependam, por exemplo, da boa vontade dos atendentes). Algumas vezes, é necessário um documento de apresentação do pesquisador, que confirme seu vínculo com alguma instituição acadêmica, ou a opinião favorável de uma pessoa que

detenha poder sobre a instituição arquivística ou o acervo da mesma, para que o acesso seja autorizado. Conseguir entrar numa instituição arquivística pode ser, no entanto, apenas o primeiro passo. Às vezes, é necessário negociar acesso em separado para cada fundo arquivístico específico, ou partes dele (CASTRO, 2008, p. 36).

Neste primeiro ponto, é imprescindível a forma de abordagem do pesquisador, respeitando o recinto que o acolhe, os profissionais vinculados a ele bem como a documentação a ser pesquisada. Esclarecer os motivos da visita e as informações necessárias para a investigação favorece o bom convívio entre o pesquisador e o arquivista mesmo sendo em curto prazo, haja vista que o arquivista, uma vez explicitadas estas questões, poderá auxiliar da melhor forma o pesquisador.

A segunda característica é remetida ao caráter único dos documentos. Neste sentido, Castro (2008, p. 36-37) atenta que

A questão do acesso aos arquivos é fundamental por causa do caráter geralmente único da documentação arquivística. Se o pesquisador não conseguir acesso aos documentos, as consequências para a pesquisa podem ser desastrosas. No caso de uma biblioteca, como os materiais não são únicos, basta ir a outra biblioteca. Por isso, é necessário que a postura do pesquisador, ao solicitar acesso a um arquivo, seja profissional, bem planejada e executada.

Mesmo quando a documentação armazenada no arquivo não for única, um ofício-circular, por exemplo, informações quanto aos motivos que o geraram, quais os demais setores que o receberam, dentre outras questões, podem ser esclarecidas pelo arquivista. Essa segunda característica adentra nos princípios fundamentais da arquivística, sendo eles: Princípio da Proveniência; Princípio da Unicidade; Princípio da Organicidade e Princípio da Indivisibilidade.

O Princípio da Proveniência que respeita a organização do arquivo por meio dos fundos é, sem dúvida, o princípio básico para os estudos na Arquivologia. De acordo com Paes (2004, p. 123), “uma das dificuldades encontradas na aplicação do princípio da proveniência refere-se à determinação das unidades administrativas que irão se constituir em fundos de arquivo”.

No que diz respeito ao Princípio da Unicidade, o documento, diante de sua composição em forma, espécie ou tipo, é único na instituição que o produziu ou recebeu. Por esse motivo, Schellenberg (2006, p. 200) elucida que “o termo ‘unicidade’, aplicado à

informação, significa que a informação contida em determinados documentos oficiais não será encontrada em outras fontes documentárias de forma tão completa e utilizável”.

Já o Princípio da Organicidade caracteriza as relações administrativas orgânicas dos documentos. Ou seja, por meio das relações ocorridas entre os documentos, são refletidas as relações administrativas orgânicas da instituição produtora/mantenedora do documento.

No caso do Princípio da Indivisibilidade, o documento “perde” seu contexto quando é retirado abruptamente de seu lugar de origem. Assim sendo, o princípio da indivisibilidade, também conhecido como princípio da integridade, prevê que os documentos não serão dispersos, mutilados ou qualquer outra anormalidade que porventura ocorra e que ocasione a descaracterização do acervo arquivístico. Nesse caso, não será permitida extração ou inclusão de documentos indevidamente.

Esses princípios evidenciados acima são descritos quando referenciadas as três características básicas que distinguem um arquivo para outro, sendo eles: exclusividade de produção e recebimento do documento; produção do documento de acordo com desenvolvimento das funções; e o caráter orgânico dos documentos (PAES, 2004).

Já o terceiro atributo diz respeito à não circulação de documentos ao qual não é permitido o empréstimo documental para a sua utilização em locais que divergem do seu local de armazenamento ou da instituição custodiadora. Nessa perspectiva, Castro (2008, p. 37) destaca que

Documentos de arquivos, além de geralmente serem únicos, também não circulam, isto é, não podem ser levados para casa ou emprestados através de outro arquivo (como ocorre no caso de empréstimos entre bibliotecas). Por isso, é preciso se deslocar até o arquivo – e, quando ele está fisicamente localizado em outra cidade, ficar alojado perto dele (neste caso, entre em cena a questão da disponibilidade financeira por parte do pesquisador para arcar com viagem e estadia). Por causa da não circulação dos documentos, é também necessário que o pesquisador adéquie seu horário de trabalho ao horário de funcionamento da instituição de guarda, bem como à possibilidade de dispor ou não de equipamentos como computador, scanner, máquinas fotográficas, ou reprográficas. Estes constrangimentos de tempo, espaço e permissão de uso devem ser levados em consideração quando se vai pesquisar em arquivos.

Todavia, alguns arquivos já trabalham para que estas barreiras quanto à localização do arquivo e funcionamento da instituição sejam ultrapassadas. Um exemplo disso é quanto ao planejamento e levantamento de procedimentos para a digitalização de documentos de arquivos judiciários bem como a utilização de processos eletrônicos, efetivando e agilizando a disponibilização informacional sempre que desejada.

A quarta particularidade explana sobre a propriedade de direitos autorais. Nele, Castro (2008, p. 37-38) atenta que

Os doadores de arquivos ou as instituições arquivísticas que os receberam, muitas vezes, mantêm os direitos autorais sobre os documentos. Geralmente, há restrições para criação, cópia ou publicação, o que faz com que o acesso e a disseminação de informações de arquivos estejam sujeitos a constrangimentos de *copyright*.

Dessa feita, explicitar sempre que necessário a fonte utilizada na pesquisa é de grande relevância para que, futuramente, não haja desavenças ou mau entendimento entre as partes. Portanto, deve-se sempre levar em consideração a boa relação entre o pesquisador e o profissional da informação.

No quinto tópico, destinado ao acesso físico ao depósito, constata-se que nas pesquisas realizadas em bibliotecas, por exemplo, o usuário normalmente se dirige à estante e realiza sua própria busca sem a intervenção de um bibliotecário. No entanto, no contexto de um arquivo, o pesquisador normalmente realiza suas consultas iniciais em instrumentos de pesquisa como catálogo ou inventário para então o arquivista disponibilizar o documento desejado (CASTRO, 2008).

Normalmente, os usuários podem andar livremente nas bibliotecas visualizando e verificando, mesmo que inconscientemente, a forma de ordenamento dos livros, o que não ocorre nos arquivos, dada a unicidade dos documentos. Por esta razão, nos arquivos, os locais de armazenamento e os locais dispostos para consulta e análise dos mesmos são distintos contribuindo, desta forma, para a segurança do documento e, consequentemente, impedindo o extravio documental.

Além disso, Castro (2008, p. 38) aponta mais adiante que

Esses limites são justificados como necessários à preservação física e à manutenção da ordem de arquivamento. O fato é que o arquivista detém o controle da situação: no limite, se quiser, pode dificultar muito a pesquisa – dizendo, por exemplo, que o material está fora de ordem, não podendo ser localizado. Este é mais um motivo para se manter uma postura cordial e profissional durante o trabalho.

De fato, é imperioso esclarecer que para que não haja desavenças futuras, essas cinco características devem ser explicitadas pelos arquivistas ou aqueles que estão à frente do arquivo, para que sejam assimiladas e seguidas pelos usuários em especial aqueles que farão

uso direto da informação e que presumem ser relevantes para a investigação, sendo de grande valia também uma conversa amigável com o responsável do arquivo.

Parece claro afirmar que

Se arquivo é o conjunto de documentos recebidos e produzidos por uma entidade, seja ela pública ou privada, no decorrer de suas atividades, claro está que, sem o conhecimento dessa entidade – sua estrutura e alterações, seus objetivos e funcionamento – seria bastante difícil compreender e avaliar o verdadeiro significado de sua documentação (PAES, 2004, p. 36).

O primeiro passo do arquivista ao adentrar em um arquivo é, sem dúvida, a elaboração e averiguação do diagnóstico para ter seu levantamento de dados iniciais. Assim, é a partir do levantamento de dados que informações tais como normas, regulamentos, principais gêneros e espécies produzidas e recebidas bem como os equipamentos e a estrutura física do arquivo são postulados (PAES, 2004). Por esse fim, faz-se necessária a realização do diagnóstico.

Outro fator para a inserção e respeito dessas características é revelado uma vez que o papel do cientista de arquivo é de defensor dos princípios que regem a Arquivologia e a função de preservador dos documentos produzidos no passado para sua disponibilização no futuro (CASTRO et al, 2007). A preservação dos documentos, principalmente aqueles delineados como de caráter permanente ou histórico, tem como principal função “[...] recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história” (BELLOTTO, 2006, p. 23).

Ressalta-se que a arquivística, enquanto ciência nasce na sequência da Revolução Francesa, organizando-se e tornando acessível à informação contida em documentos produzidos no decurso das relações sociais nas instituições, principalmente daquelas de caráter público tendo como foco a criação, organização e conservação dos documentos, com vista à otimização do tempo gasto para a consulta, bem como economia de pessoal e trabalho. Sua pretensão foca-se também no desenvolvimento de procedimentos e instrumentos de pesquisa permitindo, nesse contexto, ao arquivista, difundir, gerir e conservar os documentos arquivísticos.

O decurso entre as décadas de 1970 a 1990 constituiu um aprofundamento acerca das questões imprescindíveis para a Arquivologia, principalmente no que concerne ao corpo teórico. Dentre as questões, pode-se citar a quebra de paradigmas da Era Custodial para a Pós-moderna ou Pós-custodial a qual visou à manutenção da clareza e da relação entre a informação e o processo administrativo que o gerou.

No entorno da inserção das tecnologias no ambiente arquivístico, foi possível sua otimização, facilitando o desempenho das funções corriqueiras, destrinchando desde procedimentos simples até complexos instrumentos de pesquisa e acervos digitais disponíveis no ciberespaço, como é o caso da elaboração e utilização de padrões de metadados para auxiliar em tais acervos.

2.3 INFORMAÇÃO: OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA

A informação é objeto de investigação de diversas ciências, dentre elas a Arquivologia e a Ciência da Informação. Por conseguinte, tais ciências têm demonstrado certa preocupação principalmente no envoltório do uso das tecnologias para os processos de produção, representação, gerenciamento e descarte seguro das informações.

Destarte, estas preocupações são evidenciadas principalmente devido a informação ser um dos principais alicerces que possibilitam a evolução de uma sociedade civilizada. Através de um dado, pode-se fazer nascer uma informação, bem como a informação pode gerar o conhecimento que, por sua vez, viabiliza a evolução de uma determinada ciência, a qual pode ser utilizada para benefício de um grupo ou sociedade.

Mas, percebe-se que não há um consenso do que vem a ser informação, demonstrando, desta forma, uma variação infinita de conceitos com o intuito de modificar a visão de mundo sobre determinado objeto, aspecto ou fenômeno. Basicamente, uma informação é um conjunto de dados constituídos de significação e suscetível de interpretações. Para Mattos (2010, p. 19), a informação caracteriza-se por ser:

um dado acrescido de significado, contexto, e entendimento dos seus padrões e relações com outros dados, geralmente se utilizando de alguma forma de organização; a informação leva à compreensão. O que é informação para uma pessoa, pode não passar de dados vazios para outra.

Partindo deste pressuposto, o citado autor elenca dois pontos: o primeiro esclarece que a informação provém de um conjunto de dados logicamente organizados e que esses viabilizam a compreensão; e, o segundo ponto aborda o sentido seletivo do ser humano onde

um determinado dado, apesar de contextualizado e passível de compreensão, não passa de um simples dado.

Esta seletividade não é privilégio da informação, ocorrendo também no conhecimento. Logo, o que vem a ser conhecimento para um determinado sujeito, pode ser uma mera informação para outro indivíduo. Consequentemente, a percepção de que todo conhecimento é um conjunto de informações, mas não necessariamente um conjunto de informações é um conhecimento, assim como toda informação é um conjunto de dados, mas nem todo conjunto de dados é uma informação.

Para Cintra et al (2002), há informação sucinta mediante dois sujeitos: a “quem enuncia”, ou seja, o emissor; e a “quem recebe o enunciado”. Como se pôde perceber, a autora mencionada remete à informação como algo construído no momento da comunicação, em que um dos sujeitos terá o papel de emissor, enquanto que o outro(s) de receptor(es).

Quanto às características de uma informação, Robredo (2003, p. 9) confere à informação os atributos que permeiam desde a sua criação, passando pela transmissão, até chegar ao armazenamento. Neste sentido, são eles:

- Registrada (codificada) de diversas formas;
- Duplicada e reproduzida *ad infinitum*;
- Transmitida por diversos meios;
- Conservada e armazenada em suportes diversos;
- Medida e quantificada;
- Adicionada a outras informações;
- Organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios;
- Recuperada quando necessário segundo regras preestabelecidas.

O objetivo da informação é o de viabilizar a produção do conhecimento. Neste sentido, a informação deve possibilitar a alteração de estruturas sobre a concepção dos elementos que circundam o sujeito (LE COADIC, 2004). Em outras palavras, a informação tem um papel imprescindível para permitir uma ação (solução de problema, crescimento intelectual, etc.) e, consequentemente, modificar a forma como o homem vê e entende determinado fato e/ou objeto analisado.

No que tange à diferenciação entre a informação e o conhecimento, Cintra et al (2002, p. 20) elencam três aspectos:

- Enquanto o conhecimento é estruturado, coerente e frequentemente universal, a informação é atomizada, fragmentada e particular;

- Enquanto o conhecimento é de duração significativa, a informação é temporária, transitória, talvez mesmo efêmera;
- Enquanto o conhecimento é um estoque, a informação é um fluxo de mensagens.

Por conseguinte, diante dessas postulações, percebe-se que a informação é constituída por elementos fluidos e de cunho particular, estando assim mais sujeita a alterações em curto prazo, enquanto que o conhecimento se constitui em uma rede de componentes estocados e passível de sofrer sucintas transformações, que vão de encontro aos elementos intrínsecos do sujeito.

Outro fator a ser levantado diz respeito ao problema sobre o dado, a informação, e o próprio conhecimento (caso este seja admitido com a possibilidade de ser transferido) quanto à captura, tratamento, disseminação e preservação dos mesmos. Nesse aspecto, evidencia-se que, apesar de a captura ocorrer de forma eficiente, de nada valerá se o tratamento dado à sua disseminação e preservação não for realizado com a mesma precaução ou quando há o cuidado sobre sua disseminação e preservação, mas não se priorizam os critérios e normas de sua captura.

Retomando o aspecto informacional, dentre os autores que trabalham com esta problemática encontram-se Capurro e Hjorland (2007). Dentre suas produções está o trabalho intitulado *O Conceito de Informação* no qual eles trazem, de forma didática e sucinta, teorias que tratam sobre a informação, bem como a problemática da informação na Ciência da Informação.

No contexto da informação propriamente dita, Capurro e Hjorland (2007) revelam o modo como deve ocorrer a definição de um termo científico. Dessa maneira, os referenciados autores constatam que “é bem sabido que as definições não são verdadeiras ou falsas, mas sim, mais ou menos produtivas” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 151). Por este motivo, as pessoas possuem o livre arbítrio de decidir qual definição lhe é conveniente diante das particularidades de cada ocasião estabelecida a partir de um tempo e espaço.

O fato do uso de um determinado termo, como é o caso da informação, pode apresentar significados distintos da sua definição formal, surgindo percepções teóricas opostas e potencializando o aparecimento de definições científicas explícitas e definições implícitas diante do uso comum (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Logo, o pesquisador ao utilizar teorias deve verificar qual delas é adequada à sua pesquisa, para não utilizar tais definições e contextos de forma indiscriminada. Desse modo, os pesquisadores devem estar atentos à

escolha da definição a ser delimitada compatível com a área e a ciência de estudo assim como o discurso no qual o pesquisador está disposto a fazer.

No âmbito da Ciência da Informação, Capurro e Hjorland (2007) explicam que as pessoas devem ter consciência de que o termo informação traz aquilo que é informativo e que, portanto, é determinado a partir das características de cada sujeito e, neste sentido, vai de acordo com elementos de compreensão do indivíduo.

Em contraposição, vem a informação com o enfoque na Arquivologia tendo as informações de cunho probatório, histórico ou administrativo contidas em um documento e que, portanto, não dizem respeito a qualquer objeto e/ou coisa, seja ela tangível ou não conveniente a partir da percepção do sujeito pesquisador. Corroborando essa visão, Mostafa (2011, p. 13) constata que “documentos são então, potencialmente, tudo o que existe no mundo, pois tudo suscita informação. Dissemos potencialmente porque nem tudo o que existe irá se transformar em documento”.

Se a informação é objeto de estudo tanto da Ciência da Informação quanto da Arquivologia, percebem-se similaridades entre elas uma vez que tais ciências têm o intuito de averiguar os fenômenos, visando solucioná-los ou apenas explicá-los visto que a ciência nada mais é que “a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade” (MINAYO, 2004, p. 10).

Cabe frisar, através do pensamento de Minayo (2004), que apesar de um conjunto de regras que regem a ciência, a mesma não é isenta de discussões e contradições. Um exemplo disso são as reflexões entre as ciências sociais perante as ciências naturais. Ora, a científicidade permite a aproximação e o distanciamento, tendo em vista que a própria científicidade das ciências sociais é desenvolvida a partir de diversos componentes, dentre eles está o não distanciamento do pesquisador do meio. Portanto, o pesquisador torna-se um agente, o que causaria uma objetivação no conhecimento; a desconsideração nos elementos e processos sociais (caso seja levado em conta a objetivação do conhecimento).

A pesquisa científica jamais se configurará como neutra, independentemente do tipo de pesquisa e demais procedimentos metodológicos. Na verdade, os estudos sempre tendem a caminhar por uma determinada trilha para se alcançar uma resposta. Nesta perspectiva, Lowy (2000), fazendo menção ao raciocínio de Popper, explica que a objetividade da ciência pode ser caracterizada como intersubjetividade do método científico em que há uma liberdade quanto à averiguaçāo dos fatos e à utilização de uma linguagem clara. Além disso, a visão da

existência de uma objetividade institucional, quanto à objetividade científica, é constituída por aspectos sociais que não permitem a imparcialidade.

Quanto ao surgimento da ciência, ou até mesmo do próprio conhecimento, em conformidade com este pensamento, Robredo (2003, p. 15) citando Popper (1976) explicita que

Se é possível dizer que a ciência, ou o “conhecimento” começa por algo, poder-se-ia dizer o seguinte: o conhecimento não comece de percepções ou observações ou de coleção de fotos ou números, porém, comece mais propriamente, de problemas. Poder-se-ia dizer: não há nenhum conhecimento sem problemas: mas, também, não há nenhum problema sem conhecimento. Mas isto significa que o conhecimento comece da tensão entre conhecimento e ignorância. Portanto, poderíamos dizer que não há nenhum problema sem conhecimento; mas, também, não há nenhum problema sem ignorância. Pois cada problema surge da descoberta de que algo não está em ordem com nosso suposto conhecimento; ou, examinado logicamente, da descoberta de uma contradição interna entre nosso suposto conhecimento e os fatos; ou declarado talvez mais corretamente, da descoberta de uma contradição aparente entre nosso suposto conhecimento e os supostos fatos.

Nesta perspectiva, estabelece-se uma conexão direta entre conhecimento e problema/problema e ignorância e sem a percepção de um, o outro seria inviável e vice-versa. Seguindo esta mesma linha, contudo de um modo mais rebuscado, Le Coadic (2004, p. 39) constata os motivos que levam o usuário a procurar uma determinada informação é "a existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado."

Desse modo, Saracevic (1996, p. 42) assinala que

Um campo é definido pelos problemas que são propostos e a CI é definida como um campo englobando, tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los.

Sem dúvidas e/ou problemas, a evolução do conhecimento, e da própria ciência, estaria estagnada no tempo. Na contemporaneidade, a tecnologia auxilia o conhecimento e a ciência a caminharem em passos largos e firmes, beneficiando corriqueiramente a sociedade seja pela busca de um tratamento eficaz para uma doença, seja para permitir a comunicação, etc.

Entretanto, na perspectiva de Fourez (1995, p. 21), o termo ciência “pode por vezes ‘aprisionar’, por exemplo, quando alguns passam a impressão de que, uma vez que se falou

em científicidade, não há nada mais a fazer senão se submeter a ela, sem dizer ou pensar mais nada a respeito". Por isso, apesar de determinadas pesquisas científicas produzirem uma credibilidade considerável, elas não são blindadas de ocorrerem erros ou precipitações equivocadas, ou até mesmo estarem mediante interesses de outros.

Em nível sucinto, a Ciência da Informação estuda os aspectos da informação desde sua origem, perpassando pela transmissão e armazenamento até ficar-se na preservação. Mas qual foi o marco histórico que definiu, de fato, o surgimento da Ciência da Informação e em nível de conceituação, como definimos esta área?

O fato é que existiram diversos acontecimentos que provocaram o surgimento da CI e que, por este motivo, não há um consenso, inclusive para a sua criação. Percebe-se que a Ciência da Informação sempre esteve interligada à Biblioteconomia e à própria Arquivologia, ou como muitos denominam Documentação. Esta ligação remete principalmente aos marcos que estabelecem como fundamento para o surgimento da CI. Tal surgimento, bem como outras áreas, não surge por meio de um determinado fato ou de um ocorrido e sim, de um conjunto desses.

No que remonta ao objeto de estudo da Ciência da Informação, de acordo com a visão de Capurro e Hjorland (2007), eles afirmam que os estudos realizados sobre os conceitos de informação em outras áreas são imprescindíveis tendo em vista que a CI utiliza-se de teorias que provêm de outras áreas do conhecimento. Assim, como sabemos, a Ciência da Informação aplica em seu objeto de estudo, abordagens de áreas afins ou que tratam em seu escopo, a informação. Ainda sobre este pensamento, Borko (1968, p. 4) revela que o objetivo da CI como uma disciplina visa "fornecer um conjunto de informações que vai levar a melhorias nas diversas instituições e procedimentos dedicados à acumulação e transmissão de conhecimentos".

Nesta perspectiva, as ciências, e aqui em especial a Ciência da Informação, vêm propiciar a recuperação da informação necessitada pelo indivíduo mesmo diante do que hoje é denominado de Explosão Informacional. Explosão esta que permanece em constante evolução.

Sendo assim, Le Coadic (2004, p. 17-18) ainda revela que

Da mesma forma, a sociedade da informação necessita de uma ciência que estude as propriedades da informação e os processos de sua construção, comunicação e uso. De fato, sob a tríplice influência do:

- Desenvolvimento da produção e das necessidades de informações (desenvolvimento das atividades científicas, desenvolvimento de uma cultura científica e técnica de massa, demanda de informações);

- Advento do novo setor das indústrias da informação (produtores e servidores de bancos de informações, satélites e redes de telecomunicações, sítios e portais da internet, grandes museus e bibliotecas (as 'catedrais' do século XX), turismo cultural);
- e com o advento das tecnologias eletrônicas (análogicas ou digitais) e fotônicas da informação (microcomputadores, quiosques interativos, discos laser, fibras ópticas, dispositivos multimídias, videodiscos, informática de gestão de acervos, etc.), as bibliotecas, centros de documentação, museus e instituições culturais, em geral, não podem mais ser apenas depósitos de livros, documentos, objetos e artefatos.

É imprescindível dar o devido valor às ciências que contribuem para a disponibilização e o tratamento das informações. São elas: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e a Ciência da Informação. A Ciência da Informação, por exemplo, tem um aporte teórico apurado e consistente que proporciona a segurança de seu objeto de estudo, a informação em si.

Por mais que a ciência esteja apoiada nas mais diversas áreas, Borko (1968, p. 3) esclarece que a ciência da Informação “É uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada a áreas como matemática, lógica, linguística, psicologia, informática, pesquisa operacional, as artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e outras áreas afins”. Borko (1968) também afirma ser a CI uma ciência interdisciplinar apresentando elementos que compõem uma ciência denominada de ciência pura, ou seja, mais teórica e itens das ciências ditas ciências aplicadas e, neste sentido, em uma perspectiva mais funcionalista e envolvida em produtos e serviços.

Mas faz-se necessária a criação de uma ciência que reflita justamente sobre a informação? Borko (1968, p. 4) revela que a partir da “necessidade de organizar os nossos esforços e enfrentar os novos desafios encontra uma expressão concreta na Sociedade Americana de Ciência da Informação.”

Após esta breve explanação sobre a Ciência da Informação, fica a indagação: o que um cientista da informação faz? Nesse sentido, Borko (1968, p. 4) preconiza:

Cientistas da informação podem trabalhar como pesquisadores, educadores e especialistas em aplicações no campo da ciência da informação, isto é, eles podem fazer a pesquisa que visa o desenvolvimento de novas técnicas de tratamento da informação, eles podem ensinar ciência da informação, e eles podem aplicar as teorias e técnicas da ciência da informação para criar, modificar e melhorar os sistemas de tratamento da informação.

E qual é o papel de tal profissional? Respondendo a esta inquietação, Freire e Freire (2010, p. 68) esclarecem que

O papel do profissional da informação foi mudando através do tempo. Se, em um primeiro momento, o objetivo de seu trabalho era copiar e armazenar documentos, geralmente relacionados a obras de autores clássicos, com o surgimento da imprensa, a sociedade passa por uma transformação em seus meios de produção do conhecimento, e as características dos documentos também mudam, ou seja, começam a surgir cada vez mais documentos relacionados com temas científicos e técnicos.

Destarte, fica claro que a CI se adapta mediante os fenômenos encontrados no contexto social e que, por este motivo, seus objetivos deixam de ser tratados como um artefato exposto em um museu e passam a ser reconhecidos como um bebê que, no decorrer do tempo, sofre modificações e deixa seu legado para futuras gerações.

No que tange a um dos objetivos da CI, segundo a concepção de Freire e Freire (2010, p. 13) seria o de “contribuir para a informação se tornar, cada vez mais, um elemento de inclusão social, trazendo desenvolvimento para pessoas e nações”. Em outras palavras, o que os autores enfocam é que tal ciência não deve ser tratada como uma abordagem apenas teórica ou tecnicista e sim obter uma preocupação maior tendo em vista o fator responsabilidade social que o cientista da informação deve perceber e pregar em suas atividades cotidianas já que tal profissional trata a informação para beneficiar um ou mais indivíduos.

Na Arquivologia, por exemplo, mais especificamente na Era Custodial, seu objeto de estudo era o documento em si. Em meados do século XX, na Era denominada Pós-custodial, o objeto de estudo se volta para a informação em si devido ao surgimento de diversos suportes informacionais, principalmente com a utilização constante das tecnologias.

Constata-se, portanto, que independentemente do suporte ou da aplicação da informação, outro ponto a que se tem demonstrado certa preocupação é quanto à preservação das informações como forma de preservar a memória. Logo, os arquivos, principalmente aqueles sob o caráter armazenador dos documentos permanentes, têm-se atribuído essa qualidade de arquivo como local de memória, constatando uma relação não apenas entre documentos e instituição produtora e/ou recebedora, mas com os sujeitos envolvidos no trâmite da produção, gerenciamento e destinação dos mesmos. Nesse aspecto, o próximo tópico trata sobre a associação existente entre arquivo como um lugar de memória.

2.4 ARQUIVO COMO LOCAL DE MEMÓRIA

O homem, durante o seu trajeto evolutivo, criou meios para a comunicação e para a perpetuação de suas descobertas para as gerações futuras. A esse meio, seja ele imaterial ou material, são constituídas as memórias de um povo que permitem a investigação quanto à sua relação social, cultural, econômica e política, além da disseminação do que classificamos como memória. Segundo Andrade (2008, p. 570), “As memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares como referências e cenários para uma constante visita ao passado, trazendo em si, os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções”. Mais do que isso, a memória viabiliza o armazenamento de momentos vividos em um dado instante da vida de um indivíduo e/ou repassado a ele através de ensinamentos, por exemplo, para uma ressignificação, tendo o mesmo um sentimento diferente de acordo com o arcabouço de experiências vivenciadas pelo indivíduo até a presente ressignificação.

Crippa (2011, p.61) evidencia que

A memória, porém, constitui-se em jogo que se alimenta da desordem das paixões, das emoções e dos afetos, moldando, desse modo, as formas do passado. A memória é fundadora e trata o passado fundindo-o com o presente estabelecendo um “padrão” de unidade entre ambos. Ela é unificadora, no sentido de, por exemplo, reiterar o costume antigo, apelando para a continuidade, e é imediata. Ao mesmo tempo em que junta presente e passado, ela divide em oposição a outras memórias.

Por esse motivo, uma dada lembrança nunca será ressignificada de um mesmo modo mesmo quando referida a um mesmo fato/acontecimento, pois o homem está em constante modificação e seu temperamento torna-se relevante para delinear quais sentimentos imperam durante o processo de ressignificação.

O que se percebe é a necessidade da sociedade de perpetuar essas lembranças seja através da memória imaterial ou material para ressignificações futuras. Nos dois casos, independentemente da amplitude a que ou a quem se destina, é válido o sentimento de pertença de um local e um grupo e para o firmamento de tal sentimento tornam-se prementes a construção e consolidação de laços, sejam eles parentais ou de empatia.

Em linhas gerais, a memória está associada à capacidade do sujeito armazenar informações ou à preservação de lembranças ocorridas em um dado tempo e espaço. No

primeiro caso, a relação é explicitada de forma seca, arcaica; e no segundo caso, está vinculada aos sentimentos, aos anseios ocorridos, aos desejos realizados e aqueles inalcançados. Seja qual for a associação atribuída, o que se percebe é que o homem utiliza locais aspirando manter essas memórias perceptíveis, como é o caso dos arquivos que, por mais que o objetivo de sua criação não seja diretamente a preservação da memória da instituição mantenedora ou produtora do documento, ela lida com esse fato uma vez que visa armazenar e disponibilizar as informações.

Os arquivos que armazenam documentos de caráter permanente, como é o caso do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, apresentam fragmentos documentais do percurso das atividades administrativas desempenhadas no estado da Paraíba e viabilizam o acesso a futuras pesquisas. Mais do que um ambiente meramente acumulador de documentos, o arquivo é repleto de memórias de quem o produziu, de quem o recebeu e de quem lhe convém, seja diretamente (pessoas a quem os documentos intervêm), ou indiretamente (pesquisadores).

Entretanto, é preciso destacar que a memória pode ser materializada ou não. Por esse viés, em um primeiro momento a memória relacionada às atividades desempenhadas por um grupo diz respeito principalmente a eventos e a experiências vividas pelos indivíduos deste grupo ou de pessoas relacionadas a tal, o que os tornam mais próximos (HALBAWACHS, 2006).

Ou seja, as primeiras memórias existentes nos seres humanos dizem respeito principalmente às relações afetivas existentes no seio familiar, principalmente aqueles condizentes aos familiares de primeiro grau. Logo, nos primeiros anos de vida, o sujeito produz documentos que dão conta de sua existência na terra como é o caso de fotografias, certidão de nascimento, etc. É, pois, a partir deles que se iniciam os registros da vida do sujeito no âmbito pessoal, mas que *a posteriori* ele também contribuirá para a geração de documentos no ambiente profissional e acadêmico.

Desta forma, fica evidente que a formação da memória de um sujeito remete-se ao construto de vários “eus”, uma vez que um mesmo sujeito pertence a diversos grupos no âmbito das interações sociais. Essas memórias podem ocorrer de forma controversa, gerando ao sujeito mantenedor do mesmo um conflito e sendo este sanado na medida em que os valores e informações são assimilados e fortificados. Com essa finalidade,

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido

homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 1999, p. 56)

Todavia, antes de adentrarmos na relação entre arquivo como local de memória faz-se necessário debruçar-se sobre os conceitos existentes entre a memória. Por essa razão, admite-se como memória a perspectiva de Oliveira e Azevedo Netto (2007, p. 32), como sendo o “conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, detêm experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto”. Nesta perspectiva, a memória é compreendida como uma formação gradativa a partir das relações sociais por meio de episódios, fatos e rituais estabelecidos em um contexto temporal e espacial específico.

No que ainda convém, LeGoff (2003, p. 419) conceitua “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

A construção desta memória pode ser dada de forma materializada, ou seja, fincada em um suporte seja ele orgânico, inorgânico, digital ou eletrônico, ou em uma memória imaterial e que essas são constituídas diante da oralidade perpassada de geração a geração. Logo, percebe-se a construção da memória com base também na transmissão de informações entre sujeitos ou a partir da interação entre sujeito/ambiente necessitando, consequentemente, de um meio e de uma linguagem.

Desse modo, como a informação, no âmbito das memórias “nem sempre encontramos as lembranças que procuramos, porque temos de esperar que as circunstâncias, sobre as quais nossa vontade não tem muita influência, as despertem e as representem para nós” (HALBAWACHS, 2006, p. 53). Neste sentido, em conformidade com esta reflexão, Catroga (2001, p. 13-14) atenta que a memória “não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero *registro*; mas é retenção afectiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”.

Diante dos pensamentos explicitados por Halbwachs (2006) e Catroga (2001), a memória necessita de estímulos para serem ressignificadas com afeto e comoção de tal modo que possibilitem sua utilização. Ao compararmos com a informação, o sujeito só pode armazenar a memória quando lhe convier e diante da relevância dessa no meio em que o sujeito se encontra e, obviamente, de acordo com as suas relações tendo a memória

armazenada recentemente uma maior facilidade de ressignificação, assim como ocorre com as informações capturadas.

Vale salientar, então, que o homem possui uma memória dita coletiva e individual. A memória individual, por sua vez, “não prescinde dos quadros sociais, ou seja, grupos e instituições, como a família, a escola, a igreja, os sindicatos” (THIESEN, 2006, p. 18). A memória individual remete às lembranças mais profundas dos sujeitos, uma vez que são vivências sofridas pelo homem em seu particular e que, por essa razão, podem não ser relatos de outros de sua mesma comunidade. A memória coletiva, por sua vez, necessita do entrosamento, ou melhor, das relações estabelecidas entre os sujeitos em um tempo e espaço para serem produzidas.

Além disso, Halbwachs (2006, p. 133) informa que a memória coletiva “retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou aquele grupo. Além disso, ela já não atinge diretamente os acontecimento e as pessoas”. Sob esse pensamento, fica evidente que, apesar do sentimento de pertença em um dado grupo, o indivíduo assimilará o que lhe convém e o que lhe é relevante para as atividades cotidianas, sendo uma vez considerada a vivência pouco significativa, esta será consciente ou inconscientemente descartada.

Então, tanto a memória coletiva quanto a individual destrincha uma atividade intrapessoal na qual o sujeito, mesmo que inconscientemente, categoriza as lembranças deixando rastros marcantes, aquelas lembranças que lhe trazem um maior sentimento de pertença e de importância, seja ela qual for, e rastros frágeis, aqueles que não possuem tanta relevância.

Independentemente de denotar-se uma memória coletiva e memória individual, ambas provêm de uma interação entre um ou mais sujeitos ou de um sujeito em seu ambiente. Considerando que como o homem sempre está vinculado às relações sociais mesmo que inconscientemente, suas experiências ditas individuais serão expressas a partir de suas atitudes para com o grupo e, consequentemente, serão assimiladas pelos mesmos.

Fazendo menção aos documentos, estes são entendidos aqui como registros de conteúdos informacionais fincados em um dado suporte e que auxiliam nas tomadas de decisões ou que refletem sobre, além de informar assuntos condizentes à realidade de uma empresa ou de um indivíduo (FEIJÓ, 1988).

No que advém especificamente as documentações provindas das atividades cotidianas, Bellotto (2006, p. 27) constata que “o arquivo permanente não se constrói por acaso”. Por conseguinte, a documentação de caráter permanente, e aqui relacionando com a

documentação dos arquivos privados e pessoais, reflete características do sujeito pertencido do documento situando-o em um tempo e espaço de acordo com práticas sociais dos quais ele, enquanto sujeito social está inserido. Para Cabral (2009, p.14)

O documento constitui uma prova palpável do que já não existe, do intangível. Esta memória do passado contribuiu desde sempre para justificar a criação dos arquivos e a sua proteção. Os arquivos foram criados perto do poder político sendo eles próprios uma extensão e uma âncora desse poder político. Mas junto do poder político, as interpretações podem ser feitas à medida, a manipulação das fontes não é impossível.

Por este viés, parece evidente que no percurso de uma pesquisa de cunho histórico, os pesquisadores são subsidiados por outras fontes além das documentais, visando dar confiabilidade em seus trabalhos. Além disso, o que fica evidente é que, assim como a memória, informações também são silenciadas ao documento. Nas memórias, esse silenciamento pode surgir seja por um trauma ou por conveniência do indivíduo. A realidade dos arquivos, e mais especificamente dos documentos, o silenciamento pode ocorrer de diversas formas podendo elas ser delimitadas em intencionais e não intencionais. Por sua vez, esses silenciamentos geram o que Bellotto (2006) classifica como dispersão documental.

A dispersão do acervo documental pode ser considerada uma prática natural nos ambientes de arquivo, uma vez dada a necessidade de eliminar documentos e, portanto, havendo a eliminação daqueles documentos ditos de caráter permanente e preservando aqueles que, com a gestão documental, deveriam ser eliminados. Todavia, a referida atividade de dispersão documental está ligada à eliminação indevida dos documentos sendo esta realizada, muitas vezes, pelos envolvidos diretos com a documentação ou instituição mantenedora do acervo. Nesse entorno, Cabral (2009, p. 13) revela:

Os documentos de arquivo que nos chegam às mãos não correspondem à totalidade dos documentos produzidos em cada época. Pensar doutra maneira seria estultice. Fosse devido a desastres, fosse devido a uma destruição intencional, a massa documental que nos resta e com a qual escrevemos a história, é apenas uma parte do que terá sido produzido.

Ainda de acordo com a autora, uma vez que a triagem é feita em seus ambientes de arquivo, os documentos perpassam por uma triagem e aqueles ditos “sobreviventes”, a partir de uma ordem preestabelecida, marcarão a história escrita daqui a algum tempo (CABRAL, 2009). Esta seleção deve ser dada de forma criteriosa e amparada legalmente uma vez que, segundo Crippa (2011, p. 61)

a história propõe-se a exatidão da representação, por intermédio de uma ordem que procura revelar as formas do passado. A História é legitimadora e lida com o passado “cientificamente”, ou seja, afastando-o, na tentativa de tornar objetivos os parâmetros de estudo. Se a memória é unificadora, a história é separadora, pois, por vocação, procura rupturas nos fatos. A História é mediada e, ao mesmo tempo em que separa pelas rupturas, ela une a narrativa com base nas memórias.

A história faz uso dos documentos também como forma de delinear o passado. Considerando a dispersão dos mesmos, o historiador apresentará lacunas em suas pesquisas necessitando de outros mecanismos para preenchê-las como, por exemplo, o discurso de outros especialistas da área, daqueles que vivenciaram ou foram-lhe passados a disseminação de fatos e/ou fenômenos em um dado tempo e contexto específico.

Segundo Bellotto (2006, p. 168), as dispersões geradas nos fundos documentais são habitualmente ocasionadas devido ao

sequestro e confisco de documento (...) o que provoca a saída daqueles registros de seu domicílio legal para as novas sedes (...); obediências a determinações superiores pontuais e circunstanciais de caráter, ainda que contrária às disposições legais ou à tradição vigente; acatamento de determinações legais correspondentes a situações de época, figurando mesmo em atos normativos de maior peso jurídico como Constituição, estatutos e regimentos, significando obrigações e interesses de momento e discordantes das regras do direito e das metodologias da arquivística e da tradição histórica.

A dispersão, sem dúvida, prejudica a construção/reafirmação da memória da instituição mantenedora do acervo. Além disso, essa realidade vai de confronto aos princípios norteadores da Arquivologia tais como a proveniência e o respeito aos fundos.

Bellotto (2006) esclarece que a dispersão de fundos arquivísticos não necessariamente é apresentada fisicamente. Muitas vezes, a dispersão pode ser admitida intelectualmente, na medida em que um documento admitido em um dado fundo estiver em outro.

Faz-se crer que as dispersões também podem ser ocasionadas diante da boa intenção por parte dos gestores do acervo documental. Nesses casos, ela pode ser gerada a partir de projetos de restauração documental indevida, podendo acelerar a degradação do documento. Outro fator que pode ocasionar este feito é a inadequação de acondicionamento, principalmente para os acervos que apresentam diferentes gêneros documentais armazenados em um mesmo ambiente.

Apesar dessa realidade, percebe-se uma escassa produção acadêmica relatando sobre o fato e quais medidas a serem tomadas no intuito de recuperar os elos documentais perdidos, limitando-se basicamente ao capítulo denominado Dispersão e Reintegração de fundos do livro Arquivos Permanentes: tratamento documental da escritora Heloísa Bellotto.

No entanto, o arquivista está amparado a partir de leis, decretos e regulamentações institucionais que esclarecem os direitos e deveres de todos os atores envolvidos no sistema. Um exemplo desta regulamentação encontra-se na Lei nº 8.159 (BRASIL, 1991) que em seu artigo 1º constata que “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Já no artigo 4º da mesma Lei afirma-se que

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Nesse segundo caso, a Lei de Acesso à Informação auxilia na democratização quanto à disponibilização informacional à sociedade de um modo geral resguardando as informações de caráter sigiloso. Isto posto, a Lei de Acesso à Informação deve ser seguida principalmente pelos órgãos públicos vinculados à administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; assim como as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades que estão interligadas direta ou indiretamente à gestão pública seja através da União, do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios.

Assim, através das leis e decretos, bem como das diretrizes institucionais, tende-se a criar mecanismos destinando proteger a documentação sem impedir o acesso às informações seja para testemunho, investigação histórica ou objetivando o cunho informativo. A proteção respalda todo o processo gerencial do documento, mas principalmente sobre as questões de acondicionamento e condutas para a manipulação.

Todavia, a dispersão documental pode ocorrer através do consentimento dos próprios gestores que estão à frente dos arquivos. Nesses casos, a descontextualização documental pode dar-se devido à necessidade de espaço, do que lhe convém ser salvaguardado ou não, do sentimento de posse ou até mesmo diante da tentativa de omissão de determinadas

informações. Nesse último caso, um exemplo ainda presente na história brasileira é quanto à eliminação de documentos do período da ditadura, provocando lacunas históricas e gerando uma dicotomia entre a memória oral e a história apresentada em livros e registros oficiais. Corroborando esta perspectiva, Moreira e Romão (2011, p. 86) ressaltam que

Controle, censura e guarda secreta de documentos oficiais de governos são questões que se perpetuam, ao longo do tempo, e discursivizam a estabilização de certos sentidos ditos oficiais e legitimados em detrimento de outros que não deixam de se movimentar e produzir efeitos, no caso, como sentidos considerados marginais ou de resistência”.

Nessa direção, a descaracterização dos acervos arquivísticos confrontam os princípios estabelecidos pela Arquivologia tais como o da unicidade, no qual cada documento é percebido como único na instituição que o produziu ou o recebeu.

Nesta perspectiva, os procedimentos de reintegração visam, acima de tudo, produzir conexões lógicas àqueles documentos recebidos e produzidos ainda armazenados na instituição. Focando na contextualização do acervo, o arquivista pode iniciar seu processo de reintegração a partir de várias frentes. Uma delas é a entrevista a ser realizada com os funcionários e demais responsáveis da instituição e, especialmente, do arquivo intentando verificar quais gêneros, espécies e tipologias documentais foram indevidamente eliminadas bem como o período cronológico da eliminação e quais assuntos foram descartados.

Isso se caracteriza como outra atividade favorável à reintegração com base nos documentos ainda restantes no acervo. Apesar da descaracterização do acervo, a documentação armazenada pode trazer à tona, alguns elementos que direcionem a investigação do arquivista quanto à possível localização dos documentos faltosos, podendo apresentar relatos de empréstimo ou até mesmo doação para outras instituições.

Quando a dispersão já é uma realidade instaurada em um arquivo, uma das medidas a serem tomadas para a ressignificação da memória institucional é através da reintegração do acervo. A reintegração parte de rastros deixados pelos documentos ainda pertencentes no ambiente de arquivo. Segundo Bellotto (2006, p. 171), gera-se uma necessidade, por parte do arquivista, de “não medir esforços para tentar manter os documentos sob sua guarda, ou aqueles que deveriam estar afastados de condições adversas”. As atividades de reintegração dos fundos são árduas e nem sempre apresentam o resultado desejado. Todavia, o arquivista não deve medir esforços para dispor as informações aos usuários primando pela fidedignidade e confiabilidade.

3 ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR DUARTE

O campo empírico definido para o estudo é o Arquivo Histórico Waldemar Duarte (**Figura 1**) por se tratar de um arquivo que apresenta em seu acervo documental, parte da identidade paraibana no que envolve as atividades administrativas. O referenciado arquivo encontra-se localizado na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC) na Avenida Abdias Gomes de Almeida, número 800.

Figura 1- Foto do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.



Fonte: Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

O Arquivo Histórico Waldemar Duarte foi inaugurado no dia 2 de junho de 1987 durante a gestão do então Governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Burity. O idealizador do Arquivo Histórico do Espaço Cultural foi o jornalista e escritor Waldemar Duarte que, ao perceber a relevância da documentação histórica amontoada no arquivo do Espaço Cultural, e inquieto com o estado e o modo de acomodação e conservação dos documentos de caráter histórico, engajou-se no projeto de gerar um arquivo composto por documentos históricos sob a responsabilidade do Governo da Paraíba, o que deu início à formulação de um arquivo de caráter histórico aberto a pesquisadores e ao público de um modo geral.

Nascido em 1923, na cidade de Uiraúna, Waldemar Duarte obteve formação acadêmica em Jornalismo e Biblioteconomia, sendo figura ilustre no cenário paraibano participando como membro da Academia Paraibana de Letras, ex-membro do Conselho Estadual de Cultura da Paraíba, além de ex-presidente da União Brasileira de Escritores –

Secção Paraíba. Waldemar Duarte faleceu em 4 de setembro de 2004, aos 81 anos na cidade de Taubaté- São Paulo vitimado de falência múltipla dos órgãos.

No contexto atual, o Arquivo Histórico Waldemar Duarte integra cinco pessoas em seu quadro de funcionários, estando aberto ao público das segundas às quintas-feiras, das 12h30min às 17h30min, tendo a sexta o horário diferenciado (das 8h às 12h).

3.1 DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR DUARTE

O Arquivo Histórico Waldemar Duarte é composto por documentos tanto de instituições públicas como de privadas e de pessoas físicas provindos de doações, como é o caso da doação de documentos pertencentes ao jornalista Waldemar Duarte, bem como fotografias doadas pelo fotógrafo Gilberto Stuckert. As referidas fotografias dizem respeito a eventos marcantes para a cidade de João Pessoa, além de relatar o progresso das ruas da capital paraibana (**Figura 2**).

Figura 2 - Trecho do Bairro de Tambaú, em encontro com a Avenida Epitácio Pessoa, 1935.



Fonte: Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Desse modo, o arquivo é descaracterizado visto que, o princípio da proveniência respeita a relação produtor/fundo destes documentos, o que não acontece no arquivo histórico mencionado. Apesar de a discussão e crítica sobre a proveniência documental do arquivo não

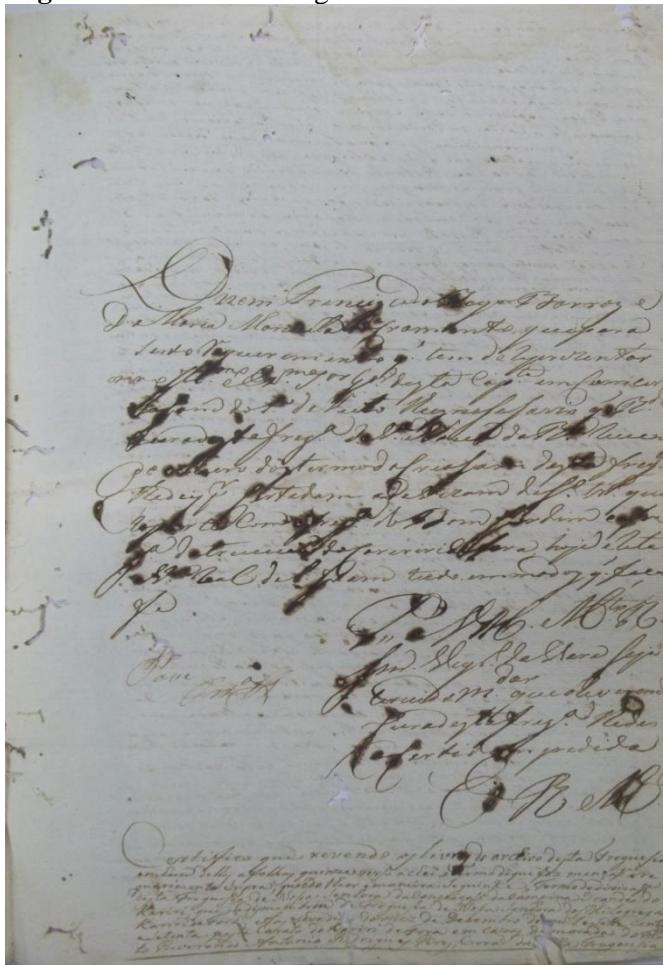
serem alvo de investigação desta pesquisa, destacamos tal ponto, uma vez que para a Arquivologia, o princípio da proveniência, unicidade, e demais princípios devem ser levados em conta quando se elabora um plano de classificação e instrumentos de pesquisa (BELLOTTO, 2006).

O não cumprimento dos princípios arquivísticos potencializa a descaracterização relacional dos documentos de um determinado fundo. A referida descaracterização pode ocasionar a eliminação de documentos que, inicialmente, não são relevantes para o perfil de usuários. Nesse viés, ressalta-se a importância em se fazer investigações, com a finalidade de constatar se os documentos, de fato, devem ou não ser eliminados e adotar as demais medidas necessárias, tal como listagem de eliminação documental.

O então Arquivo do Espaço Cultural era um espaço apenas para a documentação do Arquivo Público do Estado da Paraíba. Esse citado arquivo apresenta tanto documentos administrativos produzidos e recebidos pelo governo quanto documentação de caráter histórico. Todavia, a documentação não recebia nenhum tipo de tratamento, contribuindo para que, ao longo dos anos, alguns documentos fossem eliminados devido ao seu grau de degradação assim como a falta de projetos intervencionistas para a restauração do acervo documental.

Evidencia-se ainda que o arquivo possui documentos que necessitam de intervenções de profissionais capacitados na área de restauração documental (ver **Figura 3**). Em suma, será necessária principalmente a lavagem documental, para equalizar o PH do papel e da tinta ferrogálica utilizada para a escrita e, além desses procedimentos, o uso do papel triturado com o intuito de preencher as fissuras provocadas ao longo das décadas.

Figura 3 - Documento degradado.



Fonte: Documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

O acervo do Arquivo Histórico também abrange documentos das atividades administrativas dos períodos colonial, imperial e da República. Portanto, correspondem a cartas recebidas e expedidas ao rei D. Pedro I, além de jornais publicados e encadernados desde o ano de 1912 até os dias atuais, bem como documentos com registros de construção de instituições, bairros e demarcações de áreas indígenas no estado paraibano.

O acervo é composto pelos seguintes gêneros documentais: Textuais, Iconográficos, Sonoros, Filmográficos, Digitais e Cartográficos. Apesar da variedade de gêneros (reunião de espécies documentais que apresentam semelhanças em seus caracteres essenciais como suporte e forma), o arquivo comporta, em sua maioria, documentos textuais sendo eles manuscritos, datilografados e impressos. Apenas em nível de explicitação, admiti-se como Gênero Documental a

Reunião de **espécies documentais** que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o **suporte** e o **formato**, e que exigem **processamento técnico** específico e, por vezes, mediação técnica para

acesso(1), como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99, *grifo do autor*).

Dentre as diversas espécies documentais identificadas no arquivo, pode ser destacadas: memorando, ofício, ata, circular, carta, planta, decreto, processo, relatório, portaria, notificação, correspondência, edital. Entende-se nesta pesquisa como espécie documental a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por suas características comuns de estruturação da informação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 20). Corroborando essa visão, Camargo e Bellotto (1996 *apud* BELLOTTO, 2008, p. 8) afirmam que a espécie documental é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”.

Já para os tipos documentais, constata-se os ofícios recebidos, ofícios expedidos, ata de reunião, decreto-lei, relatório de atividades, carta-convite. Nessa investigação, considera como tipologia documental “a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora” (BELLOTTO, 2008, p. 7).

Essa variedade em tipologias documentais é potencializada devido ao Arquivo Histórico armazenar documentos provindos de diversos períodos da história paraibana, assim como de diferentes fundos (administrativo, contábil, jurídico) e que, consequentemente, produzem efeitos singulares.

Normalmente a consulta documental é realizada por assunto, no qual o pesquisador identifica a matéria a ser pesquisada e, então, os colaboradores do arquivo disponibilizam o documento solicitado. Porém a documentação está organizada pelo método cronológico, tais como os jornais que são datados desde 1906 (União), mas devido à falta de conservação adequada, os jornais disponibilizados para pesquisa são datados a partir de 1912 até os dias atuais. Desde 1963, o arquivo passou a adquirir os jornais Correio e O Norte.

Diante desses fatos, constata-se que os usuários realizam suas investigações a partir informações e/ou pré-requisitos já estabelecidos, haja vista que se assim não o for, pode dificultar ou até mesmo impedir a consulta.

Além dos jornais, o arquivo também comporta documentos durante o período de atuação de determinados governadores estaduais (João Pessoa, Sólon de Lucena, João Lopes Machado), estando esses também sob a ordenação cronológica mediante sua produção. Essa documentação do período de gestão dos referidos governadores está relacionada a

documentos armazenados em outros arquivos pertencentes ao estado da Paraíba, como é o caso da Fundação Casa José Américo, localizado na Avenida Cabo Branco.

Algumas documentações já passaram pelo processo de higienização e transcrição, principalmente no que concerne aos documentos do período colonial, imperial e republicano. A higienização documental foi interrompida permanecendo apenas as transcrições. Desta forma, à medida que a direção do arquivo é reformulada por questões políticas ou adversas, os procedimentos do arquivo também são modificados estando, atualmente, o arquivo sob a responsabilidade de João Pedro Ferreira da Silva (Diretor Responsável).

O arquivo não realiza microfilmagem e, por conseguinte, não possui leitor dos microfilmes. Apesar disso, é permitido o acesso aos documentos, sendo esse restrito apenas aos documentos em grau elevado de deterioração. Outro ponto a ser destacado é quanto à reprodução dos documentos, não sendo essa permitida sem a autorização registrada em documento pelo Diretor Responsável. Contudo, durante o período inicial de investigação no arquivo, percebeu-se a reprodução fotográfica de documentos por parte dos pesquisadores, principalmente no que diz respeito aos jornais, sem o devido consentimento do responsável do arquivo.

A documentação encontra-se armazenada em estantes convencionais de madeira, bem como estantes deslizantes. No que concerne às estantes deslizantes, Castro et al (2007, p. 138) revelam que com a inserção dessas estantes a “economia de espaço conseguida com a adoção da estanteria deslizante proporciona uma elevada redução nos investimentos necessários para prover a área de armazenamento da infraestrutura necessária”.

Estima-se que tal economia gire em todo de 70% se comparada com a adoção de estantes convencionais no mesmo recinto. Para o armazenamento dos documentos nas estantes, são utilizadas caixas poliondas que, em sua maioria, são destinadas aos documentos do período colonial, republicano e imperial, e caixas de papelão armazenando, por exemplo, os diários oficiais assim como a utilização da encadernação para o acondicionamento dos jornais.

3.1.1 Documentação do Período Colonial

A documentação do Período Colonial está acondicionada em quatro caixas poliondas armazenando um total de 465 documentos. Desses 465 documentos, 199 possuem apenas

transcrição manuscrita, 8 documentos transcritos em documentos datilografados, 144 documentos originais transcritos tanto em manuscritos como em datilografia e 114 documentos ainda não apresentam nenhum tipo de transcrição (ver **Quadro 1**).

Quadro 1 - Verificação de Transcrição dos Documentos do Período Colonial

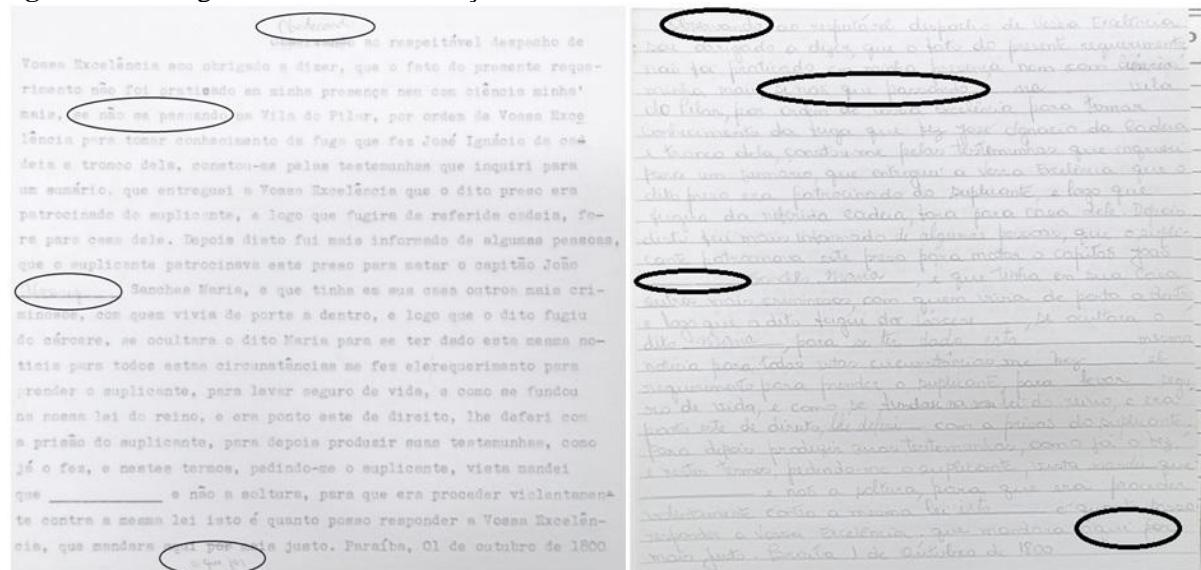
Caixa	Transcrição manuscrita	Transcrição datilografada	Transcrição datilografada e manuscrita	Documentos sem transcrição
Caixa 1	17 documentos	1 documentos	47 documentos	18 documentos
Caixa 2	47 documentos	1 documentos	90 documentos	22 documentos
Caixa 3	37 documentos	0 documentos	7 documentos	37 documentos
Caixa 4	98 documentos	6 documentos	0 documentos	37 documentos
TOTAL	199 documentos	8 documentos	144 documentos	114 documentos

Fonte: Dados da pesquisa.

Essas informações tornam-se válidas na medida em que demonstram a preocupação do arquivo histórico em dispor as informações aos seus usuários uma vez que certas expressões utilizadas na época, assim como abreviações ou a própria grafia do produtor do documento podem dificultar a leitura e, consequentemente, a interpretação do documento. Diante das informações levantadas na primeira tabela, constata-se que a caixa 2 possui o maior índice de documentos transcritos, seguida da caixa 4, caixa 1 e caixa 3.

Dessa forma, durante a consulta, o usuário pode optar pela utilização da transcrição que melhor lhe convém. Além disso, possibilita o acesso facilitado aos profissionais da informação para futuras intervenções no arquivo, principalmente no que diz respeito às atividades de representação da informação. Entretanto, percebe-se que há certa divergência em algumas transcrições produzidas, uma vez que as transcrições manuscritas e datilografadas não condizem fielmente uma a outra (ver **Figura 4**). Nesses casos, aconselha-se que o usuário tenha em mãos o original a fim de verificar qual das transcrições condiz fielmente ao conteúdo do documento.

Figura 4 - Divergência entre as transcrições



Fonte: Documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Na **Figura 4** é constatado que enquanto a transcrição datilografada apresenta as palavras “obedecendo”, “se não se passando”, “Alvarez” e “o que for”, a transcrição manuscrita evidencia as palavras “observando”, “senão que passando”, terceiro círculo sem palavra e “aqui for”. Apesar de serem palavras que, a princípio, não causam grandes transtornos durante a leitura, fica clara a necessidade de uma revisão na transcrição uma vez que foram encontrado 4 divergências entre as palavras provindas de um mesmo texto.

Além disso, são encontradas transcrições tanto manuais como datilografadas que apresentam a inexistência de palavras no documento original. Supõe-se que os transcritores fizeram uso da transcrição realizada (manuscrita ou datilografada), tornando uma espécie de reprodução informacional da transcrição primária. Dessa feita, faz-se crer que os profissionais responsáveis pelas transcrições sentiram dificuldade durante a tradução dos documentos e, mesmo diante de suas experiências, não conseguiram identificar determinadas palavras ou expressões no decurso do documento original (ver **Figura 5**).

Fica evidente que os usuários estejam preocupados quanto às transcrições dispostas para suas pesquisas e que, havendo dúvidas se os documentos são válidos em suas investigações, devem se reportar ao profissional do Arquivo Histórico e solicitar o documento original.

Figura 5 - Trecho de transcrição datilografada e manuscrita com ausência de palavras.

Silva e Meiel sargento Mai das tropas pagas que governavam a cidade de Paraíba e do Norte, se não representou que ele não tenha servido o mais de cinquenta anos desde a prega de soldado até o referido ponto de sargento Mai que estava exercendo com a _____ fazem honrado procedimento e zelo do real serviço que era bem constante e se manifestava dos documentos que oferecia; e porque achava vago desde Agosto, de mil seiscentos e setenta e cinco, além de outros noventa e do comendante da Fortaleza de Santa Catarina da Barra do Cabedelo da sobreditas cidades da Paraíba por falecimento de Luiz Quixodá de Lira que exercia, pela razão _____ haverem proposto por vós, a quem pertenciam e no suficiente concorriam tais se circunstâncias para bem servir o mencionado ponto, de comendante da dita Fortaleza, me pedis hoje servir mandar-vos saíjar as ordens naõ sárias, para efeito de propor os oficiais que comparecerem mais cedo para ocuparem não só o referido ponto de comendante da mencionada Fortaleza, mas também todos os mais que atualmente se achavam vagos, na tropa que governava a sobreditas cidades da Paraíba, sendo visto o seu requerimentos. Me pareceu ordenar-vos informar com o vosso parecer, ouvindo ao governador da Paraíba, propondo todos os pontos, que se acharem vagos no vosso governo, na conformidade das minhas leis e ordens -

Tropas pagas que guarneciam o Redade da Fortaleza da Barra, que não representava que elas não tinham servido o mais de cinquenta anos desde a praça de rebelta até o extinto ponto de sargento Mai que estava exercendo com a _____ fazem honrado procedimento e zelo do real serviço que era bem constante e se manifestava dos documentos que apresentava e porque achava vago desde Agosto, de mil seiscentos e setenta e cinco, além de outros noventa e do comendante da Fortaleza de Santa Catarina da Barra do Cabedelo da sobreditas cidades da Paraíba por falecimento de Luiz Quixodá de Lira que exercia, pela razão _____ haverem proposto por vós, a quem pertenciam e no suficiente concorriam tais se circunstâncias para bem servir o mencionado ponto, de comendante da dita Fortaleza, me pedis hoje servir mandar-vos saíjar as ordens naõ sárias, para efeito de propor os oficiais que comparecerem mais cedo para ocuparem não só o referido ponto de comendante da mencionada Fortaleza, mas também todos os mais que atualmente se achavam vagos, na tropa que governava a sobreditas cidades da Paraíba, sendo visto o seu requerimentos. Me pareceu ordenar-vos informar com o vosso parecer, ouvindo ao governador da Paraíba, propondo todos os pontos, que se acharem vagos no vosso governo, na conformidade das minhas leis e ordens -

Fonte: Documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Essa realidade é evidenciada também nos documentos que apresentam apenas a transcrição manual ou datilografada. Como foi apresentado na **Figura 5**, esse fato pode ser apresentado mesmo àqueles documentos que passaram por dois processos de transcrições (manual e datilografado) necessitando, por essa razão, da revisão das transcrições existentes e da produção dos mesmos para aqueles documentos que não passaram pela atividade de transcrição.

Ainda em pesquisas iniciais, foi possível constatar que 41 transcrições manuscritas foram encontradas sem os originais, bem como 8 transcrições datilografadas e 88 transcrições datilografadas e manuscritas. Isso resulta no total de 137 documentos originais dispersos ou não acondicionados em conjunto com suas respectivas transcrições (ver **Quadro 2**).

Quadro 2 - Contagem de Transcrições sem os Originais

Caixa	Apenas transcrição manuscrita	Apenas transcrição datilografada	Apenas transcrição datilografada e manuscrita
Caixa 1	5 documentos	2 documentos	19 documentos
Caixa 2	19 documentos	5 documentos	67 documentos
Caixa 3	6 documentos	0 documentos	0 documentos
Caixa 4	11 documentos	1 documentos	2 documentos
TOTAL	41 documentos	8 documentos	88 documentos

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa prerrogativa, fica evidente a necessidade de um estudo na documentação visando averiguar as causas se os documentos encontrados apenas com suas respectivas transcrições foram dispersos de seu fundo ou estão armazenados nas demais caixas correspondentes ao período colonial.

Esse dados são preocupantes dada a relevância da documentação dispersa. Pretendendo reintegrar esses documentos dispersos, tem-se que investigar sua localização, seja pelo fato de estarem acondicionados em outro ambiente pertencente ao arquivo, ou em demais instituições arquivísticas da Paraíba. No primeiro e/ou no segundo caso, as transcrições devem reportar a real localização dos documentos através de uma observação ou nota.

Caso os documentos tenham sofrido eliminação (condições ambientais, físicas, químicas), uma das medidas a serem tomadas seria o reporte a possíveis documentos que

apresentam relação com o eliminado. Para tanto, devem ser estabelecidos os principais pontos de acesso utilizados pelos usuários, assim como a construção e reformulação das transcrições e componentes representativos.

4 REPRESENTAÇÃO DESCRIPTIVA DA INFORMAÇÃO

A informação é um insumo estratégico e de poder na sociedade contemporânea, responsável por provocar mudanças nos pilares sociais, culturais, políticos e econômicos. Todavia, para obter esse feito “a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (MCGARRY, 1999, p. 11). Por essa razão, aos profissionais da informação é necessário um olhar apurado para as atividades corriqueiras de representação, principalmente devido aos grandes volumes de informação, à produção e recebimento diário de documentos.

Mas, o próprio termo representar é ambíguo uma vez que tanto pode ser compreendido como processo assim como produto (KOBASHI; FERNANDES, 2009). Além da ambiguidade referente ao termo de representação e em especial na representatividade da informação, o desempenho de suas técnicas pode contribuir para a disseminação da informação ou prejudicá-la, quando não é realizada apropriadamente.

Segundo as dificuldades existentes no ato da representação sob os cientistas da informação, Novellino (1998, p. 137) assegura:

Uma das atribuições da ciência da informação é construir teorias e elaborar métodos para a transferência da informação, fundamentando o estabelecimento de canais formais para a comunicação da informação. A ação de transferência da informação engloba representação, recuperação e comunicação. Tradicionalmente, porém, ênfase maior é dada à representação.

Nessa perspectiva, na Ciência da Informação, o enfoque volta-se para os componentes representativos, tanto em ambientes físicos quanto em ambientes digitais, para garantir a salvaguarda e a disponibilização informacional sempre que solicitadas. Assim, têm-se percebido o desenvolvimento e o aporte de ciências consolidadas como, por exemplo, a Biblioteconomia garantindo que a informação seja acessada de modo eficiente. Todavia, como toda evolução, as atividades corriqueiras que outrora eram realizadas apenas em suporte físico necessitaram da disposição em ambiente digital para o aprimoramento pragmático assim como teórico. É nesse sentido que Chu (2007, p. 25, *tradução nossa*) declara que

como o esquema de representação pode ser aplicado de forma consistente e precisa, ainda apresenta desafios para os profissionais da informação, mesmo

se as escolhas dos esquemas não forem a preocupação e alguns métodos (p. ex., abstração) não necessitarem de um esquema para ser implementado. Representação da Informação, em poucas palavras, significa desafio, complexidade e sutileza.

Dessa forma, ressalva-se aqui a dificuldade dos profissionais da informação quanto à representação das informações, em especial no ambiente digital, considerando-se a subjetividade dos usuários durante sua consulta e a impossibilidade de tais usuários muitas vezes contribuírem para o desenvolvimento dos componentes de indexação e descrição.

Assim, dá-se a relevância dos estudos de usuários, bem como comportamental visando à compreensão de busca, tendo em vista que nesses estudos são levados em conta aspectos sociais, antropológicos, psicológicos e culturais. Todavia, no caso da representação informacional em espaço digital, o foco atenta-se às exigências informacionais dos usuários, não apenas tentando entender o processo de busca, acesso e uso da informação, mas, consecutivamente a isso, em estabelecer mecanismos de acesso que facilitem tal relação em poucos cliques.

4.1 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

Inicialmente, os arquivos não utilizavam procedimentos padronizados em suas atividades diárias indo, portanto, de acordo com o bom senso e conhecimento do responsável pelo arquivo. Na medida em que os procedimentos produziam resultados eficientes em determinados arquivos, eles eram seguidos dos demais se transformando, com o passar do tempo, em atividades padronizadas e normativas.

Essa necessidade de ordenamento seria apenas questão de tempo ao se considerar a necessidade organizacional dos ambientes responsáveis pela guarda das informações, principalmente em arquivos e bibliotecas. Mas, é preciso ressaltar que o homem sempre produziu meios para organizar e recuperar os registros condizentes às suas atividades diárias (SILVA et al, 1998). Nessa direção, Paes (2004, p. 15-16) revela:

Logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreendiam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares. Surgiram, assim, os arquivos, destinados

não só à guarda dos tesouros culturais da época, como também à proteção dos documentos que atestavam a legalidade de seus patrimônios, bem como daqueles que contavam a história de sua grandeza.

Assim, surgiam arquivos, bibliotecas e museus buscando armazenar e preservar as produções de uma dada sociedade delineada em um tempo e espaço. Esse armazenamento e preservação potencializavam a indefinição do que seria elemento de um arquivo de uma biblioteca e de um museu uma vez que ambos possuíam um mesmo objetivo: a preservação informacional independentemente de sua materialização. O passar dos anos, principalmente com a inserção e difusão da imprensa, favoreceu para delinear qual era o objeto de estudo do arquivo de uma biblioteca e o do museu (PAES, 2004).

Mas, apesar de a função dessas três instituições informacionais (arquivo, biblioteca e museu) serem o de guardar, seu intuito é divergente haja vista que, em um primeiro momento, os museus e bibliotecas têm uma função cultural enquanto que a função do arquivo é funcional. Assim, com o passar do tempo os arquivistas se revestiam das mais variadas atividades desde atividades relativas ao arquivo corrente, perpassando ao arquivo intermediário até se chegar ao arquivo permanente (PAES, 2004). Neste viés, com o advento das tecnologias, os profissionais de arquivos voltaram as suas preocupações quanto à aplicação dos trabalhos arquivísticos tradicionais ou à formulação de tais atividades para a documentação eletrônica e digital dos mais diversos gêneros e tipologias documentais.

É imprescindível revelar que na arquivística contemporânea, a organização dos arquivos se dá por dois principais aspectos. O primeiro refere-se aos grandes volumes de documentos produzidos e acumulados diariamente pelas organizações, exigindo uma maior sofisticação dos esquemas de ordenamento para uma recuperação eficiente. Já o segundo ponto vincula-se ao desenvolvimento teórico da organização de documentos arquivísticos, principalmente quanto ao princípio da proveniência.

Diante dessas preocupações encontra-se a representação do acervo eletrônico e digital. Esse se dá tendo em vista que, independentemente de sua natureza (física ou lógica), o documento esteja devidamente representado para atender às necessidades informacionais dos usuários, independentemente de suas questões adversas, podendo ser acessadas de maneira ágil, fácil e confiável. Por esse fator, Mattos (2010, p. 40) atenta que o “tempo do produtor geralmente é curto. O do consumidor mais ainda. Por isso não convém gastar muito tempo com o desenvolvimento histórico e exigir do consumidor muito esforço a mais, por mais interessantes que o contexto possa ser”.

As discussões envolvendo os documentos eletrônicos vêm ganhando espaço no meio acadêmico arquivístico. Isto supõe que os procedimentos arquivísticos em documentos em suportes tradicionais (papel, fotografias, etc.) já estão consolidados, o que não se apresenta com tanta firmação em suportes eletrônicos. Esta inconstância é gerada justamente pela constante modificação dos suportes de armazenamento e dos formatos digitais, provocando uma acelerada obsolescência e atentando para as preocupações quanto à produção, armazenamento, organização, protocolo e demais exercícios arquivísticos.

No que diz respeito à Arquivologia como ciência, Castro et al (1988, p. 25) relatam que a mesma é definida como “complexo de conhecimentos teóricos e práticos relativos à organização de Arquivos e às tarefas do Arquivista”. Em seu construto teórico, a Arquivologia adequou métodos de organização já difundidos há muito tempo e consolidados pela Biblioteconomia. Todavia, por mais que os arquivistas pudessem adaptar os métodos estabelecidos nas bibliotecas, os arquivistas logo adequavam os instrumentos de tal forma que se constituíam em outros produtos.

Dentre as normas que favorecem a representação descritiva arquivística, pode-se destacar a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE e a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G). Como é de se esperar, vários países elaboraram e estabeleceram seus padrões normativos de descrição. No caso especial do Canadá, sua normalização foi patrocinada pelo *National Council on Archives / Conseil National des Archives*, no qual esses lançaram a proposta de normatização para o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), e, então, em 1988, criam-se as Normas Internacionais de Descrição.

A ISAD (G), por exemplo, surge através da colaboração de vários especialistas e representantes de vários países, sendo publicada no ano de 1994. Entretanto, a ISAD (G) passou por diversas revisões, inclusive com a participação de representantes do Brasil. Apesar dessas contribuições, os especialistas brasileiros perceberam que a ISAD (G) não refletia adequadamente as necessidades descritivas informacionais do Brasil, uma vez que a ISAD (G) apresentava um alto grau de generalidade fazendo com que cada país que utilizasse essa norma técnica produzisse, posteriormente, suas próprias normas técnicas. Nesse sentido, surge a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), criada através da Portaria nº 56, de 30/09/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (CONCARQ), com o intuito de propor normas brasileiras condizentes com a sua realidade e em conformidade com a ISAD (G) e a ISAAR (CPF).

A ISAD (G) está delineada em 7 áreas descritivas, mais três apêndices sendo esses destinados ao modelo dos níveis de arranjo de um fundo, das relações entre registros de descrição e de autoridade esboçadas em um exemplo e, por último, o exemplo da descrição realizada com base na ISAD (G). Retomando as áreas de descrição, elas são delineadas em 26 elementos da seguinte forma:

- Área de identificação - Código de referência, Título, Data(s), Nível de Descrição, Dimensões e Suporte;
- Área de contextualização - Nomes(s) do(s) Produtor(es), História Administrativa/Biografia, História Arquivística, Procedência;
- Área de conteúdo e estrutura - Âmbito e Conteúdo, Avaliação, Eliminação e Temporalidade, Incorporações, Sistema de Arranjo;
- Área de condições de acesso e uso - Condições de Acesso, Condições de Reprodução, Idioma, Características Físicas e Requisitos Técnicos, Instrumentos de Pesquisa;
- Área de fontes relacionadas - Existência e Localização dos Originais, Existência e Localização de Cópias, Unidade de Descrição Relacionada, Nota sobre Publicação;
- Área de notas – Notas;
- Área de controle da descrição – Nota do Arquivista, Regras ou Convenções, Data(s) da(s) Descrição(ões).

Já no caso da NOBRADE, esta surge diante da percepção da vantagem da aplicação da ISAD (G), adaptando os campos descritores existentes na ISAD (G) à realidade brasileira. Nesse fim, de acordo com o CONARQ (2006, p.10), a NOBRADE são,

Normas para descrição de documentos arquivísticos [que] visam garantir descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação.

Como foi exposto anteriormente, a NOBRADE foi constituída com o intuito de estabelecer os parâmetros normativos de descrição em conjunto com as exigências do Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA). A NOBRADE ainda apresenta como pressuposto básico para a representação descritiva os fundos bem como a descrição multinível, sendo eles: descrição do geral para o particular; informações

condescendentes para o nível de descrição; relação entre descrições; além da não repetição de informações condizentes em outros campos descritivos sendo composta de oito áreas as quais abarcam vinte e oito elementos. Assim, eles estão configurados da seguinte forma:

- Área de identificação - Código de Referência, Título, Datas, Nível de Descrição, Dimensões e Suporte;
- Área de contextualização - Nomes(s) do(s) Produtor(es), História Administrativa/Biografia, História Arquivística, Procedência;
- Área de conteúdo e estrutura - Âmbito e conteúdo, Avaliação, Eliminação e Temporalidade, Incorporações, Sistema de Arranjo;
- Área de condições de acesso e uso - Condições de Acesso, Condições de Reprodução, Idioma, Características Físicas e Requisitos Técnicos, Instrumentos de Pesquisa;
- Área de fontes relacionadas - Existência e Localização dos Originais, Existência e Localização de Cópias, Unidade de Descrição Relacionada, Nota sobre Publicação;
- Área de notas – Notas sobre Conservação, Notas Gerais;
- Área de controle da descrição – Nota do Arquivista, Regras ou Convenções, Data(s) da(s) Descrição(ões);
- Área de pontos de acesso e indexação de assuntos – Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos.

A área de identificação abrange cinco subtópicos nos quais o Código de referência possibilita a identificação da unidade descritiva; para o título, aconselha-se a utilização do título original do documento e se o documento não apresentar título, o descritor deve atribuí-lo podendo conter dados como o autor do documento ou ao destinatário, por exemplo; as datas dizem respeito às data-tópica, data-limite, data-assunto ou outras datas relevantes, tendo a data de produção delineada como componente representativo de caráter obrigatório; e, no caso do nível de descrição, são admitidos seis níveis (nível 0 ao nível 5).

Nesses, o primeiro nível é definido como nível 0 e corresponde ao acervo da entidade custodiadora; o segundo nível refere-se ao fundo ou coleção (nível 1); o terceiro é o nível 2 e diz respeito à seção; o quarto nível corresponde à série documental (nível 3); o nível 4 é relativo ao dossiê ou processo e o sexto nível diz respeito ao item documento, sendo este estabelecido no nível 5 (CONARQ, 2006, p. 26). A última área de identificação diz respeito à dimensão física e lógica e ao suporte da unidade descritiva.

Já a área de contextualização é constituída por quatro elementos, sendo o primeiro o Nomes(s) do(s) produtor(es) reafirmando, assim o princípio da proveniência; caso em que é

necessária, obviamente, a identificação nominal do produtor da unidade de descrição. O segundo elemento corresponde à História administrativa ou à Biografia da instituição. Já o terceiro componente diz respeito mais especificamente à História Arquivística e às informações que permeiam desde a produção documental, acumulação e custódia. O último elemento está vinculado à procedência e como o próprio termo sugere, é composto por informações condizentes à obtenção ou à transferência da unidade descritiva.

A terceira área denominada de área de conteúdo e estrutura é fragmentada da seguinte forma: âmbito e conteúdo, sendo de interesse para as pesquisas realizadas pelos usuários a identificação de demais informações importantes que não foram preenchidas até os presentes campos, inclusive de apoio ao campo título; a avaliação, eliminação e temporalidade estabelecem informações condizentes à destinação bem como aos prazos de guarda e, consequentemente, a seleção e eliminação; as incorporações que, segundo o CONARQ (2006, p. 42), têm o intuito de “Informar o usuário sobre acréscimos previstos à unidade de descrição”; e por último, o sistema de arranjo, o qual visa trazer informações sobre a sistematização do arranjo e/ou demais dados sobre a estruturação interna do arquivo.

No caso da área de condições de acesso e uso, ela abrange cinco domínios. O primeiro é condizente às condições de acesso que, como a própria expressão relata, são informes quanto às restrições de acesso e se nesse há ou não; as condições de reprodução, revelando as medidas restritivas de reprodução do documento pesquisado, caso o for; o idioma, no qual segundo o CONARQ (2006, p. 46) “informe idioma(s) e sistema(s) de escrita da unidade de descrição. Registre a existência de documentos cifrados ou de abreviaturas incomuns”; já as características físicas e requisitos técnicos são os informes quanto às peculiaridades do suporte físico, além das condições técnicas e dos problemas que porventura apareçam e que prejudiquem o acesso às informações necessitadas pelos usuários; e por fim, os instrumentos de pesquisa, explicitando os instrumentos relativos à unidade de descrição disponível aos usuários.

A área de fontes relacionadas é incorporada em quatro campos, sendo o primeiro referente à existência e localização dos originais; a existência e localização de cópias, evidenciando a localização das cópias da unidade de descrição; a unidade de descrição relacionada que, de acordo com o CONARQ (2006, p 51), tem como regra o registro de informação “sobre a existência de unidades de descrição que sejam relacionadas por proveniência ou outra(s) forma(s) de associação na mesma entidade custodiadora ou em qualquer outra”; a nota sobre publicação, indicando, caso haja, publicações realizadas pela

unidade de descrição ou que foram produzidas com o seu auxílio, mas realizadas por terceiros.

A área de notas, por sua vez, é subdividida em notas sobre conservação e notas gerais, tendo a primeira o intuito de informar o estado de conservação em que se encontram os documentos, além das diretrizes quanto à prevenção e à reparação dos danos causados, enquanto que as notas gerais são também relevantes para o pesquisador, mas não se enquadram em nenhum outro campo explicitado anteriormente.

O sétimo ponto definido como área de controle da descrição engloba a nota do arquivista, detectando as informações condizentes ao processo de descrição documental, às regras ou convenções que, de acordo com o CONARQ (2006, p. 57), têm por regra registrar “as regras e/ou convenções internacionais, nacionais, locais e/ou institucionais seguidas na preparação da descrição” e, por fim, a data(s) da(s) descrição(ões) informando as datas estabelecidas para o ato descriptivo e sua posterior revisão.

O oitavo componente diz respeito à área de pontos de acesso e indexação de assuntos cuja finalidade é “Registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado” (CONARQ, 2006, p. 59). Ressalta-se, ainda, que a indexação de assunto pode ser através do nome(s) de entidade(s), assunto tópico, áreas geográficas, periódicos e eventos. Quem estabelecerá a melhor forma de indexação seja ela pré-coordenada ou pós-coordenada será a entidade mantenedora.

Além dessas áreas relatadas acima, a NOBRADE comporta três apêndices: o primeiro é denominado de apêndice A, no qual apresenta o modelo hierárquico dos níveis de descrição sendo composto em sua cúpula pelo acervo da entidade custodiadora (Nível 0), posteriormente, pelo fundo (Nível 1), seção (Nível 2), série (Nível 3), subsérie (Nível 3,5) dossiê/processo (Nível 4) e, por fim, o item documental, sendo este representado pelo Nível 5.

O segundo apêndice é classificado como Apêndice B (Relações entre registros de descrição e de autoridade) e relaciona o modelo hierárquico da ISAD (G) com o modelo de alguns registros de autoridade da ISAAR (CPF). No caso do terceiro apêndice (Apêndice C), esse é composto por exemplos para que o arquivista possa visualizar a forma adequada de descrição em cada área e, consequentemente, em cada campo explicitado anteriormente.

Ressaltando que dentre os elementos apresentados pela NOBRADE, sete deles são obrigatórios, os quais são: o código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor (es); condições de acesso (descrições em níveis 0 e 1).

Além dessa ressalva, deve-se ter em mente que a NOBRADE não se aplica exclusivamente aos suportes tradicionais, mas a qualquer outro que porventura surja.

Nesse aspecto, tudo o que foi exposto evidencia que a NOBRADE permite que a unidade de descrições incorporadas no arquivo estabeleça diretrizes para a elaboração e implementação de fichas descritivas, por exemplo, que proporcionem a exatidão bem como a resolução das informações contidas nos documentos.

De acordo com Mattos (2010, p. 29), a “**exatidão** define o grau de similaridade ou conformidade da informação com relação à realidade. [...] A **resolução** define o grau de detalhamento com que a informação é representada”. Ainda segundo o autor, tanto o grau de exatidão como a resolução são de extrema relevância para o consumidor, sendo nos arquivos os consumidores denominados de usuários/pesquisadores. Como consequência, a exatidão e a resolução são procedimentos obrigatórios para os profissionais da informação.

Mas, afinal, quais são as distinções existentes entre a ISAD (G) e a NOBRADE que permitem diferenciá-las e, neste fim, possibilitar ao arquivista delinear qual delas melhor produz efeitos representativos?

Nessa conjuntura, percebe-se que as principais distinções nos campos representativos correspondem às áreas de notas e na área de pontos de acesso e indexação de assuntos. Assim, enquanto que a ISAD (G) trabalha com área de notas em um único campo denominado notas (3.6.1) em que são constatadas todas as informações relevantes que não se encaixam nos campos anteriores, a NOBRADE, por sua vez, delimita a área de notas em dois campos descritores denominados de: 1) Notas de conservação (6.1), no qual o arquivista deve retratar o estado de conservação da unidade descrita visando orientações futuras para atividades preventivas e reparadoras dos documentos, e 2) pelo campo Notas gerais (6.2) que assim como o campo de notas da ISAD (G) referem-se às informações que não se encaixam nos demais campos descritores.

No meio digital, a representação descritiva é realizada através do delineamento de metadados para a exposição de informações relevantes aos usuários, sendo criados padrões arquivísticos possibilitando a descrição multinível, ou seja, a explanação sobre o fundo, seção, sério, subsérie, dossiê/processo e/ou item documental.

4.2 METADADOS

O aumento exagerado de material bibliográfico, em especial os disponíveis na *Internet*, tem dificultado a recuperação da informação. Para alcançar maior eficiência na recuperação de informação, torna-se necessário conhecer onde as informações estão localizadas e de que forma elas podem ser manipuladas (FURGERI, 2006, p. 49). Nesse sentido, devido à disponibilização cada vez crescente de informações dos mais variados formatos em meio eletrônico, os documentos nele expostos demonstraram uma preocupação para aquelas informações produzidas e/ou reformuladas na *internet*, para que estas estejam visíveis a um maior número de usuários em poucos cliques.

Como componente representativo da informação, pode-se destacar os metadados. O termo metadado surgiu diante da reflexão de Jack Myres no ano de 1969 que, de acordo com Siqueira e Silva (2011, p. 12), teve por intuito “descrever um produto de sua autoria, e posteriormente para designar o nome de sua empresa - *Metadata Information Partners*”. Esse tipo de mecanismo está cada vez mais inserido em sistemas de recuperação da informação, principalmente no campo científico e no meio comercial, com vista em permitir a representação de forma ágil, diante da aplicação de padrões de metadados e, consequentemente, da recuperação.

Mas o que vem a ser um metadado? Segundo Lourenço (2005, p. 58), um metadado é

um ‘identificador’ que descreve, contextualiza, administra e recupera um objeto digital, além de relacioná-lo a outros objetos digitais semelhantes ou relacionados a ele dentro de uma biblioteca digital ou no ambiente da web como um todo. É representado pelas tags das linguagens de marcação, pelos hiperlinks que ligam os objetos digitais entre si e até mesmo pelas URLs que identificam os sites da web.

Já para NISO (2004, p. 1, *tradução nossa*), os metadados são “informações estruturadas que descrevem, explicam, localizam, ou de outra forma tornam mais fácil recuperar, usar ou gerenciar um recurso de informação”. Assim, é perceptível a correlação entre uma representação para uma melhor recuperação informacional, uma vez que os metadados visam à retratação de dados sob outros dados possibilitando a recuperação eficiente de documentos, por exemplo.

Por essa razão, em linhas gerais, os metadados são definidos como dados sobre dados e, dessa maneira, são caracterizados por descreverem sobre outros dados. Ou seja, são dados que têm o intuito de representar de forma qualitativa dados para uma recuperação eficiente

por parte de um usuário, seja ele potencial ou não. Essa representação contribui para o acesso à informação desejada. Logo, os metadados possibilitam desde a identificação informacional até seu armazenamento.

Apesar de constantemente vinculado ao computador e, consequentemente, à *internet*, os metadados são utilizados sem os aparatos tecnológicos. Esta confusão de correlação entre metadados e sistemas de computador se deu uma vez que a tecnologia da informação apropriou-se do termo metadado para indicar a respeito das informações correspondentes às informações armazenadas em sistemas computacionais (RONDINELLI, 2005).

Por essa razão, Castro et al (2007, p. 72) informam que os metadados se configuram em:

Uma informação sobre o documento e sua relação com outros documentos, por exemplo: origem, classificação/indexação, distribuição, período de retenção, esquema de eliminação sistemática de documentos.

Informação contida no documento, ou outro objeto eletrônico que não seja seu conteúdo, por exemplo: estrutura e *lay-out*; na maioria dos casos, isto já está implícito no próprio documento.

Informação sobre o uso do documento: atividade, versões subsequentes e trilhas de auditoria.

Portanto, os componentes descritores encontrados nos metadados, tais como: autoria, palavras-chave, data de publicação, resumo tanto de documentos textuais bem como de documentos multimídia têm possibilitado a descrição de propriedades técnicas tanto de baixo grau como é o caso das cores ou caracterização de melodias, assim como de alto nível mencionando a explanação de características semânticas, a exemplo da classificação de gênero (SILVA; SOUZA, 2013).

No campo específico da Ciência da Informação, Arellano e Andrade (2006, p. 5) explicam que tal ciência

prevê a descrição de objetos digitais, como uma maneira de possibilitar o armazenamento e a recuperação da informação. A descrição arquivística e a descrição bibliográfica compreendem o contexto e o conteúdo dos documentos digitais, os padrões de metadados resultantes começam a homogeneizar-se e, espera-se em breve a criação de redes interoperáveis de arquivos e bibliotecas digitais.

Todavia, o que é preciso esclarecer é que existem três tipos principais de metadados. É a partir dessa divisão que são estabelecidos os padrões de metadados, uma vez que a instituição mantenedora da informação em conjunto com seus colaboradores e usuários

determinam quais componentes exigem uma maior representação em cada tipo de metadado. No que concerne aos tipos principais de metadados referenciados acima, a NISO (2004, p. 1, *tradução nossa*) elenca que são as seguintes:

Metadados descritivos: descrevem um recurso para fins como, por exemplo, de descoberta e identificação. Ele pode incluir elementos como título, resumo, autor e palavras-chave.

Metadados estruturais: indicam como objetos compostos são colocados em conjunto como páginas ordenadas para formar capítulos, por exemplo.

Metadados administrativos: fornecem informações que auxiliam no gerenciamento de um recurso como, por exemplo, quando e como ela foi criada, o tipo de arquivo e demais informações técnicas, e quem pode acessá-lo. Existem vários subconjuntos de dados administrativos; sendo dois deles, às vezes, listados separados como tipo de metadados: a) metadados de gerenciamento de direitos, que trata de direitos de propriedade intelectual, e b) metadados de preservação, que contêm as informações necessárias para arquivar e para a preservação de um recurso.

Aos metadados descritivos são vinculados elementos de fácil visualização e que, normalmente, são de interesse do usuário uma vez que os usuários quando sabem o que desejam, buscam suas informações através de subsídios atrelados ao produtor do documento ou a quem o mesmo é destinado ou ao título, sendo este principalmente em casos de publicações, a exemplo de artigos, bem como termos que porventura estejam incorporados no documento.

Já no caso dos metadados relacionados à estruturação dos documentos, eles destinam-se a como o próprio termo denota: composição visual da informação, como é o caso da aplicação de *tags*. Esses tipos de metadados não são tão atrativos às pesquisas dos usuários, mas contribuem de forma significativa em sua organização em meio eletrônico.

No caso dos metadados administrativos, são estabelecidos parâmetros que estão vinculados às condições de acesso, reprodução e preservação. No que concerne ao acesso, normalmente os metadados não são discriminados, mas quando há restrição de acesso, esse é feito nesse campo, principalmente, esclarecendo os motivos pelo qual há essa advertência.

Na reprodução, seja ela parcial ou total, determina-se se é ou não permitido o feito e como se dará o mesmo, tendo o usuário que seguir tais recomendações para que não haja punições ou advertências futuras. Por fim, a preservação é determinada com o propósito de melhor adequar as condutas de armazenamento à prolongação da preservação dos documentos, principalmente diante da volatibilidade do meio em que se encontra o mesmo, dadas as constantes criações de formatos digitais novos.

Sendo assim, tendo por base estes três tipos de metadados (descritivo, estrutural e administrativo), os campos para os padrões de metadados são elaborados. A cada padrão se dá uma visibilidade maior em um determinado tipo de metadados. Por essa razão, *a posteriori* são explicitados os padrões mais conhecidos no meio eletrônico e suas peculiaridades, em especial os padrões de metadados arquivísticos.

4.2.1 Padrões de Metadados

Como se sabe, os padrões garantem a normatização quanto à forma de representação dos conteúdos disponíveis no meio eletrônico ou não de uma dada área. Por essa razão, subentende-se que esses padrões contribuem para a busca da informação na medida em que eles são de fácil percepção para a sua organização, além de cooperarem na inserção de novos usuários com diferentes perfis e propósitos.

De tal modo, com o decorrer dos anos, os metadados foram sendo agrupados em parâmetros, sendo tais metadados elementos representativos da informação no ambiente digital que visa proporcionar o acesso a uma grande variedade de informações e multiplicidade de formatos. Sem dúvidas, para que haja uma competência tanto na elaboração quanto na aplicação dos metadados, criam-se os denominados “padrões”. Os mais conhecidos são:

- *Dublin Core (DC- Dublin Core Metadata Element Set);*
- *Machine Readable Card (MARC);*
- *Government Information Locator Service (GILS);*
- *Spatial Archive and Interchange Format (SAIF);*
- *Federal Geographic Data Committee (FGDC)*
- *Consortium for Interchange of Museum Information (CIMI);*
- *Meta Content Format (MCF);*
- *Text Encoding Iniciative (TEI);*
- *Resource Description Framework (RDF).*

Dentre esses, os principais padrões utilizados em bibliotecas e demais instituições informacionais são o *Dublin Core*¹ e o Marc 21. O termo *Dublin* teve sua origem durante um *workshop* em *Dublin*, no estado de *Ohio*, nos Estados Unidos e já o *Core* dá-se, pois os campos apresentados para descrever o objeto nesse padrão são genéricos.

Nesse sentido, o padrão *Dublin Core* tem como objetivo principal facilitar o preenchimento dos campos durante o processo de representação descritiva uma vez que é composto por apenas 15 campos básicos e 3 componentes adicionais, sendo todos os referidos campos de simples percepção tanto da representação quanto no período da busca informacional.

Os elementos básicos são: cobertura, assunto, contribuidor, criador, data, descrição, direitos, fonte, formato, identificador, idioma, publicador, relação, tipo e título. O campo cobertura corresponde basicamente à localização espacial e duração temporal do objeto. Ou seja, nesse campo é apresentado onde o documento está localizado explicitado, por exemplo, pelo país, região, estado, cidade, bairro, etc e, no caso da cobertura temporal remete, segundo Souza, Vendrusculo e Melo (2000, p. 96), “sobre o que é o recurso, e não quando foi criado ou tornado disponível”.

Nessa perspectiva, os referenciados autores esclarecem que a definição da cobertura temporal deve estar de acordo com o formato de tempo recomendado pela ISO8601 e W3C e, ainda, aconselha-se a incorporação de listas controladas conhecidas para o estabelecimento de períodos de tempo.

Já o assunto remete ao tópico relacionado ao objeto descrito. O assunto pode ser estabelecido de expressões ou por apenas termos os quais estão contidos explicitamente ou implicitamente no documento, sendo este último quando o for de forma direta. Ou seja, quando, por exemplo, um documento abordar assuntos como *dado*, e devido ao contexto e a composição do documento apresentar, mesmo que implicitamente, uma relação direta para *informação*, esta relação pode estar explicitada no campo assunto.

A área delimitada ao contribuidor vincula-se aos demais autores, ou seja, aos criadores do conteúdo intelectual do objeto. Ela pode conter nome próprio, cargo e/ou nomes de instituições de cunho público ou particular que auxiliaram na produção do documento e que, por essa razão, também são responsabilizadas pelo conteúdo informacional. Ressaltando que nem todo documento pode constar um ou mais de um contribuidor.

¹Ver em: <<http://dublincore.org/documents/dces/index.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

Vinculado ao contribuidor, encontra-se o campo denominado criador, que lida diretamente com os responsáveis pelo conteúdo intelectual do objeto. Este pode estar também identificado por nome próprio ou, quando não é possível a identificação deste, pelo cargo ou pela instituição produtora.

O campo data corresponde à data cronológica da produção do documento. Esta deve ser preenchida seguindo as diretrizes para o feito que, normalmente, são atribuídas seguindo recomendações internacionais, sendo o primeiro elemento a explicitação do ano do documento, posteriormente o mês e, por fim, o dia.

A descrição contém um relato textual do objeto representado. Tal descrição nada mais é que um resumo sobre o documento podendo este ser realizado através da extração, quando o documento o permitir, como é o caso de documentos textuais, ou por atribuição.

No campo de direitos, são explicitadas as referências do documento representado bem como os direitos de propriedade do mesmo. A instituição mantenedora do acervo deve apresentar, de forma clara, se há o acesso livre aos documentos, e caso afirmativo se este pode ser utilizado com fins acadêmicos e se sua reprodução é permitida e de acordo com quais condições.

Para Souza, Vendrusculo e Melo (2000, p. 95), a fonte destina-se na

Informação sobre um segundo recurso do qual o presente recurso é derivado. Embora seja recomendável que elementos contenham informação extraída do presente recurso apenas, o elemento Fonte pode conter uma data, criador, formato, identificador ou outro metadado de um segundo recurso quando este é considerado importante para a identificação do presente recurso.

O formato é caracterizado por ser o formato dado ao objeto. No caso do meio eletrônico, este pode ser, por exemplo, uma produção fotográfica, documentos em formato PDF, bem como documentos em formato *Word*.

Identificador, como o próprio termo denota, identifica o recurso de forma única, para que não haja duplicidade ou perda informacional. No caso de padrões de metadados em ambiente eletrônico, são constantemente vinculados ao *Uniform Resource Locator* mais conhecido como URL ou como Localizador Padrão de Recursos.

No que diz respeito ao idioma, esse se destina à identificação da língua em que o documento foi produzido. Este campo é de grande relevância em casos de pesquisas de documentos estrangeiros, línguas de comunidades e, por exemplo, indígenas, mas esse campo não surte tanto efeito quando o pesquisador está inserido e/ou comprehende tal língua.

Publicador é o agente responsável por tornar o objeto disponível. Este também pode ser pessoa física, órgão governamental ou instituição, seja de cunho público ou privado. No caso, por exemplo, do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, para a determinação deste campo, além da denominação do próprio arquivo, sugere-se a conexão de dependência à Fundação Espaço Cultural da Paraíba- FUNESC, uma vez que tal arquivo está vinculado a essa Fundação.

A área denominada ‘relação’ indica o tipo de relacionamento que o documento descrito tem para com os demais documentos representados e, consequentemente, mantidos no acervo. Nesse caso, Souza, Vendrusculo e Melo (2000, p. 96) constatam que neste campo “a especificação desse elemento visa fornecer um meio de expressar relacionamentos entre recursos que têm relação formal com outros, mas que existem por si mesmos”.

Para o atributo ‘tipo’, este se destina ao tipo de recurso no qual o documento foi gerado tendo como exemplos comuns de tipos as imagens, as reproduções sonoras, textuais, etc. No caso em especial do Arquivo Histórico, é possível esclarecer que o acervo é composto basicamente do tipo textual e imagético (fotografias da cidade de João Pessoa), sendo as primeiras produções impressas, como é o caso de jornais e diários oficiais, e manuscritos como os documentos do período colonial e objeto de investigação neste trabalho. Já o título pode ser estabelecido da extração no próprio documento quando este, obviamente, estiver no documento ou pode ser atribuído, devendo o profissional identificar e instituir os termos que melhor se enquadram para o título.

No que concerne à significação do *Dublin Core*, Souza, Vendrusculo e Melo (2000, p. 93) esclarecem que o mesmo “pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos”. O que fica evidente nessa afirmação é que tal definição pode ser incorporada aos demais padrões de metadados uma vez que esses nada mais são que padrões que têm a função normativa por meio da determinação de elementos de metadados que melhor representem o documento independentemente do seu formato ou tipologia.

Além disso, se faz necessário enfatizar que o *Dublin Core*² é composto por quatro níveis de interoperabilidade:

- **Nível 1 (definições de termos compartilhados)** - vocabulários compartilhados definidos por meio da linguagem natural;

²Ver em: <<http://dublincore.org/metadata-basics/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

- **Nível 2 (interoperabilidade semântica formal)** - vocabulários compartilhados com base na semântica formal;
- **Nível 3 (Descrição - definir interoperabilidade sintática)** - vocabulários formais compartilhados no registro de troca;
- **Nível 4 (Descrição - definir interoperabilidade Profile)** - vocabulários e restrições formais compartilhados nos registros.

Ainda segundo o *Dublin*, o Nível 1 e o Nível 2 correspondem basicamente à análise dos termos utilizados usualmente por um determinado grupo com vista a melhor adequar os metadados em um dado sistema. Além disso, se dará uma investigação sob esses termos a fim de verificar seus significados para que não haja desentendimento sob os signos utilizados para a representação e que, por esse motivo, aplica-se em seu padrão a sintaxe do *Resource Description Framework*, mais conhecido como RDF. Os Níveis 3 e 4 contribuem, respectivamente, para a compatibilidade do modelo de *Linked Data*, além de permitirem a delimitação da linguagem descritiva e, no caso do 4º nível, esse possibilita a limitação do vocabulário.

No que concerne às principais características apresentadas no *Dublin Core*, Souza, Vendrusculo e Melo (2000, p. 93) esclarecem que são “a simplicidade na descrição dos recursos, entendimento semântico universal (dos elementos), escopo internacional e extensibilidade (o que permite sua adaptação às necessidades adicionais de descrição)”.

Dentre tais características a que se destaca é, sem dúvida, a simplicidade da descrição, sendo tal simplicidade confundida ou correlacionada, sem nenhum pudor, à superficialidade e abrangência da representação, uma vez que, como foi exposto anteriormente, a representação é estabelecida em 15 singelos campos e mais três componentes extras.

No caso do padrão de metadados *Machine Readable Card*, também conhecido como MARC, esse é um dos padrões de metadados mais utilizados no ambiente das bibliotecas. Isso se dá uma vez que, ao contrário do *Dublin Core*, ele é composto por muitos campos descritivos. Devido à sua aplicação em bibliotecas e sendo essas um ambiente com uma variedade de livros das mais diversas áreas e temas é que sua descrição torna-se, portanto, complexa.

O MARC 21, um dos padrões mais antigos criado em 1960 pela *Library of Congress* (LOURENÇO, 2005), é composto por três elementos: estrutura, indicação do conteúdo e conteúdo propriamente dito. A **estrutura do registro** é uma implementação das normas internacionais ANSI Z39.2 e ISO 2709. No que diz respeito às designações **de conteúdo**,

esses são códigos e convenções estabelecidos para identificar e caracterizar os dados dentro do registro, permitindo, posteriormente, sua manipulação. Os **conteúdos** dos dados são normalmente estabelecidos por padrões externos ao formato, tais como o *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, *Library of Congress Subject Headings (LCSH)* e *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2)*.

Ressalta-se que o *Government Information Locator Service* (GILS), assim como o *Dublin Core*, por exemplo, apresenta como elementos componentes obrigatórios e opcionais, sendo estes últimos divididos em elementos opcionais indispensáveis para o gerenciamento de registros e os elementos opcionais não relacionados ao gerenciamento de registros. Além disso, para a construção e atualização do GILS, conta-se com o apoio de profissionais de diversos países, tais como o Brasil, Estados Unidos e Alemanha. Segundo o Arquivo Nacional dos Estados Unidos, o GILS³ possibilita

identificar os recursos de informações públicas em todo o governo federal, descrever a informação disponível nesses recursos e prestar assistência na obtenção da informação. Serve também como ferramenta para melhorar as práticas de gerenciamento de registros eletrônicos da agência.

Para a realidade brasileira, encontra-se o padrão de Metadados do Governo Eletrônico-e-PMG. Segundo o Comitê Executivo de Governo Eletrônico (2010, p. 4), o e-PMG tem por objetivo o de

Assegurar que as pessoas que pesquisam as informações do governo brasileiro na Web tenham acesso rápido e eficiente a descrições dos recursos. Os elementos e-PMG têm o propósito de facilitar as pessoas localizar os recursos que precisam, mesmo sem possuir conhecimento detalhado da localização ou da entidade responsável pelos mesmos.

Assim como outros padrões de metadados, o e-PMG deriva do *Dublin Core* e conta com 20 campos, sendo 15 do *Dublin Core* e 5 adicionais, os quais são: abrangência, assunto, colaborador, contexto jurídico-administrativo, criador, data, descrição, destinação, destinatário, direitos, fonte, formato, identificador, idioma, localização, preservação, publicador, relação, tipo e título. De acordo com o Comitê Executivo de Governo Eletrônico (2010, p. 4), apresentamos, a seguir, os principais fatores que distinguem o *Dublin Core* do e-PMG:

³ Ver em: <<http://www.archives.gov/records-mgmt/policy/gils.html>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

- Pode ser utilizado para descrever tanto recursos eletrônicos (por exemplo, páginas Web, arquivos ou outros objetos digitais) quanto recursos não eletrônicos (por exemplo, livros, acervos de museu, pinturas, documentos impressos, etc.);
- Pretende descrever mais do que recursos informacionais, podendo descrever serviços disponíveis na Web;
- A adoção de qualificadores adicionais;
- Diferentes critérios na obrigatoriedade ou não do uso de elementos e qualificadores;
- Spatial Archive and Interchange Format (SAIF);
- Federal Geographic Data Committee (FGDC);
- Consortium for Interchange of Museum Information (CIMI);
- Meta Content Format (MCF);
- Text Encoding Initiative (TEI);
- Resource Description Framework (RDF).

Além desses padrões, existem aqueles gerados com vista em dispor os documentos/informações arquivísticas em meio digital. Neste norte, abaixo a explicitação de exemplo de padrões de metadados arquivísticos.

4.2.1.1 Padrões de Metadados Arquivísticos

Antes de adentrarmos nos padrões de metadados arquivísticos, deve-se ressaltar, obviamente, a importância quanto à investigação da autenticidade e tantos outros aspectos dispostos na diplomática, para permitir que os documentos, principalmente aqueles com valor probatório, sejam utilizados em meio eletrônico com o mesmo rigor constatado há séculos nos documentos em suporte tradicional. Corroborando com essa perspectiva, Rondinelli (2005, p. 62) explicita que os

Metadados, portanto, se constituem em componentes do documento eletrônico arquivístico e em instrumentos para sua análise diplomática. É através do domínio desse tipo de análise que será possível estabelecer métodos que garantam a fidedignidade e a autenticidade do documento eletrônico arquivístico.

Na literatura arquivística, o termo ‘metadado’ começou a ser utilizado por volta de 1992, quando autores como David Bearman apresentou à comunidade arquivista a capacidade dos sistemas de registros eletrônicos para a produção de metadados favorecendo, assim, o tempo gasto para a descrição realizada até então manualmente e garantindo o armazenamento de registros eletrônicos (MCKEMMISH; CUNNINGHAM; PARER, 1998).

Além disso, se outrora havia rejeição por parte dos profissionais arquivistas para a utilização do termo ‘metadado’, de acordo com Rondinelli (2005), o seu uso está cada vez mais inserido por esses profissionais e sendo admitido como componente relevante para garantir o caráter testemunhal dos documentos produzidos e/ou recebidos no meio eletrônico.

Tendo como ênfase a representação informacional através dos padrões de metadados, além dos padrões referenciados anteriormente, existem aqueles que são criados com base na normatização arquivística como forma de adequar as descrições do meio eletrônico. Os padrões arquivísticos mais conhecidos são o EAD e e-ARQ Brasil.

A *Encoded Archival Description* (EAD) utiliza campos descritivos propostos pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD G para descrever os documentos encontrados em meio eletrônico. A EAD surgiu por volta de 1993, na Universidade da Califórnia, *Berkeley*, sendo o foco da EAD a constituição de elementos descritivos semelhantes ao padrão MARC. Um dos exemplos encontrados no qual se utiliza a EAD é a Biblioteca Digital de *Kentucky*.

No ano de 2000, o *International Council on Archives Committee on Descriptive Standards* (ICACDS) publicou a segunda edição da ISAD (G) e que, por essa razão, a EAD demonstrou necessidade de alteração de seus elementos e atributos. Nesse sentido, a EAD conta com 146 elementos descritores organizados por ordem alfabética e está na versão 2002.

O foco de investigação da EAD⁴ era justamente a

- 1) capacidade de apresentar informações descritivas extensa e inter-relacionadas encontradas em instrumentos de pesquisa de arquivo;
- 2) capacidade de preservar as relações hierárquicas existentes entre os níveis de descrição;
- 3) capacidade de representar informação descritiva que é herdada por um nível hierárquico de outro;
- 4) capacidade de se mover dentro de uma estrutura informacional hierárquica e;
- 5) apoio à indexação e recuperação de elemento específico.

Logo, a EAD (2002, p. 7, *tradução nossa*) revela:

Os atributos são associados com a maioria dos elementos contidos no EAD. Estes atributos refletem nas propriedades nomeadas de um elemento e podem assumir valores diferentes, dependendo do contexto em que eles ocorrem. A fim de definir um ou mais atributos, um codificador deve incluir o nome do atributo (s) dentro de um mesmo ângulo de montagem como a

⁴Ver em:<<http://www.loc.gov/ead/eaddev.html>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

marca de início, juntamente com o valor (s) ao qual o atributo (s) é/são a ser definido.

Assim como ocorre em outros padrões e diretrizes de representação de descrição arquivística, o padrão EAD apresenta campos existentes, por exemplo, no Dublin Core (Descrição, título, contribuidor, criador, idioma, etc.). No caso dos metadados encontrados no USMARC, os campos que se assemelham são:

Quadro 3 - Semelhança entre os campos MARC e EAD

MARC	EAD
041 Language	<archdesc> LANGMATERIAL attribute
100 Main entry--personal name	<origination><persname>; <origination><famname>
110 Main entry--corporate name	<origination><corpname>
111 Main entry--meeting name	<origination><corpname>
130 Main entry--uniform title	<unittitle>
240 Uniform title	<controlaccess><title>
245 Title statement	<unittitle>
300 Physical description	<physdesc>; <extent>; <physfacet>
340 Physical medium	<physdesc>; <physfacet>; <dimensions>
351 Organization and arrangement	<organization>; <arrangement>; <archdesc> LEVEL attribute
500 General note	<odd>
506 Restrictions on access note	<accessrestrict>
510 Citation/references	<bibliography>
520 Summary, etc.	<scopecontent> <abstract>
524 Preferred citation of described materials	<prefercite>
530 Additional physical form available	<altformavail>
536 Funding information	<sponsor>
540 Terms governing use and reproduction	<userrestrict>
541 Immediate source of acquisition	<acqinfo>
544 Location of other archival materials	<separatedmaterial>
545 Biographical or historical data	<bioghist> <abstract>
561 Ownership and custodial history	<custodhist>
581 Publications about described materials	<bibliography>
583 Action	<processinfo>
584 Accumulation and frequency of use	<accruals>
600 Subject--personal name	<controlaccess><persname role="subject"> <controlaccess><famname role="subject">
610 Subject--corporate name	<controlaccess><corpname role="subject">
611 Subject--meeting	<controlaccess><corpname role="subject">
630 Subject--uniform title	<controlaccess><title role="subject">
650 Subject--topical	<controlaccess><subject>
651 Subject--geographic name	<controlaccess><geogname role="subject">
655 Genre/form	<controlaccess><genreform>
656 Occupation	<controlaccess><occupation>
657 Function	<controlaccess><function>
69x Local subject access	<controlaccess><subject source="local">
700 Added entry--personal name	<controlaccess><persname>;

	<controlaccess><famname>
710 Added entry--corporate name	<controlaccess><corpname>
711 Added entry--meeting name	<controlaccess><corpname>
720 Added entry--uncontrolled	<name>
730 Added entry--uniform title	<controlaccess><title>
740 Added entry--uncont./related anal. title	<title>
752 Added entry--hierarchical place name	<geogname>
852 Location	<repository> <physloc>

Fonte: Encoded Archival Description.

Disponível em: <<http://www.loc.gov/ead/ag/agappb.html#foot127>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Além desses, existem semelhanças entre o EAD e a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística- ISAD (G), no qual todos os campos descritores desta norma são incorporados no padrão EAD sendo elas, por exemplo, denominadas da seguinte forma: 3.1.1 Código(s) de referência (<unitid> nos atributos COUNTRYCODE e REPOSITORYCODE); 3.1.2 Título (<unittitle>); 3.1.3 Data(s) (<unitdate>); 3.1.4 Nível de descrição (<archdesc> and <c> LEVEL attribute); 3.2.1 Nome(s) do(s) produtor(es) (<origination>); 3.2.2 História administrativa/Biografia (<bioghist>); 3.2.3 História arquivística (<custodhist>); 3.5.2 Existência e localização de cópias (<altformavail>); 3.5.3 Unidades de descrição relacionadas (<relatedmaterial>); 3.6.1 Notas (<odd>).

Isso evidencia que o padrão EAD tem a preocupação em adotar metadados que permitam a caracterização de informações referente a identificação do acervo, perpassando pelas condições de acesso e uso até as áreas de cunho técnico (área de controle de descrição), estando em conformidade com as normas arquivísticas vigente, como é o caso da ISAD (G).

O padrão de metadados e-ARQ Brasil, por sua vez, foi pensado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ entre os anos de 2004 a 2006. O e-ARQ Brasil possui duas partes, sendo que a primeira trata de informações sobre a gestão arquivística de documentos, enquanto que a segunda retrata os requisitos para o sistema. Em outras palavras, o CONARQ estabelece parâmetros tendo como principal foco a orientação aos arquivistas no que remete ao bom emprego da gestão arquivística de documentos.

Na definição feita pelo CONARQ (2011, p. 9), o e-ARQ Brasil

É uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebadora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade.

Nesse sentido, o e-ARQ Brasil pode ser utilizado em instituições das mais variadas finalidades, bem como de diversos tipos documentais. Para validar sua utilização, o e-ARQ pode ser adotado de modo parcial ou completo e de modo facultativo (F), altamente desejável (AD) ou obrigatório (O). Além disso, conta com o apoio de Normas reguladoras como no caso ISO 15408 e ISO 15489.1, das resoluções estabelecidas pelo próprio CONARQ e das orientações sobre os documentos tanto pelo CONARQ quanto pela UNESCO.

No que concerne ao seu objetivo de sua aplicação, CONARQ informa que o e-ARQ Brasil (2011, p. 12) visa

- Orientar a implantação da gestão arquivística de documentos arquivísticos digitais e não digitais;
- Fornecer especificações técnicas e funcionais, além de metadados, para orientar a aquisição e/ou a especificação e desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos.

É evidente que estas diretrizes foram definidas principalmente devido à criação e superação dos produtos eletrônicos de forma rápida em um período curto de tempo no qual demandou dos profissionais arquivísticos uma formalização no que concerne à definição do que fora produzido com o auxílio dos computadores em documentos, sendo esses, por sua vez, denominados de documentos digitais para que haja a sua autenticidade, fidedignidade e confiabilidade assim como ocorre em documentos em suporte tradicional.

Além de estabelecer diretrizes que permitam a efetividade da autenticidade, fidedignidade e confiabilidade, outro fator é relacionado à gestão de documental digital, não apenas no que concerne à sua produção, mas perpassando por todo o processo até ficar-se no descarte seguro ou em seu armazenamento permanente. Esse último é uma das grandes preocupações arquivísticas, considerando-se a obsolescência acelerada dos suportes eletrônicos e as apreensões quanto aos aspectos físicos, químicos e biológicos do ambiente e do suporte, por exemplo.

Assim sendo, o e-ARQ Brasil (CONARQ, 2011, p. 93-95) é composto dos seguintes elementos de metadados:

1. Documento

- 1.1. Identificador do documento
- 1.2. Número do documento
- 1.3. Número do protocolo
- 1.4. Identificador do processo/dossiê
- 1.5. Número do processo/dossiê
- 1.6. Identificador do volume

- 1.7. Número do volume
- 1.8. Tipo de meio
- 1.9. Status
- 1.10. Identificador de versão
- 1.11. Título
- 1.12. Descrição
- 1.13. Assunto
- 1.14. Autor
- 1.15. Destinatário
- 1.16. Originador
- 1.17. Redator
- 1.18. Interessado
- 1.19. Procedência
- 1.20. Identificador do componente digital
- 1.21. Gênero
- 1.22. Espécie
- 1.23. Tipo
- 1.24. Idioma
- 1.25. Quantidade de folhas/página
- 1.26. Numeração sequencial dos documentos
- 1.27. Indicação de anexos *
- 1.28. Relação com outros documentos
- 1.29. Níveis de acesso
- 1.30. Data de produção
- 1.31. Classe *
- 1.32. Destinação prevista
- 1.33. Prazo de guarda
- 1.34. Localização

2. Evento de gestão

- 2.1. Captura
- 2.2. Tramitação
- 2.3. Transferência
- 2.4. Recolhimento
- 2.5. Eliminação
- 2.6. Abertura_processo/dossiê
- 2.7. Encerramento_processo/dossiê
- 2.8. Reabertura_processo/dossiê
- 2.9. Abertura_volume
- 2.10. Encerramento_volume
- 2.11. Juntada_anexação
- 2.12. Juntada_apensação
- 2.13. Desapensação
- 2.14. Desentranhamento
- 2.15. Desmembramento
- 2.16. Classificação_sigilo
- 2.17. Desclassificação_sigilo
- 2.18. Reclassificação_sigilo

3. Classe

- 3.1. Descrição de classe
- 3.2. Classe_nome
- 3.3. Classe_codigo
- 3.4. Classe_subordinação
- 3.5. Registro de abertura

- 3.6. Registro de desativação
- 3.7. Reativação de classe
- 3.8. Registro de mudança de nome de classe
- 3.9. Registro de deslocamento de classe
- 3.10. Registro de extinção
- 3.11. Indicadores de classe ativa-inativa
- 3.12. Temporalidade associada à classe
- 3.13. Classe_codigo
- 3.14. Prazo de guarda na fase corrente
- 3.15. Evento que determina a contagem do prazo de guarda na fase corrente e-ARQ Brasil 95
- 3.16. Prazo de guarda na fase intermediária
- 3.17. Evento que determina a contagem do prazo de guarda na fase intermediária
- 3.18. Destinação final
- 3.19. Registro de alteração
- 3.20. Observações

4. Agente

- 4.1. Nome
- 4.2. Identificador
- 4.3. Autorização de acesso
- 4.4. Credenciais de autenticação
- 4.5. Relação
- 4.6. Status do agente

5. Componente digital

- 5.1. Identificador do componente digital
- 5.2. Nome original
- 5.3. Características técnicas
- 5.4. Formato de arquivo
- 5.5. Armazenamento
- 5.6. Ambiente de *software*
- 5.7. Ambiente de *hardware*
- 5.8. Dependências
- 5.9. Relação com outros componentes digitais
- 5.10. Fixidade

6. Evento de preservação

- 6.1. Compressão
- 6.2. Decifração
- 6.3. Validação de assinatura digital
- 6.4. Verificação de fixidade
- 6.5. Cálculo *hash*
- 6.6. Migração
- 6.7. Replicação
- 6.8. Verificação de vírus
- 6.9. Validação

Em síntese, o e-ARQ Brasil é composto por 6 classes, sendo essas subdivididas em 97 elementos descritivos. Dentre as seis classes, apenas a classe 6, a qual abarca o Evento de Preservação, não possui campos de cunho obrigatório. No entanto, por mais que as

instituições insiram em seus procedimentos de gestão o e-ARQ Brasil, deve-se pensar também no entorno da preservação, uma vez que os sistemas não estão isentos de sofrer danos como, por exemplo, é o caso de ataques de vírus.

Como foi apresentado anteriormente, o e-ARQ Brasil tem como principal foco delimitar requisitos para o estabelecimento de diretrizes para a gestão de documentos digitais ou não, a fim de garantir a confiabilidade desses. Logo, indagamos: como procedimentos de validação e verificação de vírus podem não ser admitidos como obrigatórios?

Retomando esta temática, os campos obrigatórios são classificados em:

1) na classe documento há campos de identificador do documento, identificador do processo/dossiê, identificador do volume, tipo de meio, *status*, título, autor, destinatário, originador, redator, identificador do componente digital, indicação de anexos, níveis de acesso, data de produção, classe, destinação prevista, prazo de guarda;

2) na classe destinada ao evento de gestão são verificados como elementos obrigatórios a captura, tramitação, transferência, recolhimento, eliminação, desentranhamento, classificação-sigilo, desclassificação-sigilo, reclassificação-sigilo;

3) na classe são admitidos como elementos obrigatórios a descrição de classe, classe-nome, classe-código, classe-subordinação, registro de abertura, registro de desativação, reativação de classe, registro de mudança de nome de classe, registro de deslocamento de classe, registro de extinção, indicadores de classe ativa-inativa, classe-código, prazo de guarda na fase corrente, evento que determina a contagem do prazo de guarda na fase corrente e-ARQ Brasil 95, prazo de guarda na fase intermediária, evento que determina a contagem do prazo de guarda na fase intermediária, destinação final, registro de alteração;

4) na quarta classe denominada agente têm-se como elementos obrigatórios o nome, identificador, autorização de acesso, relação e o *status* do agente;

5) na quinta classe são constatados os elementos de identificador do componente digital, formato de arquivo, armazenamento, ambiente de *software*, ambiente de *hardware* e fixidade.

Diante disso, percebe-se que, por meio dos elementos nos quais se queiram representar, será identificado o padrão mais adequado. O *Dublin Core*, por exemplo, comprehende um padrão sintético, sendo útil para o acervo com uniformidade de conteúdos, formatos e tipologias. Já no caso, o EAD é composto por campos provindos das normas internacionais arquivísticas e, por esta razão, abarcam elementos relevantes ao usuário.

5 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: indexação e resumo

A representação da informação, seja ela temática ou descritiva, viabiliza o acesso eficiente às informações permitindo uma interação adequada entre o objeto informacional desejado e o sujeito que o necessita. Nessa direção, Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p. 34) evidenciam que as representações descritivas e temáticas “utiliza-se de uma linguagem própria para atingir seu principal objetivo, que é proporcionar a comunicação eficaz entre sujeito e objeto”.

Com esse foco, faz-se crer que a obtenção de uma representação adequada se dá devido à elaboração e implementação dos resumos e da indexação de informações simples e, em suma, de fácil identificação. Esse é o caso do local de produção, pessoa ou instituição produtora e recebedora e o idioma em que se encontra o documento, além da informação principal que induziu a produção do documento e o que a mesma espera (solução de um problema, convocação de reunião, etc.).

O termo ‘representação’ pode ser compreendido de várias formas diante da área e situação às quais esteja associado. Nessa perspectiva, Bezerra (2007, p. 38) evidencia que no contexto da Ciência da Informação, biblioteconomia e Gestão do Conhecimento

as pesquisas consagradas ao tema representação abordam vários aspectos, por exemplo, o processamento, a busca, a comunicação, a disseminação e a recepção da informação. Em outras palavras, está associada aos aspectos de tratamento, organização, gestão e uso da informação.

Em última análise, constata-se que diante da necessidade de um tratamento temático da informação, devido à especificidade dos acervos e à conveniência de tornar os processos representativos e de recuperação eficiente, há uma ascensão quanto o controle de vocabulário.

Assim, é imperioso esclarecer que os procedimentos representativos devem estar relacionados, por exemplo, ao controle da linguagem de indexação, principalmente no que concerne à construção de vocabulários controlados quando os perfis dos usuários revelam a necessidade para a busca eficiente (NOVELLINO, 1996).

Especificamente à representação temática, ela é estabelecida, em linhas gerais, através do delineamento de termos para a indexação e construção de resumos. Nessa concepção, este

capítulo apresenta a representação temática da informação com base na definição de termos para a indexação, a elaboração de políticas de indexação em ambientes de arquivo, na produção de resumos e delineamento de linguagem documentária através do vocabulário controlado com a finalidade de auxiliar o arquivista nas suas atividades representativas e, consequentemente, facilitar o acesso informacional.

Para Bezerra (2007), a representação é compreendida em dois níveis: nível primário e nível secundário. O nível primário diz respeito à representação realizada pelo autor durante o processo em que expressa e registra as suas ideias e pensamentos no documento realizado em uma dada linguagem.

Já no caso do nível secundário, a representação ocorre com base nos sistemas de informações documentais que, no ato da análise documental, faz-se uma investigação com o enfoque de extrair conceitos representativos dos documentos para servir de pontos de acesso e, desta forma, possibilitar a representação do documento primário (BEZERRA, 2007).

5.1 INDEXAÇÃO

As origens da indexação se encontram nas tarefas realizadas pelos antigos escribas da Mesopotâmia. Naquela época, começaram a ter salas para a cópia das tábuas de argila, a elaboração de etiquetas e a conservação das placas. Os textos eram armazenados em prateleiras de madeira, colocados em nichos nas paredes ou eram dispostos em caixas de madeira. Para saber o que continham, colocavam uma pequena etiqueta anexada na lateral, onde escreviam o conteúdo dos documentos. Nessas tarefas rudimentares, vemos os primeiros passos do que hoje conhecemos como a indexação (GIL LEIVA; RODRIGUEZ MUÑOZ, 1996 *apud* LEIVA 2012, p. 65).

Nos dias atuais, a recuperação eficiente da informação em sistemas de informação e qualquer outro produto ou serviço tecnológico dependerá dos procedimentos de indexação realizados pelos profissionais da informação. Mas se outrora os processos de indexação eram realizados unicamente pelos humanos, hoje há intervenção tecnológica mesmo quando os documentos não necessitam de indexação. Todavia, como atenta Fujita (2012a, p. 19),

os serviços de indexação continuam a existir comprovando que a organização e representação do conhecimento são importantes para a

recuperação da informação, principalmente no mundo científico e tecnológico, uma vez que é necessária a especificidade na seleção de conteúdos.

Contudo, como trata Leiva (2012), na literatura não há um consenso quanto à definição referente à indexação. Logo, o termo pode ser caracterizado pelo ato de “analisar o conteúdo informacional dos registros do conhecimento e expressar o conteúdo informacional na linguagem do sistema de indexação” (BORKO; BERNIER, 1978 *apud* LEIVA 2012, p. 68) até o de “determinar o assunto temático dos documentos e expressar em índices (por exemplo, descritores, cabeçalhos de assunto, números de chamada, códigos de classificação ou índice) para tornar possível a recuperação temática” (MAI, 2005 *apud* LEIVA 2012, p. 68).

Essa inconstância quanto à definição do termo indexação pode ser refletida durante o processo de indexação. Por essa razão, antes da indexação em si, o profissional deve sanar qualquer dúvida seja quanto à conceituação do termo ou até mesmo a melhor forma de indexação uma vez que a indexação é uma técnica que visa à recuperação da informação de maneira rápida e precisa. Tal técnica ocorre através da seleção dos documentos a serem indexados, do resumo desses e da delimitação de um ou mais termos que melhor os representem. Nessa conjuntura, Rubi (2004, p.11) constata que

o trabalho do indexador deve ser norteado pelas diretrizes estabelecidas pelo sistema de informação contidas no manual de indexação, a qualidade de sua elaboração refletirá na qualidade da indexação realizada pelo indexador e, por conseguinte, na qualidade da recuperação da informação pelo usuário do sistema.

Seguindo esta perspectiva, para que a indexação produza o efeito desejado, ou seja, relevante para a sua qualidade, Lancaster (2004) elenca dois pontos, os quais são: a possibilidade de revocação e a de precisão. O coeficiente de revocação é a relação de recuperar os documentos úteis sobre um assunto abrangente sobre o total de documentos. Já o coeficiente de precisão é a relação de evitar a recuperação de documentos inúteis especificando-os sobre o total de documentos recuperados. Por exemplo, ao fazer uma busca no arquivo apenas 10% dessa recuperação são de documentos indesejados. Além desses, pontuam-se a exaustividade, especificidade, correção e consistência.

Dentre os métodos representativos, elencamos três. São eles: a indexação, a categorização e a sumarização (CHU, 2007). No que diz respeito à categorização, Saraiva (2008, p. 39) constata que a categorização,

Como processo cognitivo, proporciona, de forma extremamente eficaz, uma economia cognitiva ao cérebro humano, que simplifica nossa vida, na medida em que nos permite dividir os estímulos em classes de coisas e eventos para compactar a quantidade de informação que precisamos assimilar, perceber, lembrar e reconhecer ao longo da nossa vida.

Nesse sentido, são utilizadas categorias como forma de classificar determinadas informações e tomam como base as categorias preestabelecidas na *Dewey Decimal Classification (DDC)* e *Library of Congress Classification (LCC)*.

A sumarização, por sua vez, “tenta representar um documento com um ou dois parágrafos - um sumário ou uma cópia resumida do original. O grau de condensação e o método utilizado definem as diferentes abordagens de compactação” (CHU, 2007, p. 29-30, *tradução nossa*). Em outras palavras, a sumarização nada mais é que uma síntese do documento com o objetivo de extrair a essência do conteúdo apresentado.

A sumarização é composta por três tipos: o resumo, no qual se caracteriza por ser uma síntese do documento original; sumário, que visa trazer os principais tópicos do documento original podendo ser encontrado no início ou no final do livro, por exemplo; e a extração, compreendida como porções selecionadas dos documentos (CHU, 2007).

A especificidade e a exaustividade estabelecem o grau de abrangência dos termos a serem utilizados. A exaustividade proporciona ao usuário uma maior possibilidade de recuperação, uma vez que estabelece pontos de acesso à informação, e quanto mais termos representativos, maior será a compreensão do que está contida no documento recuperado (LANCASTER, 2004). Entretanto, quando o público-alvo da informação é característico de um setor ou grupo de usuários, faz-se necessária a especificidade, visto que permite particularizar os termos identificados no documento.

Corroborando esta visão, Leiva (2012, p. 80) resume

Em suma, o padrão de especificidade é definido tanto pela experiência dos indexadores como pelos descritores ou assuntos escolhidos nas linguagens de indexação utilizadas, assim como a política de indexação da unidade de informação, mas ambos devem estar preestabelecidos.

Portanto, o fator que caracterizará o ato de indexação e o processo de revisão do mesmo será o julgamento subjetivo realizado pelo indexador. Afora isso, há também a capacidade e o olhar apurado do mesmo para definir o que vem a ser relevante para o perfil de

seus usuários, uma vez que para o usuário não importa a complexidade das atividades indexativas e sim a recuperação da informação desejada.

Quanto à correção no processo de indexação, Soergel (1994 *apud* LEIVA 2012) revela “que os erros cometidos durante a indexação podem advir tanto da omissão de termos indexadores, como da inclusão indiscriminada de termos”. No primeiro caso, a omissão pode se dar pelo fato de o indexador julgar desnecessária a inserção de certos termos visto que o assunto não se configura como a discussão principal. No segundo caso, a exacerbação de termos pode provocar ao usuário uma incompreensão do que de fato é tratado no documento.

É sabido que a indexação pode ser efetuada de diversas formas. Assim, Leiva (2012) elenca três, sendo elas: indexação centrada no documento; indexação centrada no usuário e indexação centrada no domínio.

A indexação centrada no documento é caracterizada por levar em conta componentes presentes exclusivamente no documento. Destarte, as desvantagens da utilização dessa forma de indexação ocorrem, obviamente, por não levar em conta as necessidades subjetivas nas quais o sujeito (usuário) está inserido, bem como o meio em que o documento está contextualizado, tornando-se, por esta razão, uma indexação limitada.

A indexação centrada no usuário revela-se por se tratar de uma indexação que leva em conta o perfil do usuário e o entorno desse. A indexação centrada no usuário ganhou força principalmente na abordagem moderna que direcionou os seus estudos para o usuário visando à interpretação das necessidades intelectuais e sociológicas desse nas instituições, cujo foco é a disponibilização da informação (bibliotecas, arquivos).

Todavia, com o decorrer dos anos, as necessidades informacionais modificam e, consequentemente, os termos e expressões se alteram para adequar-se às novas exigências, sendo esta uma das dificuldades e desvantagens da implementação da indexação centrada única e exclusivamente no usuário/ pesquisador.

Na prática, isso se dá através do rápido acesso à informação tanto por parte do usuário, quanto por parte do profissional e na disponibilização para o usuário, podendo ser ele o usuário interno e externo. Cabe, assim, ao profissional da Arquivologia auxiliar ao usuário quanto às suas necessidades e criar sistemas de busca que venham fazer com que seu desempenho na recuperação da informação seja o mais viável possível.

No que diz respeito à indexação centrada no domínio, conforme Leiva (2012), essa surgiu através dos estudos de Jens-Erik Mai. Leiva (2012, p. 71) esclarece que esse método é “baseado no conhecimento profundo da organização (histórico, objetivos, metas, pessoas e relacionamentos, fluxos de informação, etc)”.

Essa forma de indexação é subdividida em quatro fases. A primeira é concernente à apreciação do domínio; a segunda remete à investigação para detectar as necessidades informacionais dos usuários; a terceira diz respeito às funções a serem desempenhadas pelos profissionais indexadores; e a quarta fase dá-se através do estudo documental.

Neste viés, percebe-se logo que o objetivo da indexação documental é justamente representar a informação para que ela esteja apta para a recuperação. Por essa razão, a lei que trata do Acesso à Informação não está sendo aplicada de forma plena uma vez que a representação da informação ainda é falha e as instituições não proveram políticas de indexação.

Além disso, outro fator a ser admitido é a linguagem documentária que, de acordo com a perspectiva de Van Slype (1991), é constituída pelo conjunto de signos que proporciona a representação do conteúdo incluso no documento visando à recuperação documental eficiente quando desejada.

No que concerne ao objetivo do resumo, Lancaster (2004, p. 6) revela que “o principal objetivo do resumo é identificar de que trata o documento ou sintetizar seu conteúdo. Um grupo de termos de indexação serve ao mesmo propósito”. Em outras palavras, o resumo é constituído dos principais elementos componentes do documento identificando, por exemplo, o produtor do documento, data e local, a causa que motivou a elaboração do documento e a quem ele é endereçado.

Quanto às distinções entre as atividades de indexação e elaboração de resumos, Lancaster (2004, p. 6) explana que

a indexação de assuntos e a redação de resumos são atividades intimamente relacionadas, pois ambas implicam a preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos. O resumidor redige uma descrição narrativa ou síntese do documento, e o indexador descreve seu conteúdo ao empregar um ou vários termos de indexação, comumente selecionados de algum tipo de vocabulário controlado.

No ato da representatividade informacional, seja ela por meio da indexação ou da produção de resumos, o profissional da informação deve estar atento às exigências informacionais básicas de seus usuários. Nesse sentido, o arquivista pode identificar a necessidade de utilização de uma dessas atividades ou de ambas. Entretanto, como assevera Lancaster (2004, p. 7),

Se a indexação e a redação de resumos fossem consideradas como atividades inteiramente complementares, a natureza da atividade de indexação sofreria algum tipo de mudança. Por exemplo, o indexador se concentraria na atribuição de termos que complementassem os pontos de acesso existentes no resumo. Tal complementaridade, porém, deve ser inteiramente reconhecida e compreendida pelo usuário da base de dados. Do contrário, um conjunto de termos de indexação isolados daria uma imagem bastante equivocada do conteúdo de um item.

Posteriormente, Lancaster (2004, p. 7) destaca que a extensão da representação do conteúdo temático sinaliza que “quanto mais informações são apresentadas, mais claramente a representação revela o alcance do artigo, tornando-se mais provável que venha a indicar para o leitor se esse artigo satisfaz ou não a uma necessidade de informação”. Em outras palavras, a extensão da representatividade, em primeiro momento, pode facilitar a recuperação das informações desejadas.

Contudo, cabe ao indexador/resumidor identificar quais os pontos relevantes a serem inclusos e simbolizar de modo a adequar a linguagem utilizada de forma clara. Além disso, Lancaster (2004) informa que a representação extensiva permite mais pontos de acesso para a recuperação da informação e uma probabilidade maior para este feito.

Assim como ocorre no resumo, Lancaster (2004, p. 8) constata que “A indexação mais exaustiva proporciona uma indicação muito melhor do assunto específico de que trata o artigo, bem como possibilita muito mais pontos de acesso”. De fato, assim como apresentado anteriormente, quanto à extensão dos resumos e às contribuições que este procedimento efetua nos resumos e os cuidados para a realização deste, o mesmo se enquadra na indexação.

Para a indexação de assuntos, identificam-se dois estágios básicos. O primeiro vincula-se à Análise Conceitual que em suma diz respeito ao assunto no qual é tratado o documento e pode ser identificado por meio de termos durante a indexação seletiva ou exaustiva. Em outras palavras, a Análise Conceitual é a extração da essência do documento (LANCASTER, 2004).

Já a tradução, segundo Lancaster (2004, p. 18), “envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação” e pode ser caracterizada por meio da extração ou da atribuição. Sendo assim, a tradução é identificada por determinar os termos que melhor se encaixem no documento a ser indexado.

A indexação por extração, como o próprio termo induz, diz respeito à “extração” de termo(s) ou “expressões” que estão incorporados nos documentos. O caso da indexação por atribuição requer um olhar mais apurado do indexador, haja vista que o mesmo terá que

identificar e “atribui” os termos e “expressões” que melhor refletem sobre o tema apresentado no documento.

Mas como bem atenta Lancaster (2004, p. 9), “a mesma publicação será indexada de modo bastante diferente em diferentes centros de informação, e deve ser indexada de modo diferente, se os grupos de usuários estiverem interessados no documento por diferentes razões”. Mais do que isso, a indexação também pode ser realizada de diversas formas por um mesmo indexador, uma vez que este sofre a interferência de componentes internos ou externos ao sujeito.

Nesse sentido, Lancaster (2004, p. 9) atenta que a indexação o documento deve corresponder a algumas indagações. São elas: “1) De que trata?; 2) Por que foi incorporado ao nosso acervo?; e 3) Quais de seus aspectos serão de interesse para nossos usuários?”.

O primeiro questionamento remete principalmente ao assunto no qual é tratado o documento. É através dessa informação que, indiretamente, é possível identificar os motivos de seu armazenamento no arquivo ou em qualquer outra instituição informacional, sendo que, no caso dos arquivos, essa informação deve estar em consonância com os princípios arquivísticos expostos outrora.

Se no primeiro questionamento, os princípios arquivísticos forem evidenciados de forma indireta, na segunda pergunta, essa vinculação destrincha-se de forma clara, estando principalmente conectada ao princípio da proveniência, que estabelece as relações de fundos bem como das unidades administrativas ao qual pertencem.

No que concerne ao terceiro questionamento, Lancaster (2004, p. 10) postula, posteriormente, que “quanto mais especializada a clientela de um centro de informação, maior a probabilidade de que a indexação possa e deva ser feita sob medida, ajustando-se com precisão aos interesses do grupo”. Isso ocorre com referência aos arquivos especializados e bibliotecas de uma dada área, possibilitando aos seus usuários uma exatidão quanto à recuperação da informação, uma vez que se subentende que os usuários sabem o que procuram.

No caso de arquivos com uma abrangência de perfis de usuários, a exemplo do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, sua forma de indexação e outros componentes representativos são realizados de modo abrangente necessitando, muitas vezes, da intervenção dos colaboradores da instituição para a exatidão da consulta.

Ainda nesse sentido, Lancaster (2004, p. 36) explicita três fatores que determinarão se o documento será ou não indexado. São eles: “a) a quantidade de informações apresentadas

sobre o assunto, b) o grau de interesse no assunto, e c) a quantidade de informações já existentes sobre o assunto”.

Por essa razão, não convém ao profissional indexar um documento que não está em consonância com as atividades afins desempenhadas pelo arquivo, bem como se a informação não interessa ao seu corpo de pesquisadores. Caso esses fatores não sejam respeitados, o indexador adentrará num círculo vicioso não estabelecendo as prioridades e indexando todos os documentos, inclusive aqueles destinados para eliminação ou sem relevância ao usuário.

Assim, como relata Bates (1998, p. 1187, *apud* Lancaster (2004, p. 10-11), “o desafio para o indexador é tentar antecipar quais os termos que as pessoas que possuem lacunas de informação de vários tipos procurariam nos casos em que os registros de que dispõem, de fato, fica a meio caminho de satisfazer a necessidade de informação do usuário”. Por este fim, uma vez incorporado aos procedimentos representativos tanto a indexação quanto o resumo, o profissional deve sempre ter em mente as exigências estabelecidas pelos usuários, os assuntos e os termos mais relevantes para os mesmos. Feito isso, as atividades de revisão da indexação e resumo necessitarão de reformulação mínima estando, portanto, de acordo com a perspectiva do usuário.

Normalmente as atividades de indexação e de resumo são realizadas sem um olhar ideal, podendo ocorrer de informações relevantes não serem introduzidas. Muitas vezes, isso se dá devido à quantidade de demanda estabelecida para o feito sobrecarregando o profissional e, por conseguinte, prejudicando a recuperação dos documentos desejados. Nesta linha de pensamento, Lancaster (2004, p. 24) informa,

Ao indexador raramente é dado o luxo de poder ler um documento atentamente do começo ao fim. A exigência de indexar determinada quantidade de itens do dia haverá de lhe impor que se satisfaça comumente com uma leitura que estará longe de ser completa. Usualmente, recomenda-se um misto de ler e ‘passar os olhos’ pelo texto. As partes a serem lidas atentamente são as que apresentam maior probabilidade de dizer o máximo sobre o conteúdo no menor tempo: título, resumo, sinopse e conclusões.

De fato, as informações condizentes ao título, resumo, sinopse e conclusões, além do local de produção do documento, são facilmente identificadas diante da particularidade de cada espécie e tipologia documental. No entanto, reduzir a identificação e utilização dessas informações para a indexação e o resumo desmereceria, de certo modo, os trabalhos dos arquivistas, por exemplo, uma vez que com o treinamento simplista, qualquer profissional seria capaz de realizar tal função.

Além disso, não há um consentimento quanto à quantidade ideal de termos a serem estabelecidos para a representação documental. Nesta linha de pensamento, Lancaster (2004, p. 33) ressalta que “a quantidade de termos atribuídos a um documento é um fator crítico para definir se determinado item será ou não recuperado. Outros fatores afins, porém, também participam disso”. Assim sendo, cabe ao indexador averiguar qual será o nível de exaustividade, especificidade, correção e/ou consistência a ser implementado.

Como relatado outrora, o indexador é um sujeito subjetivo e, por essa razão, suas atividades indexativas sofrem influências de agentes internos e externos do mesmo (em qual classe social este profissional está inserido bem como sua formação complementar). Outro fator levantado é que o indexador pode indexar um mesmo documento de formas diferentes em momentos distintos. Para que haja qualidade na indexação, o profissional deve estar atento ao que Lancaster (2004) definiu como coerência da indexação.

Em linhas gerais, a coerência da indexação, como o próprio nome sugere, diz respeito à capacidade de um ou mais indexadores seguirem uma mesma lógica no ato da indexação para que se alcancem resultados, senão iguais, tão próximos que suas diferenças sejam insignificantes de modo que não afetem no resultado final, ou seja, na recuperação da informação. Nesse sentido, a coerência pode ser dada em duas ocasiões.

A primeira delas refere-se à coerência interindexadores avaliando a coerência por meio da capacidade que mais de um indexador tem em indexar um mesmo documento de forma semelhante (LANCASTER, 2004). No caso da coerência intraindexador, segundo Lancaster (2004, p. 68), “refere-se à extensão com que um indexador é coerente consigo mesmo”.

Ressalta-se que, em ambos os casos, tanto a coerência interindexador quanto a intraindexador não são fáceis de serem seguidas. Normalmente a qualidade está atrelada a um conjunto de medidas que permeiam desde a execução de um vocabulário controlado bem como as políticas de indexação.

Além disso, Lancaster (2004, p. 71) pontua fatores que podem contribuir para a coerência na indexação. São elas:

1. Quantidade de termos atribuídos;
2. Vocabulário controlado *versus* indexação com termos livres;
3. Tamanho e especificidade do vocabulário;
4. Características do conteúdo temático e sua terminologia;
5. Fatores dependentes do indexador;
6. Instrumentos de auxílio com que conta o indexador;
7. Extensão do item a ser indexado.

No primeiro ponto, presume-se que quanto mais termos atribuídos ao documento, suas semelhanças ao conteúdo apresentado se distanciarão ou os termos serão admitidos como sinônimo em demasia. Já no segundo ponto, quando a instituição faz uso do vocabulário controlado, há uma maior probabilidade dos termos atribuídos serem os mesmos. Em não ocorrendo isso com frequência quando a instituição não aplica tal instrumento, fica nesse caso, a critério do indexador os termos que se adaptem à representação.

Ainda de acordo com o vocabulário controlado, Lancaster (2004, p. 73) atenta que o mesmo deve “melhorar a coerência da indexação em longo prazo, mas somente pode ser aplicado de modo coerente por indexadores experientes que dominem o conteúdo temático e estejam totalmente familiarizados com os termos”.

Em referência ao tamanho e à especificidade do vocabulário, postula-se que quanto maior for o vocabulário, maior será a possibilidade do mesmo ser específico e, por conseguinte, a expectativa de coerência na indexação será menor (LANCASTER, 2004).

Já quanto às características do conteúdo temático e sua terminologia, Lancaster (2004, p. 76) evidencia que “É de se supor que ocorra com maior coerência na indexação de tópicos mais concretos (por exemplo, objetos físicos, pessoas designadas pelo nome), e que ela declinará à medida que se lidar cada vez mais com abstrações”. Assim, subentende-se que quando os documentos a serem indexados acompanham certo padrão (cor, logomarca, local onde o documento foi produzido), a possibilidade de gerar uma indexação coerente será maior se comparada com o documento que não segue o padrão ou o indexador não possuir conhecimento básico sobre o conteúdo nele constatado.

Outro ponto a ser discutido aqui diz respeito aos fatores dependentes do profissional indexador. Esses fatores referem-se à carga de conhecimento em que o profissional tem tanto sobre as atividades de indexação (os níveis e quantidades de termos atribuídos, aplicação do vocabulário controlado, etc.) quanto sobre o conhecimento que será indexado (a ordenação orgânica do fundo, séries, subséries, papel da instituição).

O sexto tópico diz respeito aos instrumentos de auxílio com os quais o indexador conta. Nesse caso, Lancaster (2004, p. 77) informa que “se um grupo de indexadores compartilhar o mesmo conjunto de ferramentas de indexação (dicionários, glossários, manuais), haverá uma tendência de que estes instrumentos contribuam para melhorar a coerência no grupo”. Corroborando essa visão, explicita-se aqui a necessidade do profissional indexador de elaborar e executar instrumentos que permitam a padronização dos termos atribuídos à indexação.

O último tópico refere-se à extensão do item a ser indexado. A quantidade de termos atribuídos ao documento dependerá do tamanho do conteúdo a ser indexado ou da quantidade de assuntos diferentes tratados no mesmo. Nessa perspectiva, subentende-se que quanto menor for o conteúdo, menor será o número de termos indexados bem como se em um texto específico referenciando um mesmo assunto. Em consonância com essa visão, Lancaster (2004, p. 77) retrata que “quanto menor o item, menor será a quantidade de termos que a ele se aplicarão de modo plausível”.

5.1.1 Políticas de Indexação

Antes de adentrar na política de indexação propriamente dita, faz-se necessário explicitar, nesses primeiros parágrafos introdutórios, o que admitido aqui como política. Nesse aspecto, a política sempre esteve atrelada às nossas condutas para com os demais sujeitos sociais, tendo a ciência política a função de apurar as relações de poder também no contexto social (governo, regulamentos, etc.).

O termo política provém do grego e vincula-se à forma como eram constituídas as cidades da Grécia Antiga denominadas de Cidade-Estado, as quais possuíam autonomia para as tomadas de decisões governamentais bem como financeiramente. Assim sendo, a palavra *polítiká* é derivada do termo *polis* que, por conseguinte, são as Cidades-Estados.

Em linhas gerais, Castro et al (2007, p. 22) explicitam que “‘políticas’ vêm a ser o conjunto de normas de cumprimento obrigatório - regulamentos ou regimentos que determinam a competência de unidades administrativas”. Dessa feita, as políticas são todas as diretrizes materializadas ou não em um suporte que possibilita ao *corpus* envolvido saber os direitos e deveres bem como as medidas a serem tomadas no desempenho das atividades corriqueiras.

Nesse sentido, Lancaster (2004, p. 27) constata que “as decisões quanto à política são tomadas pelos gestores do serviço de informação, estando, portanto, fora do controle do indexador individual; os fatores relativos à exatidão se estão sob o controle do indexador individual”. No caso em especial dos arquivos referente às políticas e responsabilidades, Castro et al (2007, p. 22) evidenciam que

Os Arquivistas devem trabalhar com os administradores para garantir a posição do Arquivo das Administrações e a competência do mesmo, para

gerir programas de Gestão de Documentos e Arquivo (1^a, 2^a e 3^a idades) incluindo, naturalmente, a preservação a longo prazo.

Por essa razão, os administradores em conjunto com os arquivistas devem unir esforços para a elaboração, implementação e revisão de normas com vista ao bom funcionamento das atividades arquivísticas. As políticas de indexação são um dos fatores contribuintes para a eficiência da exaustividade na indexação bem como para a efetivação da coerência na indexação. Uma vez que os parâmetros regulamentadores e normatizadores são incorporados na instituição, o profissional da informação sabe exatamente quais atributos e como os mesmos devem ser representados (LANCASTER, 2004).

As políticas de indexação, também conhecidas como política de tratamento temático da informação (política de TTI), constituem-se, na visão de Narukawa e Sales (2012, p. 158), “na formalização dos processos, procedimentos, instrumentos e toda filosofia profissional subentendida nas atividades de tratamento temático da informação que servem como diretriz no desenvolvimento dessas atividades”. Em outras palavras, a política de TTI está atrelada a toda e qualquer manifestação laboral, seja ela inerente às atividades desempenhadas pelo profissional da informação mesmo que esteja subentendida.

Em virtude disso, as instituições que possuem em seu corpo laboral a indexação devem estabelecer diretrizes para o bom desempenho. No que diz respeito à realidade dos bibliotecários, Cesarino (1985, p. 163) postula que dentre os pontos críticos para a formação dessa profissão é

A tomada de decisões ou política em relação aos diversos subsistemas da recuperação da informação, vistos de uma maneira integrada. Não se pode isolar cada componente e pensar numa política de seleção, política de indexação, determinação dos catálogos, etc. Os subsistemas da recuperação da informação afetam uns aos outros.

Assim como as atividades desempenhadas pelos bibliotecários podem ser caracterizadas como cíclicas, os arquivistas também o são. Por isso, frisou-se tanto que, para uma recuperação eficiente, dependerá da qualidade da representação e, consequentemente, este estará atrelado à capacidade do profissional arquivístico em estabelecer os parâmetros a serem seguidos, identificação do perfil do usuário bem como os instrumentos usados como suporte para a representação.

Todavia, como atenta Rubi (2012a, p. 108)

De maneira geral, a literatura sobre política de indexação se mostra escassa. Consideramos que um motivo para isso diz respeito, principalmente, ao modo como a indexação é vista dentro da biblioteca: muitas vezes, somente como um processamento técnico que não necessita de procedimentos sistematizados para identificação de assunto, apenas de uma leitura rápida para identificar e extrair os termos para representar o conteúdo. Nesse sentido, a implementação de uma política de indexação seria considerada desnecessária.

De fato, essa realidade apresentada nas bibliotecas também é constatada em arquivos. Em algumas situações, quando é realizada a indexação devidamente, essa também é admitida como uma atividade tecnicista sem a necessidade de reflexão ou aporte teórico que o embase. Nesse sentido, os gestores não percebem a importância para a elaboração das políticas e quando essa é feita, eles correm o risco de serem negligenciados devido sua aplicação errônea.

Para a instituição da política de indexação, Cesarino (1985, p. 165) estabelece que devam ser levados em consideração alguns aspectos. São eles:

- identificação das características do usuário (áreas de interesse, nível experiência, atividades que exercem);
- volume e características da literatura a ser integrada ao sistema;
- volume e características das questões propostas pelo usuário;
- número e qualidade dos recursos humanos envolvidos;
- determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema;
- determinação dos equipamentos disponíveis, etc.

Em concordância com essa visão, Kobashi (1994, p.17-19, *apud* FUJITA; RUBI, 2006, p. 51) sinaliza que para a construção de uma política de indexação devem ser avaliados os itens a seguir:

- Necessidades do usuário;
- Instituição onde se desenvolve;
- Domínio tratado;
- Recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis;
- Produtos e serviços;
- Relação custo/desempenho.

Em linhas gerais, percebe-se que os autores referenciados nessa seção constatam a relevância entre as necessidades explicitadas: pelo usuário, sejam elas externadas ou identificadas/subentendidas pelo arquivista; pela instituição, identificando a forma que as atividades serão regidas bem como todo o suporte mecânico e de pessoal a ser utilizado; pelo

documento em sim, estabelecendo prazos e procedimentos metodológicos para as execuções corriqueiras da representação da informação; e pelo profissional arquivístico, com sua bagagem teórico-pragmática.

Nesse aspecto, Rubi (2012a, p. 119-120) explica que a política deve compreender dois aspectos sendo eles “em âmbito global, por meio de uma filosofia que reflita sua missão e seus objetivos, e em nível local, em que as particularidades de cada unidade deverão estar representadas e serem respeitadas de acordo com a demanda usuária local”.

Na visão formada por Rubi, percebe-se a sucinta perspectiva apresentada por Kobashi (1994, *apud* FUJITA; RUBI, 2006) e Cesarino (1985), uma vez que a autora trata em seu pensamento aspectos incorporados tanto nas instituições mantenedoras do acervo, como as preocupações existentes aos usuários.

Assim sendo, por tudo o que foi exposto anteriormente, as preocupações quanto à criação e aplicação das políticas de indexação devem estar direcionadas a três componentes principais, sendo eles: o profissional da informação, a instituição mantenedora do arquivo e o usuário.

Ao profissional da informação, e em especial aos arquivistas, competem as preocupações referentes a: favorecer o bom desempenho da instituição mantenedora do arquivo, assim como auxiliar na implementação de políticas e outras medidas reguladoras com vistas a preservar a informação sem interferir em seu acesso; contribuir para a relação entre usuário e pesquisa documental, mesmo quando o pesquisador não souber ao certo o que deseja; identificar a linguagem documental e qualquer outro composto que reflita diretamente no tratamento do documento.

Nesse último caso, como forma de reforçar essa visão, Narukawa e Sales (2012, p. 168) revelam que “a linguagem documental exerce influência não somente no tratamento temático, mas também na difusão documental, fato que de forma alguma pode ser negligenciado quando da elaboração de políticas de TTI”.

A instituição mantenedora do arquivo deve girar em torno principalmente da conservação e disponibilização da informação. Por conseguinte, o arquivo representado pelo gestor conta com o apoio dos arquivistas para estabelecer os parâmetros que melhor se adaptem à realidade organizacional assim como ao usuário. Além disso, espera-se a compreensão dos usuários com o propósito de manter a ordem e que esses sigam as normas principalmente no que concerne às diretrizes de consulta, reprodução e conservação da informação.

E por fim, o comportamento do usuário à frente dos documentos disponibilizados para a sanção de seus anseios informacionais, além da conduta para com o profissional da informação. Nesse último caso, o usuário deve ter em mente que a boa relação com o arquivista poderá acarretar a eficiência da solução informacional, uma vez que não haverá barreiras impedindo a comunicação entre eles.

Corroborando esse pensamento, Rubi (2012b, p. 175) atenta que para a construção das políticas de indexação deve-se levar em consideração aspectos como:

- A organização à qual a biblioteca estará vinculada, determinando o contexto onde estará inserida. Recomenda-se a elaboração de um cronograma;
- Identificação dos usuários;
- Áreas de interesse, níveis de experiências, atividades que exercem volume e características das questões propostas pelos usuários. Recomenda-se a realização de um estudo de usuários;
- Infraestrutura;
- Recursos financeiros para criação e manutenção da biblioteca em todo seu funcionamento;
- Recursos materiais e físicos necessários para o atendimento à comunidade usuária;
- Recursos humanos: número de pessoas suficiente e qualificação adequada para cada serviço a ser realizado.

Obviamente que, compreendendo as particularidades existentes entre os cuidados sob os documentos de arquivos e o tratamento recorrente em bibliotecas, espera-se que ambas estejam a par das responsabilidades para a preparação das políticas de tratamento temático da informação respeitando a relação e, consequentemente, a interação entre usuário, instituição, profissional da informação.

Ainda no que decorre da discussão sobre a elaboração das políticas, Rubi (2012b) constata a necessidade de solucionar algumas indagações, tais como: a quem essas políticas estão direcionadas assim como a delimitação de seu emprego, e se há a necessidade da publicação e da inserção do histórico de tais políticas. Nessa concepção, as respostas estão diretamente conectadas à visão apresentada tanto pelo gestor da instituição quanto do profissional da informação à frente do arquivo, estabelecendo as diretrizes que estejam em concordância com as proposições da instituição e as necessidades informacionais dos usuários.

No que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de indexação, as preocupações estão em torno de três pontos: a indexação, a linguagem a ser utilizada e o sistema de recuperação da informação. No primeiro componente, as inquietações voltam-se basicamente

à aptidão da revocação, à precisão do sistema, à especificidade, à exaustividade, à construção acadêmica e laboral do profissional indexador, aos métodos pautados, à indexação e, por fim, à construção e aplicação de manuais para a indexação (RUBI, 2012b).

Dentre os principais enigmas existentes quanto à formação do indexador, Fujita (2012b, p. 187) afirma que

apresentadas pelo contexto na leitura profissional iniciam-se pelo conhecimento prévio profissional adquirido na graduação e na capacitação, ou seja, se a formação não garantir a aprendizagem de uma metodologia de análise de assunto, o indexador, além de apresentar dificuldades para leitura, também não terá uma uniformidade de procedimentos, criando parâmetros para cada texto.

De fato, o indexador deve estar consciente de sua responsabilidade para com a informação, uma vez que esse estará diretamente interligado aos procedimentos indexativos e aos seus anseios no que se referem à conformidade da linguagem a ser utilizada, bem como à necessidade de reciclagem e aprofundamento do conhecimento evidenciados no meio laboral e, consequentemente, nos documentos. Rubi, Fujita e Boccato (2012) também informam que para a boa formação do indexador, a imparcialidade, a fidelidade e a coerência devem estar atreladas ao seu meio laboral para que, consequentemente, haja o bom desempenho de suas funções.

No que envolve a linguagem, o primeiro ponto a ser levantado é referente à delimitação da linguagem, à consistência e uniformidade da mesma, assim como sua adequação (RUBI, 2012b). No último caso, Rubi (2012b, p. 180) informa que “A decisão sobre qual linguagem utilizar e em qual momento diminuiria as incoerências cometidas durante esse processo no que diz respeito à representação adequada do assunto do documento”.

Já para o sistema de recuperação informacional, a autora demonstra que a discussão está pautada na avaliação, nos campos de assunto do formato MARC (no caso das bibliotecas), na capacidade de consulta a esmo (*browsing*), nas estratégias de busca e na configuração da saída dos dados.

Percebe-se que o desenvolvimento das políticas de indexação deve englobar os trabalhos envolvendo os procedimentos de indexação. Apesar dessa explicitação no discurso de seus trabalhos, a autora também demonstra os cuidados relativos à instituição mantenedora do acervo assim como aos usuários (RUBI, 2012b).

Além da construção e aplicação das políticas, deve-se ter em mente sua respectiva avaliação para que o arquivista obtenha resultados consistentes e fundamentos para demonstrar os benefícios de sua aplicação. Assim, Rubi (2012b, p. 182) explica que

é preciso realizar a avaliação da política de indexação a partir da intervenção na realidade aplicando a proposta de diretrizes para a elaboração de uma política de indexação para construção de catálogos, de modo a elaborar um modelo para avaliação dessa política de indexação proposta e já implantada.

A avaliação das políticas se faz necessária tendo em vista que é possível variar as formas como os usuários buscam suas informações, exigindo da instituição modificar componentes indexativos que refletem fielmente na nova realidade. Além disso, conseguintemente, a aplicação das políticas, o gestor e demais colaboradores do arquivo podem verificar necessidades de mudanças, inclusive sobre a elaboração e aplicação de campos que outrora não foram abordados.

Outro componente destinado a representação temática da informação é o vocabulário controlados tendo como foco o estabelecimento de termos padronizados a serem utilizados no ato da indexação documental.

5.2 VOCABULÁRIO CONTROLADO

É por meio da linguagem que os sujeitos expõem suas opiniões e expressões diante de um fato ou informação outrora revelada, tendo, por essa razão, a principal função da linguagem a de permitir a comunicação. Essa é, pois, uma construção gradativa e evolutiva do homem que proporciona ao mesmo a compreensão do ambiente no qual está inserido e a sua alteração.

Para esse feito, o homem utiliza-se de uma referência geral de modo que ao emissor cabe explicitar a ideia dinamicamente para que o receptor possa compreender e fazer uso do que foi perpassado. Como atenta Frade (2007, p. 76),

Os movimentos entre o oral e o escrito que conhecemos até o momento atual demonstram não uma oposição, mas um contínuo entre os modos de utilização dessas linguagens. Historicamente, verifica-se uma oralidade que antecede o escrito, outra se faz presente nele e desdobra-se numa oralidade secundária, já perpassada pelo modo escrito de enunciação. Na escrita,

vislumbramos inúmeras transformações relacionadas às formas de inscrevê-la em suportes, às maneiras de organizá-los em rolos, em códex e outros formatos, às alterações entre uma cultura do manuscrito e uma cultura do impresso, com suas diferentes instituições que produzem, regulam, legislam sobre direitos, decidem formas de distribuição, etc.

Na comunicação, seja ela verbal ou não, cada indivíduo adquire os dois papéis, seja de emitir uma informação ou de captá-la. As palavras são como símbolos, sendo distinguidas por meio de classificações em verbos, adjetivos, por exemplo. A cada símbolo (palavra) tem um significado podendo ser alterado de acordo com a estruturação dos períodos.

Entretanto, esse tipo de classificação pode entrar em conflito com outras culturas ou até mesmo acerca da própria língua local, a exemplo do caso da língua portuguesa falada no Brasil, uma vez que essa possui uma riqueza inigualável de norte a sul do país, tendo alguns símbolos que, ao serem traduzidos literalmente, podem ter distorções quanto ao significado de expressões ou palavras em um dado contexto ou não fazerem sentido algum.

Por esse motivo, a comunicação não será compreendida apenas com os significados dos símbolos, da classificação, ou do contexto, mas sim de todos os já citados a fim de permitir uma interação entre os indivíduos de uma sociedade. Como forma de auxiliar nessas relações de recuperação da informação entre a linguagem natural e a linguagem documentária, é criado o vocabulário controlado.

Para Lancaster (2004, p. 19), um vocabulário controlado é “essencialmente uma lista de termos autorizados. Em geral, o indexador somente pode atribuir a um documento termos que constem da lista adotada pela instituição para o qual trabalha”. Já Smit e Kobashi (2003, p. 14) atentam que o “controle de vocabulário é um recurso para organizar e recuperar documentos - e informações - com consistência, gerando, consequentemente, confiança no sistema”. Nessa sucinta explanação, percebe-se que o controle do vocabulário centra-se na consistência dos termos a serem utilizados no ato da representação de documento como forma de facilitar a recuperação da informação.

Nesse sentido, a linguagem de indexação visa à representação do conteúdo temático documental, seja através das contribuições realizadas pela linguagem natural ou pela linguagem artificial, como é o caso de utilização de determinados termos na área de medicina, por exemplo.

No caso da linguagem natural, como o próprio termo induz, revela-se por se tratar de uma linguagem de indexação que traz em seu escopo uma linguagem utilizada em um dado contexto social, político, econômico e cultural por uma determinada comunidade/grupo. Com este fim, não se requer uma reflexão sobre quais termos serão utilizados, e esses surgem e

refletem a realidade da linguagem de forma espontânea e que, portanto, não houve intervenções adversas quanto à escrita e à fala no procedimento de indexação.

Por essa razão, há dificuldade em se estabelecer uma linguagem que abarque, ou seja, conte cole essa diversidade linguística entrelaçada nos sujeitos com diferentes cargas sociais, políticas, culturais, econômicas, etc. Apesar de o foco desta pesquisa não estar atrelado unicamente à linguagem em si, faz-se necessário abordá-la, mesmo que superficialmente, pois estas duas linguagens estão conectadas e interferem na forma das representações descritivas e temáticas no ambiente de arquivo.

A representação não pode ser admitida como uma atividade finda, concluída. Faz-se crer que ela requer, de tempos em tempos, revisões principalmente das documentações que são incorporadas em fundos abertos, pois ela necessita que as relações entre os documentos, anteriormente incorporados, apresentem relações com os atuais inseridos e que, portanto, por se tratarem de produções temporais distintas revelam um cuidado linguístico.

Já na linguagem artificial, um conjunto de termos/expressões foi controlado para adequar a linguagem a uma determinada realidade política, social, econômica e cultural. Esse controle parte do seguinte pressuposto: a cada termo ou expressão, um significado será a ele relacionado, reduzindo as contradições e auxiliando na precisão e na exatidão para a recuperação de documentos necessários.

Vale salientar que a linguagem de indexação visa correlacionar os termos contidos no documento, a linguagem apresentada pelo usuário e a linguagem do profissional indexador de modo a padronizar uma linguagem que seja compreendida e utilizada pelos atores envolvidos.

Em outras palavras, uma vez identificada a linguagem do documento, do usuário e do indexador, isso possibilitará que no ato da indexação sejam identificados os termos ou expressões que melhor representam o documento. Ao usuário, será permitida uma maior facilidade de identificação da forma como são indexados os documentos, e ao profissional indexador, haverá um rigor contribuindo para que seu trabalho atenda tanto à representação do documento indexado quanto ao usuário que necessita da informação.

Em virtude disso, percebe-se que a elaboração e aplicação do vocabulário controlado requerem uma atenção principalmente para os arquivos e demais instituições que comportam em seus acervos grandes volumes, impossibilitando ao indexador de recordar onde e como estão organizados os documentos. Nesse sentido, o indexador deve avaliar quais termos e expressões são utilizados com frequência, bem como fundamentar o vocabulário controlado através de outras fontes, como é o caso de índices e glossários, para que o instrumento esteja adequado ao seu propósito.

Ainda neste viés, segundo Lancaster (2004, p. 19), o vocabulário controlado possibilita:

1. Controlar sinônimos, optando por uma única forma padronizada, como remissivas de todas as outras;
2. Diferenciar homógrafos;
3. Reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si.

No primeiro ponto, o controle de sinônimos permite ao usuário identificar a configuração do arquivo uma vez que os termos e expressões atribuídos ao documento são limitados, o que facilita a identificação da organização presente no acervo.

Como já foi explicitado anteriormente, a riqueza e a complexidade da língua brasileira são um dos fatores conflitantes no que dizem respeito à atribuição de termos para o processo de indexação. Um exemplo disso é o aparecimento de homógrafos no decurso do documento (LANCASTER, 2004). Nesse viés, cabe ao indexador estabelecer métodos para diferenciá-los impedindo qualquer discordância que porventura venha a surgir ao usuário.

Na terceira e última postulação, Lancaster (2004) sugere a conexão realizada por termos ou expressões cujos significados se assemelham, podendo ser através de uma conexão hierárquica ou não hierárquica. A conexão hierárquica pode partir do geral para o específico e vice-versa dependendo do perfil e da proposta na qual o arquivo se insere. A conexão não hierárquica está relacionada a um assunto específico, por exemplo.

Os vocabulários controlados constituem-se de três principais esquemas. São eles: esquemas de classificação bibliográfica, lista de cabeçalhos de assuntos e, por fim, os tesouros, tendo todos esses as funções postuladas anteriormente (controle de sinônimos, distinção de termos idênticos, mas com significados diferentes e a interligação de sinônimos) (LANCASTER, 2004). Apesar de possuírem pontos semelhantes e divergentes, o principal fator para a utilização do vocabulário controlado é a facilidade que o indexador tem de encontrar, distinguir e agrupar termos para que os documentos possam ser indexados. As divergências entre eles são as seguintes: classificação bibliográfica; lista de cabeçalhos de assuntos e tesouros.

Contudo, assim como as atividades de indexação, o vocabulário controlado não deve ser admitido como um instrumento rígido, passível de modificação. Muito pelo contrário, a reformulação do vocabulário também é algo inevitável, mas não pode ser feita de forma indiscriminada e sem rigor, pois se assim o for não trará resultados significativos para a sua implementação.

5.3 RESUMOS

Além do vocabulário controlado, existem outros componentes destinados a representação temática da informação, tais como o resumo, no qual sua construção, apesar de constantemente associada como atividade complementar à indexação, são configurados em procedimentos distintos, tendo o profissional da informação, no ato de sua construção, definir a extensão e o tipo de resumo a ser produzido. No que diz respeito à extensão do resumo, Lancaster (2004, p. 100) postula alguns fatores. São elas:

1. A extensão do item que está sendo resumido;
2. A complexidade do conteúdo temático;
3. A diversidade do conteúdo temático;
4. A importância do item para a instituição que elabora o resumo;
5. A ‘acessibilidade’ do conteúdo temático;
6. Custo;
7. Finalidade.

Algumas dessas pontuações são semelhantes às identificadas no processo de indexação, como é o caso da extensão do item a ser resumido, uma vez que quanto menor for o conteúdo, espera-se que seu resumo seja menor se comparado com um documento com maior conteúdo informacional. Nos resumos produzidos para artigos científicos, por exemplo, são construídos entre 400 a 500 caracteres em uma produção média de 15 a vinte páginas, sendo este o padrão para uma produção média de 15 a vinte páginas.

Já a complexidade do conteúdo temático está atrelada ao conhecimento existente sobre o assunto referente ao indexador e à especificidade desse conteúdo. No primeiro caso quanto maior for a gama de assuntos armazenados no acervo, menor será o conhecimento aprofundado, e quanto maior for a especificidade do acervo, maior será a possibilidade de um conhecimento sobre o assunto, estando, portanto, atrelado ao terceiro fator que determinará a extensão do documento (diversidade do conteúdo temático).

No que concerne à relevância para a instituição do item a ser resumido, subentende-se que quanto maior for a relevância das informações contidas no documento, maior será a abrangência do resumo, principalmente, no que diz respeito à coleta e análise de dados e sua respectiva conclusão, caso se trate de uma pesquisa em campo, por exemplo, e quando o documento apresenta subsídios para o mesmo.

Quanto à acessibilidade do conteúdo, Lancaster (2004, p. 101) atenta que “especialmente num serviço de resumos mais completos de documentos menos acessíveis fisicamente (como relatórios de circulação limitada ou trabalhos apresentados em eventos) ou intelectualmente (por exemplo, redigidos em línguas pouco conhecidas)”. No item evidenciado por Lancaster sobre aqueles documentos não acessíveis fisicamente, destaca-se alguns documentos armazenados no Arquivo Histórico Waldemar Duarte que, devido ao seu grau de deterioração, não é possível seu acesso. Em arquivos de cunho histórico, como é o caso do AHWD, o resumo permitiria ao usuário estar à frente apenas daqueles documentos que, de fato, contribuirão para a pesquisa, prolongando, assim a vida do documento.

Como explicitado acima, o custo também faz parte das causas que determinarão o tamanho do resumo. O custo é gerado diante de dois componentes: o tempo necessário para a elaboração do resumo e o material utilizado para a elaboração e concretização do resumo.

Apesar de Lancaster (2004) esclarecer que o tempo para a construção de um resumo, seja ele em escala sintética ou maior, não faz diferença, sendo esse apenas relevante no que diz respeito aos resumos impressos, explicita-se que o tempo gasto pelo profissional delegado à função de resumir como essencial, caso sua função esteja vinculada à produção e, com este fim, quanto mais documentos a serem resumidos, subentende-se que menores serão os resumos e, consequentemente, maior será o gasto para a instituição.

Por último, refere-se ao intuito da necessidade da produção do resumo. Nesse sentido, Lancaster (2004, p. 101) explica que “um resumo que se destine essencialmente a proporcionar acesso a um documento com finalidade de recuperação precisa ser mais longo para que possa oferecer suficientes pontos de acesso”. Em linhas gerais, a finalidade do resumo está atrelada à importância do item concernente à instituição mantenedora do documento, bem como aos seus pesquisadores.

Lancaster (2004) demonstra ainda a necessidade de inicialmente diferenciar o resumo da extração, sendo ambos constantemente identificados no meio laboral arquivístico ou em qualquer outro que possui em seu ambiente a representação da informação. Para tanto, a extração se configura através da retirada de fases encontradas no documento representado (LANCASTER, 2004). Essa pode ser compreendida como fidedigna se comparada com o resumo, uma vez que não há alteração de sentido ou acréscimo de termos que sugerem a incorporação de assuntos não apresentados no documento.

No resumo, Lancaster (2004) informa que apesar de esse poder conter em seu *corpus* termos apresentados no documento, ele se configura por ser uma produção de interpretação do resumidor para com o documento. Por essa razão, esse é um trabalho mais subjetivo que o

primeiro (extrato), uma vez que serão apresentadas no resumo as informações que o profissional julgar convenientes e importantes para os usuários de seu acervo.

Além da sumarização do documento, seja pelo resumo ou pela extração, Lancaster (2004) postula alguns tipos de resumos. São eles:

- Resumo indicativo;
- Resumo informativo;
- Resumo crítico;
- Resumo estruturado;
- Resumo em diagrama de bloco;
- Resumo modular;
- Minirresumo;
- Resumo telegráfico.

Apesar desse leque de resumos, nesta pesquisa enfatizam-se apenas os resumos indicativo, informativo, crítico e modular por se tratar de resumos constantemente encontrados no meio laboral e acadêmico, e já trazerem em suas funções resultados significativos no que concerne ao informe aos usuários sobre o conteúdo do documento original (LANCASTER, 2004).

De acordo com Lancaster (2004, p. 101), o resumo indicativo “simplesmente descreve (indica) de que trata o documento”. Nesse sentido, Simões (2007, p. 199) esclarece que o resumo indicativo, também conhecido como resumo descritivo, “indica, apenas, os pontos principais do texto, não apresentando dados quantitativos, qualitativos. É perfeitamente adequado à literatura de prospectos (catálogo de editores e livrarias)”. Em outras palavras, o que os autores revelaram acima é que o resumo indicativo explicita de modo genérico informações sobre a pesquisa e que, por esse motivo, não desobriga a leitura e análise do texto ou produção original.

Quanto ao resumo informativo, Lancaster (2004, p. 101) revela que ele “procura sintetizar a substância do documento, inclusive seus resultados”. Em consonância com essa visão, esclarecemos que esse tipo de resumo, também denominado de resumo analítico, pode dispensar a leitura do original, uma vez que traz em seu *corpus* informações sobre os objetivos, os procedimentos metodológicos utilizados, bem como as demais técnicas e os resultados encontrados. Nesse contexto, o resumo informativo é caracterizado por, além de constar informações sobre a pesquisa, apresentar dados sobre os resultados (SIMÕES, 2007).

Nesse sentido, o que diferencia o resumo indicativo do resumo informativo é que “o resumo indicativo menciona quais os tipos de resultados alcançados, enquanto que o informativo faria uma síntese dos próprios resultados” (LANCASTER, 2004, p. 101). Assim, o resumo indicativo concentra em informações referentes aos procedimentos metodológicos bem como às palavras introdutórias que contextualizam a pesquisa, enquanto que o resumo informativo, além de incorporar esse contexto, traz também resultados e soluções da pesquisa sendo, portanto, o último mais completo em comparação com o primeiro.

No caso do resumo crítico, como a própria expressão explicita, esse resumo diz respeito a uma síntese de um documento ou texto com a inserção de um julgamento sobre o mesmo. Para Lancaster (2004, p. 103), o resumo é assinalado uma vez que o “resumidor opina sobre a qualidade do trabalho do autor e pode até compará-lo com o de outros”. À vista disso, subentende-se que para a elaboração desse tipo de resumo, também denominado de recensão ou resenha, o profissional deve ter um conhecimento aprofundado sobre o tema, o que torna o resumo uma produção rica e altamente especializada.

Já o resumo modular, segundo Lancaster (2004, p. 108), tem por finalidade principal de

eliminar a duplicação e o desperdício de esforço intelectual envolvidos na elaboração, de forma independente, de resumos dos mesmos documentos por vários serviços, sem qualquer intenção de imprimir resumos ‘padronizados’ a serviços cujas exigências variam notavelmente quanto à forma e à inclinação para um assunto.

Nesse contexto, cada resumo modular é composto pela referência bibliográfica do texto original, anotação sobre o mesmo, resumo indicativo, resumo informativo e, por fim, o resumo crítico. Assim, com a inserção destes campos, qualquer instituição informacional que fizer uso dos resumos para a recuperação, pode utilizar tanto o resumo modular ou, através dele, delimitar apenas um, como, por exemplo, o resumo informativo.

6 PROPOSTA PARA O ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR DUARTE

Objetivando melhor atender as necessidades informacionais dos usuários do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, buscou-se evidenciar discussões acerca da representação descritiva da informação, por meio de padrões de metadados. Como consequência dessa análise *in loco* e bibliográfica, foi desenvolvido esta proposta a ser apresentado ao arquivo, concentrando-se em dois pontos: Representação Descritiva da Informação e Representação Temática da Informação.

Imbuído em alcançar os objetivos propostos, em conformidade com o arcabouço teórico tratado, foram delimitados os documentos a perpassarem pelo processo de representação descritiva e temática. Diante dos 144 documentos que apresentam transcrições datilografadas e manuscritas, optou-se por trabalhar com 78 documentos. O delineamento destes documentos deu-se devido os seguintes fatores:

- Documentos com pouco conteúdo informacional, não produzindo subsídios necessários para a investigação proposta;
- Dificuldade em comprovar a veracidade das transcrições manuscritas e datilografadas com os documentos originais.

No primeiro caso, foram excluídos da análise os documentos que, mesmo apresentando ambas as transcrições (transcrição manuscrita, transcrição datilografada), não oferecem subsídios suficientes, ou seja, conteúdo informacional necessário para contribuir na análise do padrão de metadados adequado. Em outros casos, foi possível sua incorporação aos padrões delimitados, facultando ou excluindo apenas elementos referentes à representação temática da informação (resumo, termos indexadores).

No segundo caso, durante a análise dos documentos transcritos, verificou-se que alguns deles devido a seu grau de deterioração ou questões adversas, impossibilitaram a confirmação se os dados encontrados nas transcrições (manuscrita e datilografada) correspondiam aos termos dos documentos originais. A utilização das transcrições é relevante como forma de dar suporte à análise dos documentos originais, através da comparação entre as informações encontradas neles e nas transcrições, favorecendo, por conseguinte, a representação informacional dos documentos originais.

Nessas ocorrências, constatou-se que, dependendo do termo adotado há a alteração do sentido informacional e será disponibilizado ao usuário informações de baixa confiabilidade,

além de impossibilitar a comparação de informações existentes nas transcrições e no documento original. Em vista disso, abaixo a subseção com o enfoque na proposta de representação descritiva da informação através da delimitação do padrão de metadados para a documentação do período colonial do AHWD.

6.1 REPRESENTAÇÃO DESCRIPTIVA DA INFORMAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de ordenamento das informações encontradas no Arquivo Histórico, a seção deste capítulo inicia-se com a proposta vislumbrando na representação da informação em ambiente digital. A disponibilização dos documentos físicos em ambiente digital já é uma realidade para os arquivos que objetivam disponibilizar suas informações a um maior número de usuários, sejam os documentos já criados em ambiente digital ou não. No caso do Arquivo Histórico, a proposta também permite um maior acesso aos usuários, bem como diminui o manuseio dos documentos físicos, principalmente aqueles que não interessam para as investigações dos pesquisadores.

No entanto, este estudo conscientiza na elaboração de intervenções representativas também em ambiente físico, atentando para a comodidade dos usuários em suas futuras investigações e estabelecendo ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte, critérios para a representação descritiva e temática.

Logo, a proposta parte da descrição documental através dos atributos encontrados no padrão de metadados já existentes, na exposição fotográfica do documento e na visualização da transcrição. Por este fim, os metadados representarão o documento e, caso o usuário perceba a relevância do mesmo para seu estudo, haverá a possibilidade de sua visualização através da fotografia e de sua transcrição.

6.1.1 Padrões de Metadados

Nesta seção, é apresentada a sugestão para o delineamento da representação descritiva da informação para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte, sobre a escolha do padrão de

metadados. Pensando nisso, foram analisados os metadados de três padrões, sendo dois arquivísticos. A análise dos metadados deu-se da seguinte forma:

- Exclusão dos campos em comum no padrão de metadados;
- Comparação dos metadados encontrados nos padrões e os dados descobertos no documento do período colonial;
- Maior cobertura na representação descritiva para os documentos de caráter permanente.

A decisão em eliminar campos de metadados apresentados nos três padrões escolhidos dar-se pelo fato da investigação partir com base nas particularidades existentes em cada padrão. Em outras palavras, na primeira análise foram eliminados os campos identificados nos três padrões, tendo os atributos encontrados em um ou dois padrões, admitidos como particulares.

Vale ressaltar que a eliminação dos metadados em comum, foi utilizada apenas durante a análise dos três padrões, sendo reincorporados durante o segundo procedimento (comparação dos metadados com os dados dos documentos). A escolha do padrão de metadados também analisa qual dos três padrões demonstrou uma maior cobertura para a representação dos documentos de caráter permanente, ou seja, verificou-se qual dos três padrões apresentam maior quantidade de campos que possam ser utilizados na representação descritiva.

Os padrões elegidos para esta pesquisa foram o Dublin Core, EAD e o e-ARQ Brasil. Apesar do padrão Dublin Core não ser de cunho arquivístico, sua escolha se deu pela facilidade de preenchimento e por apresentar atributos abrangentes, podendo ser incorporados em diversos ambientes informacionais (bibliotecas, museus, arquivos). Os demais foram selecionados por se tratarem de padrões criados para a aplicação em ambiente arquivístico, sendo o EAD um padrão de metadados internacional e o e-ARQ Brasil, como o próprio nome suínta, surge através de estudos realizados pelo CONARQ.

Nessa primeira análise, consideram-se os 15 campos existentes no Padrão Dublin Core. A incorporação dos 15 metadados básicos do padrão Dublin Core se deu devido à facilidade em seu preenchimento, sua capacidade de apresentar relevância para os pesquisadores, como é o caso dos campos “fonte”, “direitos”, “relação” e por ser, dentre os padrões escolhidos, aquele que apresenta menos quantidade de atributos descritivos.

Assim sendo, identificaram-se as seguintes semelhanças (**Quadro 4**):

Quadro 4 - Campos em comum nos três padrões

Identificação dos campos	Campos Dublin Core	Campos EAD	Campos e-ARQ Brasil
Campo 1	Título	Título <unittitle>	Título (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 2	Cobertura	<geogname> (spatial) <unitdate> (temporal)	X
Campo 3	Publicador	Publicador	Originador (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 4	Relação	X	Relação com outros documentos (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 5	Idioma	Idioma	Idioma (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 6	Formato	X The data format of an EAD finding aid is SGML or XML.	Formato do Arquivo (CLASSE COMPONENTE DIGITAL)
Campo 7	Assunto	<geogname> (spatial) <unitdate> (temporal)	Assunto (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 8	Contribuidor	Autor (<author>)	Autor (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 9	Criador	Autor (<origination><persname>; <origination><corpname>; <origination><famname>)	Autor (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 10	Data	Data de publicação <unitdate>	Data de produção (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 11	Descrição	Descrição <abstract>	Descrição (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 12	Direitos	Condições de Acesso, Condições de Uso	Autorização de Acesso (CLASSE AGENTE)
Campo 13	Fonte	Localização	Localização (CLASSE DOCUMENTO)
Campo 14	Identificador	<unitid> nos atributos COUNTRYCODE e REPOSITORYCODE	Identificador (CLASSE AGENTE)
Campo 15	Tipo	<archdesc> no atributo LEVEL	Tipo (CLASSE DOCUMENTO)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Partindo dessa análise, percebe-se que tanto o padrão EAD quanto o e-ARQ Brasil não conseguiram suprir todos os campos encontrados no padrão Dublin Core. Entretanto, os dois padrões arquivísticos trazem outros campos que também são relevantes para a representação e, consequentemente, para os pesquisadores. Diante dessa realidade, partiu-se para o segundo processo de análise.

Na segunda fase, foram delineados os atributos dos dois padrões arquivísticos. No Padrão Arquivístico e-ARQ Brasil, dentre 97 campos distribuídos em 6 classes, foram levados em conta os seguintes campos e sua respectiva classe:

- Título (**Classe Documento**);
- Descrição (**Classe Documento**);
- Assunto (**Classe Documento**);
- Autor (**Classe Documento**);
- Destinatário (**Classe Documento**);
- Gênero (**Classe Documento**);
- Idioma (**Classe Documento**);
- Quantidade de Folhas/Página (**Classe Documento**);
- Indicação de Anexos (**Classe Documento**);
- Relação com Outros Documentos (**Classe Documento**);
- Níveis de Acesso (**Classe Documento**);
- Data de Produção (**Classe Documento**);
- Localização (**Classe Documento**);
- Formato do Arquivo (**Classe Componente Digital**);
- Armazenamento (**Classe Componente Digital**);
- Dependências (**Classe Componente Digital**).

Para as seis classes do padrão e-ARQ Brasil, foram delineados 16 atributos descritores: 13 na **Classe Documento**; 0 para a **Classe Evento de Gestão**; 0 para **Classe**; 0 para **Agente**; 3 para a **Classe Componente Digital**; e 0 para **Evento de Preservação**. As informações condizentes ao prazo de guarda e destinação prevista, encontradas na **Classe Documento**, foram eliminadas, pois se tratam de informações no qual objetiva a gestão documental, não sendo este o foco dos metadados a serem escolhidos.

Foi excluída também a **Categoria Classe**, uma vez que são campos de metadados referente à descrição da classe e a temporalidade associada à mesma. Como a documentação é de caráter permanente, não é constatada a temporalidade para a sua destinação da fase corrente, fase intermediária e permanente.

Concernente à **Classe Agente**, todos os seus campos foram eliminados, pois a proposta deste estudo não tem por enfoque agrupar determinados usuários em uma dada categoria, delimitando quais documentos lhe são permitido o acesso e quais são restritos e

sim, o de viabilizar o acesso via *Web* a todos os documentos de cunho ostensivo⁵ para o usuário sem, portanto, a utilização do nível de restrição de acesso aos documentos.

Além disso, desconsiderou-se a classe de preservação, uma vez que os originais são em suporte de papel e as informações condizentes a migração da reprodução devem ser expressas em manual de atividades do Arquivo ou qualquer outro componente regulador de procedimentos do Arquivo, informando especificidades existentes em seu acervo, assim como os procedimentos a serem tomados pelos usuários e demais sujeitos do AHWD.

Nem todos os metadados de cunho obrigatório do Padrão e-ARQ Brasil foram aplicados para a investigação, por se tratarem de componente que necessitam de informações nos quais o acervo não apresenta subsídios para o mesmo, como é o caso da classe documento em “Identificador do processo/dossiê”, pois a documentação pertencente ao arquivo não advém em sua totalidade de um setor governamental e sim, em fragmentos de um dado tempo e espaço, ou seja, os documentos armazenados no Arquivo Histórico correspondem uma parcela dos documentos ainda existentes do período colonial.

No padrão e-ARQ Brasil foram incorporados campos de cunho facultativo, em razão de produzirem relevância durante as futuras investigações dos pesquisadores do Arquivo Histórico. Por este fim, foi levado em conta metadados tais como gênero, descrição, assunto tratado, relação com outros documentos, quantidade de folhas/páginas.

O fato de estabelecer essas informações como relevantes ocorreu, pois durante a observação percebeu-se que a grande maioria dos usuários que ali utilizavam o acervo, já sabiam qual o assunto que lhe interessavam, a data da produção do documento, se as informações estão relacionadas em outros documentos, qual a extensão do material a ser estudado e o gênero em que está armazenado.

Portanto, os campos escolhidos provenientes do padrão e-ARQ Brasil dizem respeito a informações com aspectos técnicos, de identificação, de contextualização, de acesso e uso e de fontes relacionadas permitindo uma maior abrangência de informações mesmo aquelas endereçadas a uma parcela reduzida de usuários.

No caso do Padrão EAD foram delineados os seguintes campos:

- Descrição do Arquivo (**Campo Descrição do Arquivo**);
- Data da Revisão da descrição (**Campo Revisão de Descrição**);

⁵ Na Arquivologia os documentos podem ser caracterizados em sua natureza em ostensivos ou sigilosos. Os documentos ostensivos são aqueles que não são atribuídos nenhuma restrição quanto o acesso ao seu conteúdo informacional, pois não produz risco aos direitos individuais ou coletivos. Para os documentos de natureza sigilosa, eles apresentam restrições quanto o acesso informacional podendo ser identificados no grau reservado, secreto e ultrassecreto.

- Título (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Data de Produção (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Autor (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Descrição Física (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Idioma (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Repositório (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Descrição (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Nota (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Localização Física do Acervo. (**Campo Descrição Básica de Alto Nível**);
- Assunto (**Campo Controle de Vocabulário Controlado**);
- Informações de Aquisição (**Campo informação Administrativa**);
- Acréscimo (**Campo informação Administrativa**);
- Processamento de Informações (**Campo informação Administrativa**);
- Condições de Uso (**Campo informação Administrativa**);
- Forma Alternativa de os Materiais Disponíveis (**Campo informação Administrativa**);
- Preferência de Citação de Material (**Campo informação Administrativa**).

Neste norte, foram estabelecidos 18 campos descritores identificados em cinco classes, sendo: 1 atributo para o **Campo Descrição do Arquivo**; 1 atributo no **Campo Revisão de Descrição**; 1 **Campo Revisão de Descrição**; 9 atributos para o **Campo Descrição Básica de Alto Nível**; 1 no **Campo Controle de Vocabulário Controlado**; e 6 atributos no **Campo informação Administrativa**. As classes descrevem informações variadas, como é o caso do campo **Descrição do Arquivo**, no qual contém informações bibliográficas sobre o conteúdo descrito, bem como o campo **Revisão de Descrição**, em que explana sobre as alterações realizadas na descrição podendo ser identificado, pela data completa (ano/mês/dia) ou por parte dela (ano/mês). A abordagem dessas informações é pertinente uma vez que o usuário pode fazer uso desses dados (como é o caso da bibliografia) e, no caso especificamente da revisão descritiva do acervo, permite averiguar a periodicidade em que ocorreu sua revisão, podendo o arquivo decidir uma nova revisão, caso ache conveniente.

No campo **informação Administrativa**, são levados em conta dados sobre informações de aquisição podendo ser através da compra, doação, transferência, etc., bem como o acréscimo de documentos no acervo, sendo explanadas informações sobre possíveis incorporações identificando a data, frequência ou quantidade de adições previstas. Como se

sabe, o arquivo também recebe doações e transferência sendo este último, ligado ao arquivo administrativo.

Essas informações tornam-se pertinentes aos usuários como forma de relatar sobre possíveis alterações na parcela de documentos estudados. Nos campos preferência de citação de material, o usuário é informado sobre a forma adequada de citar o acervo pesquisado, bem como o campo âmbito e conteúdo, trazendo um resumo da coleção, mencionando muitas vezes a sua forma e organização, indivíduos, organizações, eventos, lugares e temas representados nos materiais.

Para a investigação realizada com base na comparação dos metadados existentes nos padrões com os dados apresentados no documento, levaram-se em consideração as particularidades existentes nos documentos e as contribuições que os metadados poderiam fluir para futuras intervenções de cunho arquivístico. Percebeu-se que os documentos do período colonial possuem particularidades que os distinguem das configurações documentais atuais. Como exemplo, tem-se a evidenciação da espécie documental no cabeçalho do texto, no qual não é explanado nos documentos do período colonial, tendo o pesquisador dificuldade em verificar a espécie e a tipologia.

Destarte, é possível constatar que nos 78 documentos do período colonial extraíram os seguintes dados: Autor do documento, Cargo exercido pelo autor do documento, Nome do destinatário do documento, Cargo exercido pelo destinatário do documento, Data de produção. Além dessas informações, é possível extrair e atribuir outros dados relevantes ao pesquisador, sendo eles: termos indexadores, formato do arquivo, descrição, idioma, título, gênero, quantidade de folha, constatação de anexo, localização física, notas gerais, documentos relacionados, condições de uso, forma alternativa documental, forma adequada de citação, informações de aquisição e acréscimo no acervo, processamento de informações. Portanto, diante da análise realizada nos documentos do período colonial e a observação sob os usuários, foram estipulados 22 atributos admitidos como relevantes durante a busca informacional.

Outros campos de interesse do usuário estão quanto à localização física dos documentos. Apesar de a proposta ter como enfoque a disponibilização dos documentos via *Web*, alguns pesquisadores podem ter o interesse realizar a pesquisa *in loco* e consequentemente ter o acesso aos documentos originais, identificando a descrição da caixa e o número da mesma no qual armazena o documento, tendo todos os padrões apresentados o campo para localização.

Com a intenção em dispor os documentos via *Web*, será necessário caracterizar o formato em que a reprodução documental se encontra. Isso permitirá não apenas expor o fato aos usuários, como propicia intervenções futuras para a preservação do documento digital, aconselhando a utilização de formatos nos quais são admitidas como padrão (PDF, JPEG, etc.) na área Arquivística e Ciência da Informação. Diante do exposto, com o objetivo de verificar a relevância desses metadados para a investigação, foram descritos dois documentos (ver anexo A e B) nos três padrões. Neste sentido, nos **Quadro 5,Quadro 6 e Quadro 7** evidenciam as representações encontradas durante a descrição do documento 1.

Logo, no **Quadro 5** são apresentadas as informações atribuídas e extraídas do documento durante a análise do padrão Dublin Core. Assim, diante dos 15 tributos do referido padrão, foram preenchidos 13 campos, pois o documento apresenta apenas um autor (campo contribuidor), não foi identificado seu tipo documental (campo tipo) e como a representação ainda parte de uma proposta, não há a produção de seu identificador. Outro dado relevante é que, dentre os 22 dados admitidos como relevantes para a consulta dos usuários, o **Quadro 5** evidenciou apenas 10 dados, demonstrando uma falta de conteúdos informacionais necessários para produzir uma representação satisfatória.

Quadro 5 - Descrição documento 1 Padrão Dublin Core

Título	Solicitação de libertação de Preso enfermo para tratamento
Autor	Ignácio Ferreira de Albuquerque
Assunto	Prisão, preso enfermo, libertação de preso
Descrição	Correspondência datada de 5 de setembro de 1803, escrita por Ignácio de Albuquerque, carcereiro, informando ao Governador da Paraíba que o senhor Manoel Carneiro da Rocha permaneceu quatorze dias preso e que por se encontrar enfermo, e pelo fato da cadeia não dar condições para a sua cura, solicita ao Governador da Paraíba sua liberdade.
Publicador	Fundação Espaço Cultural da Paraíba- Funesc/ Arquivo Histórico Waldemar Duarte
Contribuidor	Não possui
Data	1803/09/05
Tipo	
Formato	JPG
Identificador	URL.....
Fonte	Documentos do período colonial, caixa 1, documento 7
Relação	Ver também: documento 44 documento 52
Idioma	Português- Brasil
Cobertura	Província da Paraíba, Paraíba, Brasil (1803)
Direitos	Acesso livre, mas a publicação destas informações deve ser solicitada à Funesc e ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Já no **Quadro 6**, o primeiro documento foi descrito nos atributos do padrão arquivístico EAD, tendo-se como base os 18 selecionados no citado padrão, averiguando a ausência de 2 campos. Entretanto, dentre os 22 dados admitidos como importantes durante a busca informacional, foram constatados 15 metadados no padrão EAD sendo nesta análise preenchidos 13, uma vez que os dados referentes à “preferência de citação de material” e “processamento de informações” não foram demarcados, devido à falta de informações necessárias para o feito.

Quadro 6 - Descrição documento 1 Padrão EAD

Descrição do Arquivo:	Descrição dos documentos do período colonial pelos colaboradores do Arquivo Histórico Waldemar Duarte. João Pessoa, Paraíba. 2015
Revisão de Descrição:	Última revisão: 2014/08/02
Titulo do Documento:	Solicitação de libertação de Preso enfermo para tratamento
Data (Data de Produção)	1803/09/05
Autor(es)	Ignácio Ferreira de Albuquerque
Descrição Física:	1 Folha, 1 Página
Idioma;	Português- Brasil
Repositório:	Fundação Espaço Cultural da Paraíba- Funesc/ Arquivo Histórico Waldemar Duarte
Descrição	Correspondência datada de 5 de setembro de 1803, escrita por Ignácio de Albuquerque, carcereiro, informando ao Governador da Paraíba que o senhor Manoel Carneiro da Rocha permaneceu quatorze dias preso e que por se encontrar enfermo, e pelo fato da cadeia não dar condições para a sua cura, solicita ao Governador da Paraíba sua liberdade.
Nota:	Documento original armazenado no arquivo, sendo disponibilizada sua reprodução em fotografia e sua transcrição para os usuários.
Localização Física:	Documentos do período colonial, caixa 1, documento 7
Assunto	Prisão, preso enfermo, libertação de preso
Informações de Aquisição:	Procedência: Os documentos do período colonial foram adquiridos através de transferência.
Acréscimos	Não há previsão de acréscimo de documentos do período colonial
Processamento de Informações:	
Condições de Uso	Acesso livre, mas a publicação destas informações deve ser solicitada à Funesc e ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte.
Forma Alternativa de Materiais Disponíveis	O documento físico pode ser encontrado no Arquivo Histórico Waldemar Duarte e sua reprodução, aqui no site (clique em ver Documento)
Preferência de Citação de Material:	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para o padrão e-ARQ Brasil o documento 1 alcançou o preenchimento dos 15 atributos, do 16 optados anteriormente (Ver **Quadro 7**). Outro dado significativo é que dentre

os 22 atributos descritos como significativos para o pesquisador, foram encontrados 15 metadados. Destaca-se, portanto, que os padrões de cunho arquivísticos produziram um melhor resultado, por apresentar aos futuros usuários uma maior quantidade de informações admitidas como relevantes, além de conseguir alcançar quase que a totalidade na descrição dos atributos estipulados.

Quadro 7 - Descrição documento 1 Padrão e-ARQ Brasil

Título	Solicitação de libertação de Preso enfermo para tratamento
Descrição	Correspondência datada de 5 de setembro de 1803, escrita por Ignácio de Albuquerque, carcereiro, informando ao Governador da Paraíba que o senhor Manoel Carneiro da Rocha permaneceu quatorze dias preso e que por se encontrar enfermo, e pelo fato da cadeia não dar condições para a sua cura, solicita ao Governador da Paraíba sua liberdade.
Assunto:	Prisão, preso enfermo, libertação de preso
Autor	Ignácio Ferreira de Albuquerque
Destinatário	Governador da Paraíba
Gênero	Textual
Idioma	Português- Brasil
Quantidade de Folhas/Página	1 Folha, 1 Página
Indicação de Anexos	Não possui
Relação com Outros Documentos	Ver também: documento 44 documento 52
Níveis de Acesso	Acesso livre, mas a publicação destas informações deve ser solicitada à Funesc e ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte.
Date (Data de Produção)	1803/09/05
Localização	Documentos do período colonial, caixa 1, documento 7
Formato do Arquivo	JPG
Armazenamento	O documento físico pode ser encontrado no Arquivo Histórico Waldemar Duarte e sua reprodução, aqui no site (clique em ver Documento)
Dependências	URL...

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda para a segunda análise da representação nos três padrões, foi utilizado um segundo documento que apresenta maior conteúdo informacional. A razão em descrever um documento com maior quantidade informacional deu-se com vista em verificar a potencialidade do preenchimento de todos os atributos delineados nos três padrões. Desta forma, a descrição do documento 2 através do Padrão Dublin Core, constatou-se as seguintes representações (**Quadro 8**):

Quadro 8 - Descrição documento 2 Padrão Dublin Core

Título	Carta do Governador da Capitania de Pernambuco informando o recebimento de cartas, ordenando as investigações de contrabando de Pau Brasil e solicitando o envio de recrutas
Autor	Jozé Cesar de Menezes
Assunto	Contrabando Pau Brasil, solicitação de recruta, publicação de edital
Descrição	Carta do Governador da Capitania de Pernambuco, Jozé Cesar de Menezes datada, de 23 de junho de 1775 ao Sr. Jozé Jerônimo de Melo e Castro, Governador da Capitania da Paraíba, comunicando o recebimento de 5 cartas com Mor e mapa desta cidade, também ter auxiliado o corte das madeiras que sua Majestade ordena remeta para o Arsenal Real continuar na averiguação ao contrabando de Pau Brasil e que omita diligência que possa conduzir para o descobrimento dos cúmplices, também o nome do sujeito que é da Capitania do Rio Grande que fez um grande corte de Pau Brasil. Recomendando a remessa de gente para os recrutas e que tinha mandado um regimento para o Rio de Janeiro. Pede ainda que mande o maior número possível de moços para suprir a falta dos outros
Publicador	Fundaçao Espaço Cultural da Paraíba- Funesc/ Arquivo Histórico Waldemar Duarte
Contribuidor	Não possui
Data	1775/06/23
Tipo	
Formato	JPG
Identificador	URL.....
Fonte	Documentos do período colonial, caixa 1, documento 35
Relação	Ver também: documento 4, documento 22, documento 28, documento 74
Idioma	Português- Brasil
Cobertura	Província da Paraíba, Paraíba, Brasil (1775)
Direitos	Acesso livre, mas a publicação destas informações devem ser solicitadas à Funesc e ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Assim como ocorreu no **Quadro 5**, o **Quadro 8** apresentou a descrição dos mesmos campos encontrados na análise do documento 1. Logo, averiguou-se que independentemente do documento apresentar maior quantidade informacional, ainda haverá a ausência de dados nos campos destinados, por exemplo, ao Tipo.

Durante a análise do segundo documento através do EAD, o **Quadro 9** esboçou o mesmo resultado da descrição do documento 1, com base nos atributos do Padrão EAD, posto que no campo “preferência de citação de material” deve ser estabelecida a forma do preenchimento, e sendo devidamente descritos 13 atributos admitidos como importantes para os usuários do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Quadro 9 - Descrição documento 2 Padrão EAD

Descrição do Arquivo:	Descrição dos documentos do período colonial pelos colaboradores do Arquivo Histórico Waldemar Duarte. João Pessoa, Paraíba. 2015
Revisão de Descrição:	Última revisão: 2014/08/07
Titulo do Documento:	Carta do Governador da Capitania de Pernambuco informando o recebimento de cartas, ordenando as investigações de contrabando de Pau Brasil e solicitando o envio de recrutas
Data (Data de produção)	1775/06/23
Autor(es)	Jozé Cesar de Menezes
Descrição Física:	1 Folha, 2 Páginas
Idioma;	Português- Brasil
Repositório:	Fundação Espaço Cultural da Paraíba- Funesc/ Arquivo Histórico Waldemar Duarte
Descrição	Carta do Governador da Capitania de Pernambuco, Jozé Cesar de Menezes datada, de 23 de junho de 1775 ao Sr. Jozé Jerônimo de Melo e Castro, Governador da Capitania da Paraíba, comunicando o recebimento de 5 cartas com Mor e mapa desta cidade, também ter auxiliado o corte das madeiras que sua Majestade ordena remeta para o Arsenal Real continuar na averiguação ao contrabando de Pau Brasil e que omita diligência que possa conduzir para o descobrimento dos cúmplices, também o nome do sujeito que é da Capitania do Rio Grande que fez um grande corte de Pau Brasil. Recomendando a remessa de gente para os recrutas e que tinha mandado um regimento para o Rio de Janeiro. Pede ainda que mande o maior número possível de moços para suprir a falta dos outros
Nota:	Documento original armazenado no arquivo, sendo disponibilizada sua reprodução em fotografia e sua transcrição para os usuários.
Localização Física:	Documentos do período colonial, caixa 1, documento 35
Assunto	Contrabando Pau Brasil, solicitação de recruta, publicação de edital
Informações de Aquisição:	Procedência: Os documentos do período colonial foram adquiridos através de transferência.
Acréscimos	Não há previsão de acréscimo de documentos do período colonial
Processamento de Informações:	
Condições de Uso	Acesso livre, mas a publicação destas informações deve ser solicitada à Funesc e ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte.
Forma Alternativa de Materiais Disponíveis	O documento físico pode ser encontrado no Arquivo Histórico Waldemar Duarte e sua reprodução, aqui no site (clique em ver Documento)
Preferência de Citação de Material:	

Fonte: Dados da Pesquisa.

No que diz respeito aos atributos do Padrão e-ARQ Brasil o **Quadro 10**, assim como o **Quadro 7**, não apresentou informações sobre as “dependências” do documento descrito, pois, parte-se de uma proposta e não de algo já encontrado em meio Web e, mesmo com poucos

metadados, todos os campos não foram devidamente contemplados. Diante do que foi exposto, confirmou-se que os padrões Arquivísticos produziram efeitos satisfatórios, uma vez que elencam quantidade maior de atributos admitidos como relevantes para os usuários. Já o padrão Dublin core, apresenta limitação em seus campos descritivos, uma vez que consta 15 campos e 3 componentes adicionais e reduzida parcela de atributos constatados como importantes para os futuros pesquisadores do Arquivo Histórico.

Quadro 10 - Descrição documento 2 Padrão e-ARQ Brasil

Título	Carta do Governador da Capitania de Pernambuco informando o recebimento de cartas, ordenando as investigações de contrabando de Pau Brasil e solicitando o envio de recrutas
Descrição	Carta do Governador da Capitania de Pernambuco, Jozé Cesar de Menezes datada, de 23 de junho de 1775 ao Sr. Jozé Jerônimo de Melo e Castro, Governador da Capitania da Paraíba, comunicando o recebimento de 5 cartas com Mor e mapa desta cidade, também ter auxiliado o corte das madeiras que sua Majestade ordena remeta para o Arsenal Real continuar na averiguação ao contrabando de Pau Brasil e que omita diligência que possa conduzir para o descobrimento dos cúmplices, também o nome do sujeito que é da Capitania do Rio Grande que fez um grande corte de Pau Brasil. Recomendando a remessa de gente para os recrutas e que tinha mandado um regimento para o Rio de Janeiro. Pede ainda que mande o maior número possível de moços para suprir a falta dos outros
Assunto:	Contrabando Pau Brasil, solicitação de recruta, publicação de edital
Autor	José Cesar de Menezes
Destinatário	Governador da Paraíba
Gênero	Textual
Idioma	Português- Brasil
Quantidade de Folhas/Página	1 Folha, 2 Páginas
Indicação de Anexos	Não possui
Relação com Outros Documentos	Ver também: documento 4, documento 22, documento 28, documento 74
Níveis de Acesso	Acesso livre, mas a publicação destas informações deve ser solicitada à Funesc e ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte.
Date (Data de produção)	1775/06/23
Localização	Documentos do período colonial, caixa 1, documento 35
Formato do Arquivo	JPG
Armazenamento	O documento físico pode ser encontrado no Arquivo Histórico Waldemar Duarte e sua reprodução, aqui no site (clique em ver Documento)
Dependências	URL...

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como a pesquisa não objetiva criar um padrão, por considerar que dentre os padrões existentes já produziria um efeito considerável para a representação dos documentos do

período colonial, e pelo fato dos campos encontrados no Dublin Core estarem inseridos nos demais padrões analisados, realizou-se sua exclusão.

Na busca em adequar as atividades a serem realizadas pelos colaboradores da instituição, com as formas de representação existentes nas áreas da Ciência da Informação e Arquivologia, esta pesquisa partiu para a proposta de um padrão arquivístico, como forma de contribuir para este feito e para as demais intervenções. Por esta razão, delimitaram-se campos que apresentam informações nos documentos descritos.

A delimitação dos referidos campos permitem abranger uma maior quantidade de informações relevantes para um maior número de perfis de usuários, sanando as necessidades informacionais de cunho técnico da área arquivística, não necessitando, portanto, da intervenção do colaborador da instituição para esclarecer tais informações.

Portanto, devido à análise dos dois padrões Arquivísticos apresentaram semelhanças entre eles e também é constatado particularidades. Diante disso, apesar dessa análise delimitar os campos dos dois padrões para então realizar a análise com base nos documentos do período colonial, deve-se ter em mente a aplicação do padrão em sua amplitude, ou seja, na maior quantidade de atributos possíveis.

Logo, percebeu-se que o padrão e-ARQ Brasil além de descrever os documentos, tem o enfoque na gestão e preservação dos documentos digitais, não sendo, portanto, o objetivo dessa pesquisa. Além disso, o padrão EAD possui campos destinados ao vocabulário controlado, evidenciando a forma adequada no preenchimento de campos como o nome da pessoa, corporação, família ou nome geográfico, mas também função e ocupação dos termos. Isso propicia ao usuário informações relevantes de como ocorreu a descrição do acervo e permite ao funcionário do arquivo um maior rigor dessa atividade.

Para a avaliação quanto à cobertura da representação descritiva para os documentos de caráter permanente, foi levado em conta os 22 metadados admitidos, a partir da observação e da análise documentária, como relevantes. Consequentemente, verificou-se que enquanto o padrão e-ARQ Brasil em seus 97 metadados destina seus atributos também para o evento de preservação, de gestão, e apresentar informações sobre o componente digital, o EAD em seus 146 atributos, tinha com o enfoque questões de uso, acesso, identificação e contextualização documental.

Nessa conjuntura, a utilização do padrão EAD tem o objetivo em evidenciar informações de relacionados a instrumentos de pesquisa que poderão ser criados e aplicados ao Arquivo Histórico, além de apresentar nitidamente as relações multinívveis da descrição, bem como favorecer para a indexação visando à recuperação apenas dos documentos

necessitados e também engloba atributos descritivos encontrados na ISAD (G) (informações de identificação, acesso e uso, e demais áreas de cunho técnico).

Buscando o padrão de metadados que permita o melhor detalhamento das informações contidas nos documentos e primando por questões quanto o acesso, uso, reprodução, referência, diante dos padrões Dublin Core, e-ARQ Brasil e EAD, a proposta versa para a delimitação do padrão EAD como o mais adequado para a representação descritiva da informação.

6.2 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO

Para a Representação Temática da Informação, o Arquivo Histórico Waldemar Duarte deve estabelecer parâmetros que controlem e, consequentemente, viabilize a coesão e coerência para a construção de resumos e componentes indexativos. Além disso, faz-se necessário a elaboração, aplicação e, caso necessário, a reformulação do vocabulário controlado e de políticas de indexação, com o foco em adequar esses procedimentos à realidade apresentada no arquivo estando em consonância com o perfil de seus usuários.

Nesse contexto, as subseções a seguir tratam sobre as propostas quanto à forma adequada para a indexação, e suas políticas, assim como a construção do vocabulário controlado e as contribuições existentes na utilização dos resumos com vista em facilitar o acesso as informações desejadas pelos usuários. Para a construção da indexação, das políticas de indexação e do vocabulário controlado, é necessário analisar os temas abordados nos documentos com vista em verificar as associações existentes entre eles, produzindo uma indexação hierárquica ou não, específica ou exaustiva, etc.

Já no que diz respeito à representação da informação explicitada pelo AHWD, são levados em consideração a observação e as conversas informais realizadas com o senhor João Pedro Ferreira da Silva com o cargo de Diretor Responsável. A observação tem o objetivo de apresentar o ponto de vista dos usuários no que diz respeito principalmente as condições de acesso e a organização do acervo, além de verificar como os usuários buscam suas informações.

6.2.1 Indexação

Um ponto a ser pensado para uma melhor recuperação informacional está na forma de representação temática da informação através da indexação, seja ela automática ou não. A medida possibilita evidenciar aos usuários e aos próprios funcionários a postura adotada no ato da indexação, além de favorecer para as futuras intervenções representativas.

Na indexação referente à documentação armazenada no Arquivo Histórico, faz-se necessário a delimitação de termos indexadores, capazes de serem específicos e precisos, uma vez que essa proposta, apesar de ter o enfoque apenas na documentação do período colonial, pretende ser utilizada para as demais tipologias documentais. O objetivo em utilizar os termos específicos está para o que Lancaster (2004) caracterizou como coeficiente de precisão, em que se evita recuperar documentos irrelevantes para os usuários.

A delimitação dos termos indexadores teve como base a norma ABNT 12676 no qual estabelece diretrizes para a seleção de termos de indexação. A norma evidencia que, a seleção dos termos utiliza-se de descritores existentes na linguagem de indexação e que para os termos nos quais caracterizam conceitos novos, deve-se estar atento sua precisão e aceitação em instrumentos de referência. Como o arquivo histórico não possui atividades de indexação, a diretriz na identificação de termos e formulação de seus conceitos esboça um maior rigor e cuidado, pois uma vez dada à representação inadequada, o documento pode não ser recuperado.

Além disso, as diretrizes existentes no ato da indexação deverão estar explicitadas nas políticas que regem a indexação (próximo ponto) e para este feito, a indexação de cada documento do período colonial foi realizada com a escolha de três termos que melhor o represente. Os documentos tratam, por exemplo, de militares desertores, obras/reformas, solicitação de reforço militar, utilização de índios para construção/reforma, envio de homens à prisão, solicitação de libertação de presos, etc. Deste modo, ficaria inviável ou dificultaria a recuperação eficiente da informação, caso o arquivo não utilize meios controladores de vocabulário.

A princípio, pode-se verificar ainda que, não é necessária a exaustividade, uma vez que os documentos analisados do período colonial tratam de assuntos específicos. Por exemplo, dos 78 documentos analisados existem 27 deles que tratam sobre prisão/prisioneiro. Destes, 20 documentos tratam de prisão de militares por questões adversas, tendo também como termo indexador, “Prisão de Soldado” (15 documentos), “Prisão de Alferes” (1

documento), “Prisão de Militar” (1 documento), “Prisão de Tambor” (1 documento), “Prisão de Tenente” (1 documentos), “Prisão de Sargento” (1 documento).

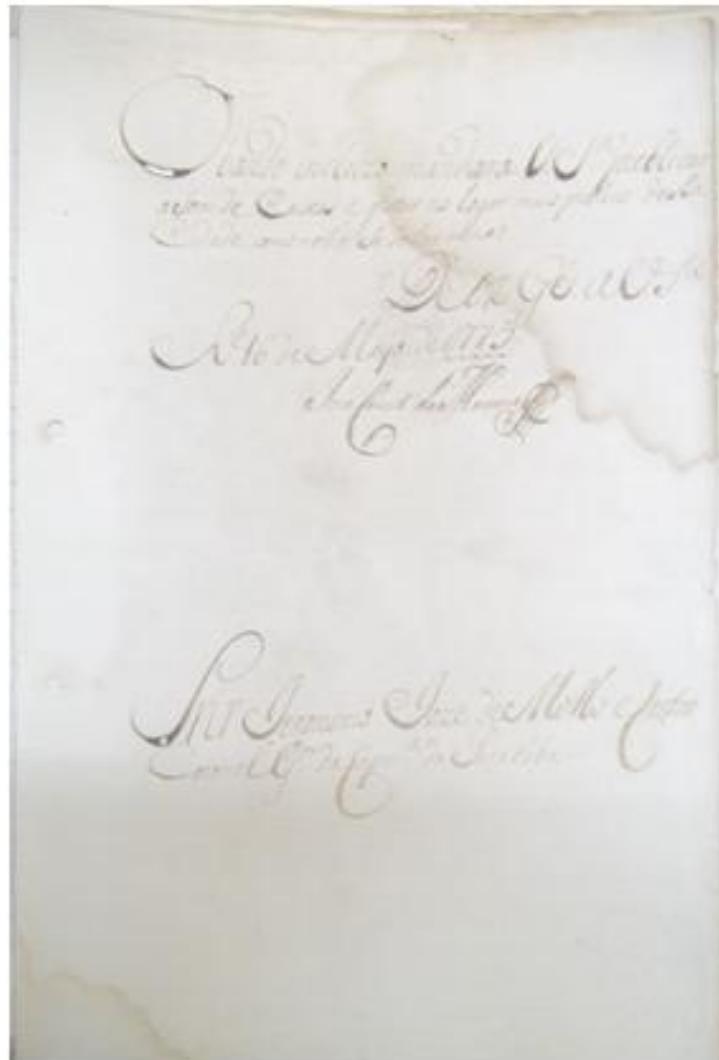
Ainda entre os 20 documentos sobre prisão de militares, foram constatados que outro assunto no qual permeia é a solicitação de soltura dos presos, sendo 11 documentos indexados “Libertaçāo de Soldado”, seguido de “Libertaçāo de Alferes”, “Libertaçāo de Militar”, “Libertaçāo de Tambor”, “Libertaçāo de Tenente”, “Libertaçāo de Sargento” tendo cada termo a representação temática de um documento. Isso demonstra que 85% dos documentos indexados com termos sobre prisão tratam de solicitação de soltura de presos (soldado, alferes, etc.)

Como não há um consenso da quantidade de termos indexadores ideais para a representação temática, foi definido para esta pesquisa três termos. Os três termos escolhidos como forma de representar o documento tratam sobre informações específicas encontradas no mesmo, distinguindo-o dos documentos que apresentam outras informações e aproximando-o daqueles documentos que averiguou-se semelhanças e que, por este fim, podem ser relevantes em uma dada pesquisa.

Vale ressaltar ainda a impossibilidade da aplicação dos 3 termos, para a indexação em todos os documentos analisados. Portanto, dentre os 78 documentos, 69 fizeram uso dos três termos enquanto que, 9 documentos foram indexados com apenas 2 termos. Isto ocorreu pelo fato dos documentos não produzirem conteúdo informacional suficiente que permitisse adotar os três termos propostos, como é possível averiguar na **Figura 6**, sendo o documento indexado com os termos “Mandado de Publicação” e “Publicação de Ordem” e apresentando como transcrição

Figura 6 - Documento indexado com apenas dois termos.

O bando incluso mandará Vossa Senhoria publicar a som de caixas, a fixar no lugar mais público dessa cidade, como nele se determina. Deus Guarde a Vossa Senhoria/ Recife, 16 de mai de 1775/ Jozé Cezar de Menezes/ Senhor Jerônimo de Melo e Castro/ Coronel Govemador da Capitania da Paraíba.



Fonte: Documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Essa realidade entra em consonância com o pensamento de Lancaster (2004), no qual afirma que os fatores influenciadores na extensão do item a ser indexado, serão o tamanho do conteúdo e a variedade de assuntos tratados nos documentos. Portanto, como o conteúdo informacional é reduzido e trata sobre um mesmo assunto (publicação), não há necessidade em atribuir quantidade excessiva termos indexadores.

Entretanto, como a representação temática da informação subsidia a representação descritiva da informação nesta pesquisa, outros elementos podem ser utilizados para a captura informacional (metadados- autor, data, título), suprindo assim a ausência do terceiro termo indexador.

O controle do vocabulário possibilitará que documentos correspondentes a um mesmo assunto, sejam recuperados sempre que solicitados, pois serão indexados com o mesmo termo. Isto dependerá também da competência do profissional indexador e de seu hábito em

indexar documentos. Como a documentação do Arquivo Histórico não possui diretrizes claras no processo de indexação, faz-se necessário estabelecê-las como forma de familiarizar a nova atividade no arquivo, bem como concretizar essa atividade para futuros profissionais da informação, apresentando-lhes os métodos de indexação e fortalecendo a continuação coerência no ato da indexação.

A efetivação da proposta do Arquivo Histórico Waldemar Duarte se dá centrada no documento, pois esta pesquisa utiliza como subsídio para a coleta de dados a observação e, principalmente, a análise documentária. Apesar disso, foi possível verificar que o conteúdo informacional apresentado no documento é de fácil compreensão e a escolha dos termos indexadores foi realizada de forma clara e sem transtornos.

Entretanto, enfatiza-se a investigação do perfil do usuário como forma de confrontar os termos delimitados aqui aos documentos analisados e os termos indexativos evidenciados pelos usuários. Reforça-se que uma escolha não exclui ou opõe-se a outra, apenas complementa-se. Neste norte, a indexação centrada no documento, a princípio está delineada em termos pré-definidos e que não apresentam inconstâncias como aqueles encontrados quando o enfoque é estabelecido diante dos estudos de usuários. Isso faz com que os termos escolhidos para representar o documento, apresentem um ciclo de vida maior se comparado com os termos assinalados com base no perfil dos usuários.

Além disso, outra desvantagem em se utilizar os termos de indexação com base no perfil de usuários se dá através da variedade de perfis de usuários visitando e pesquisando o Arquivo Histórico, concentrando-se desde alunos do ensino fundamental e médio, pesquisadores com formação superior ou com alguma experiência em acervos informacionais. Por esta razão, o enfoque na delimitação de termos com base unicamente no perfil de usuários tende a ser uma escolha arriscada e com resultados incertos.

Já no que concerne a indexação centrada no domínio, não foi delineado nesta pesquisa, por apresentar a necessidade de informações sobre os usuários, as funções desempenhadas pelos funcionários do arquivo e o estudo com base nos documentos.

A indexação será trabalhada junto com a elaboração de resumos, haja vista que o resumo será utilizado como forma de sintetizar o conteúdo informacional para futura leitura dos usuários. O trabalho em conjunto agrupa valores, pois trata-se de dois tipos de representação temática, devendo o usuário optar por uma ou por ambas as formas para o estabelecimento adequado do conteúdo tratado no documento.

Os termos indexativos foram produzidos a partir da atribuição, pois alguns documentos apresentam outros termos que, caso fossem aplicados, poderiam confundir o

usuário durante suas buscas ou produzir termos desnecessários. O exemplo disso encontra-se no documento da **Figura 7**, informando da prisão de um Tambor do Regimento Auxiliares dos Homens, sendo preso por insubordinação e mandando-lhe soltar:

Figura 7 - Documento do período colonial sobre solicitação de libertação de militar

Informe o ajudante do respectivo Regimento.

Paraíba 9 de Junho de 1804

Ilustríssimo Senhor Governador

Seja o suplicante solto no dia 17 do corrente esperando que estes quinze dias de prisão Façam ao suplicante mudar de conduta fazendo-se mais subordinado. Paraíba 11 de Junho de 1804.

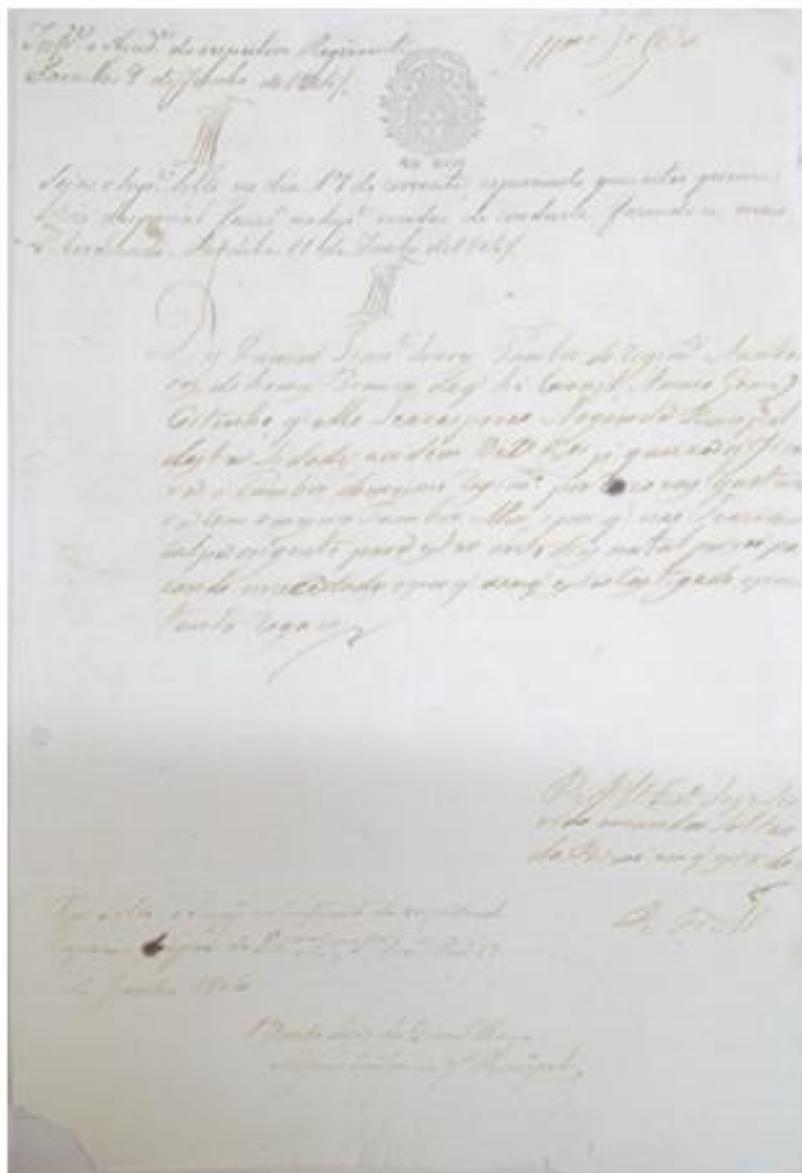
Diz Damião Francisco Soares, Tambor do Regimento auxiliares de homens, brancos, [...] é Coronel Amaro Gomes Coutinho, que ele se acha preso na guarda Principal desta cidade a ordem de V. excelência por queixa que fizera o Tambor do mesmo regimento por razões que tivera com o mesmo Tambor Mor, e por que não se acha com culpa origente para estar a oito dias n Atal prisão passando necessidade e por que acha que esta castigado e portanto roga.

Pede a V. Excelência seja servido mandar soltar da prisão em que está do que.

Receberá [...] mercê Foi solto o suplicante na conformidade do respectivo despacho supra do ilustríssimo Excentíssimo Senhor Governador. Paraíba 17 de junho de 1804.

Bento Luis da Gama Maya Alfredo Comandante da Guarda Princípal.

Fonte: Documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.



Nesse sentido, caso não houvesse o controle dos termos, o documento poderia ser indexado com “Mandado de libertação de preso”, “Mandado de soltura de preso”, “Mandado de libertação”, “Solicitação de soltura de preso”, “soltura de preso”, sendo delimitado o termo

“Libertaçāo de Tambor”, tendo em conta a simplicidade do mesmo, podendo ser compreendido por vários usuários de diferentes níveis de conhecimento e experiências de vida (ver ponto sobre vocabulário controlado), além de permitir a especificidade da indexação, por se tratar da prisão de um militar com uma função específica (tambor).

Objetivando ao cumprimento adequado da escolha e aplicação dos termos indexadores, deve-se ter em mente as políticas que o rege. Pensando nisso, a próxima subseção explana sobre pontos que favorecerão para a criação de políticas de indexação para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

6.2.2 Políticas de Indexação

Para o cumprimento quanto à forma de indexação, são estabelecidas as suas políticas, constituindo regimento de conduta para com o conteúdo informacional representado. Para elencar pontos que assentem na elaboração das políticas de indexação do AHWD, foram levados em conta três pontos principais, sendo eles:

- Informações condizentes aos usuários;
- Informações sobre o acervo e arquivo;
- Informações sobre os procedimentos de indexação adotados.

As informações condizentes aos usuários explanam sobre o perfil de usuários existente no arquivo. Essa identificação permite caracterizar a conduta a ser admitida pelos funcionários do arquivo, estabelecendo as necessidades existentes quanto à forma de representação, e demais atividades realizadas. Como há uma variedade de perfil de usuário assistido pelo Arquivo Histórico, a política de indexação deve abranger essa disparidade. Por esta razão, a indexação atém a termos de fácil compreensão e que estejam de acordo com o perfil dos usuários e o conteúdo informacional do documento.

As informações sobre o acervo e o arquivo dizem respeito ao surgimento do AHWD, de onde provêm os documentos armazenados no respectivo recinto, quais documentos foram representados e por qual razão, permitindo ao usuário uma percepção inicial se os documentos representados e, consequentemente, armazenados no arquivo contribuem ou não para sua pesquisa. Portanto, as políticas de indexação levam em consideração aspectos que envolvem a instituição mantenedora que, neste caso será o Arquivo Histórico Waldemar Duarte, os

colaboradores da instituição e os usuários de um modo geral, levando em conta informações como missão e valores do arquivo.

Aos colaboradores, são estabelecidos procedimentos de disponibilização da informação, assim como, as atividades de organização do acervo. Já para as regras dos usuários, será explicitada a forma como este(s) indivíduo(s) deve(m) comportar-se perante o acervo e ao profissional da informação do arquivo. Para as diretrizes relacionadas aos procedimentos de indexação, a serem realizadas pelos funcionários do Arquivo histórico, não será admitido à utilização de termos indexadores que não estejam previstos no vocabulário controlado permitindo assim, um maior controle na aplicação dos termos já previstos. Todavia, quando houver a necessidade de inserir novos termos, sugere a criação de uma comissão que avaliará a necessidade de criação ou não de novos termos e, quando criada um novo termo, esta deve ser incorporada imediatamente no vocabulário controlado.

Em conformidade com o aporte teórico apresentado neste trabalho, a proposta de política de indexação para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte foi pensado da seguinte forma: a indexação deve ser focada a partir de termos com o enfoque na especificidade. Logo, os documentos que tratam sobre solicitação de soltura de preso não podem ser representados como solicitação de libertação, libertação, libertação de preso e sim, através da representação utilizada nos termos Libertaçāo de soldado, Libertaçāo de Militar, etc.

Para a atribuição de novos termos ao vocabulário controlado, não é permitido o uso de adjetivos, advérbios e verbos e os termos serão caracterizados na forma singular (Ex: Libertaçāo de soldado). Essa medida também visa diminuir a produção de termos que produzem o mesmo efeito de termos já encontrados no vocabulário controlado (Ex: Libertaçāo de soldados, indexar como Libertaçāo de soldado). Por este fim, as informações do Arquivo Histórico e sua respectiva documentação, foram estabelecidas os seguintes pressupostos:

Missão: O Arquivo Histórico Waldemar Duarte tem como missão preservar os documentos de caráter permanente e promover o desenvolvimento intelectual através da disponibilização dos documentos para a consulta da sociedade interessada. O Arquivo conta com documentos de diversos períodos da história paraibana (colonial, imperial, república), sendo acondicionados em caixas, encadernados e demais procedimentos de acondicionamento, tendo uma diversidade em gênero, espécie e tipologia documental.

Visão: contribuir para o desenvolvimento seja ele científico ou não, através da disponibilização dos documentos de caráter ostensivo sob a responsabilidade do Arquivo Histórico, para a sociedade de um modo geral e ser local de constantes visitas. O Arquivo

passa por processo de reforma, com vista em melhor atender aos usuários que ali perpassa, dando condições para a conservação dos documentos de caráter permanente.

Valores: Para os Valores do Arquivo Histórico Waldemar Duarte foram identificado os seguintes:

- Satisfazer a busca informacional pelos seus usuários;
- Criar condições adequadas que possibilitem a consulta;
- Preservar a história da Paraíba através de seus documentos.

Infraestrutura: Antes da reforma o arquivo contava com três salas, sendo uma do diretor Responsável pelo Arquivo Histórico, uma sala para a documentação e demais funcionários da instituição e outra sala destinada a realização das consultas por parte dos usuários (demais informações ver capítulo 3).

Acervo Documental: O Acervo do Arquivo Histórico comporta documentos referentes às atividades administrativas do período colonial, imperial e da república, desde cartas recebidas e expedidas do período colonial, jornais cuja publicação provém de 1912 até os dias de hoje, registro de construções e demais intervenções urbanísticas por todo o Estado paraibano. O Acervo é composto por diversos gêneros documentais, sendo em sua maioria textual (manuscrito, datilografado e impresso) e apresenta também uma variedade de espécies documentais, tais como carta, edital, portaria, etc. A documentação pode ser consultada por assunto (período colonial, etc.), método cronológico (jornais dos anos de 1942, etc.) ou diante da associação destas duas formas (Governos Estaduais/ Francisco Camilo de Holanda-1916/1920). A documentação do período colonial encontra-se acondicionados em quatro caixas poliondas, correspondendo a um total de 465 documentos. Para facilitar a leitura destes documentos são utilizados transcrições tanto de cunho datilografado quanto manuscrito, correspondendo a um total de 351 documentos transcritos.

Usuários: Através da observação, percebe-se que o Arquivo Histórico conta com a diversidade de perfil de usuários atendidos, podendo a visita ao arquivo ser realizado com ou sem o agendamento prévio. O agendamento prévio deve ser estabelecido quando se tratar de um grupo usuários com o objetivo em conhecer as dependências do arquivo, bem como informações específicas da documentação revelando, portanto, a necessidade de um atendimento especializado por parte dos funcionários. Normalmente, esse tipo de visita é realizado por professores em conjunto com seus alunos, com vista de explanar mais sobre determinados assuntos ocorridos na história da Paraíba. Caso o pesquisador(es) não necessitem da supervisão do funcionário, será facultado o agendamento.

Atribuição dos termos: Diante da diversidade de perfis de usuários, os termos utilizados para a indexação da documentação do período colonial, foram selecionados através da atribuição de termos, sendo eles incorporados no Vocabulário controlado (ver indexação e vocabulário controlado). O termo adotado para a indexação deu-se através da atribuição dos termos representativos do documento sendo, em seguida, verificado se os referidos termos não provocariam prejuízo quanto a recuperação informacional, ou a existência de outros termos que melhor represente o documento. O uso do vocabulário controlado diminui a inserção de novos termos indexadores reduzindo, desta forma, a produção excessiva de novos termos com o efeito daqueles já existentes.

6.2.3 Vocabulário Controlado

Para o vocabulário controlado, é preciso ter em mente que sua construção, contribui para a coerência durante a escolha dos termos indexativos, favorecendo para a identificação de documentos que apresentam uma relação através dos termos delineados anteriormente. Para a construção do vocabulário controlado, se teve como base o livro elaborado por Smit e Kobashi (2003) denominado *Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos* e Lancaster em seu livro *Indexação e Resumos: teoria e prática*.

Posto isso, a construção do vocabulário controlado e sua aplicação são dois procedimentos distintos, tendo no primeiro caso, variáveis como a delimitação das políticas da instituição, as atividades e funções relacionadas à documentação a ser organizada (SMIT; KOBASHI, 2003). Assim sendo, a principal missão do Arquivo Histórico é permitir o acesso sem restrição aos documentos de caráter ostensivo.

Portanto, para a concretização do vocabulário controlado foram determinados 140 termos para a indexação dos 78 documentos do período colonial. Dentre os 140 termos, são constatados termos como “Desobediência”, “Recebimento de recruta”, “Cumprimento de Despacho”, “Recebimento de correspondência”, “Solicitação de Recruta”, “Cumprimento de Ordem”.

Desta forma, fica evidente a variedade de assuntos abordados nos documentos e a necessidade da elaboração e aplicação do vocabulário controlado para a indexação. Neste sentido, foram elaborados termos que produzissem a recuperação eficiente da informação. Por exemplo, existe uma parcela de documentos que tratam sobre liberação de preso, estabelecendo como termos indexadores:

- Liberação de militar;
- Liberação de preso;
- Liberação de tambor;
- Liberação de soldado;
- Liberação de tenente.

Quando o documento relata sobre a solicitação de soltura de um militar, sem especificar o cargo e ou patente que exerce, deve lhe ser atribuído o termo “liberação de militar”. Já quando o documento trata sobre a solicitação de liberação de preso, mas não se deixa claro no conteúdo informacional que o referido preso refere-se a um militar, o documento deve ser anexado com o termo “liberação de preso”. Quando o documento evidencia a patente militar do preso, deve-se utilizar os termos específicos para o feito (liberação de tambor, liberação de soldado, liberação de tenente).

Outro exemplo refere-se a termos sobre o assunto prisão. Nesta perspectiva, foram estabelecidos os termos “Prisão”, “Prisão de Alferes”, “Prisão de militar”, “Prisão de Sargento”, “Prisão de Soldado”, “Prisão de Tambor”, “Prisão de Tenente”. Para os documentos que não evidenciaram que o prisioneiro tratava-se de um militar, o documento deve ser anexado com o termo “Prisão”, permitindo uma representação temática favorável a sua recuperação eficiente da informação, uma vez que tratam de assuntos específicos encontrado nos documentos.

Quando os documentos indicam que o prisioneiro trata-se de um militar, mas não especifica o cargo e/ou posto exercido, o documento será anexado com o termo “prisão de militar”. Entretanto, quando o documento consta ser prisioneiro, militar e informa o cargo e/ou posto que exerce, deve ser indexado diante deste fator (Prisão de Sargento, Prisão de Soldado, Prisão de Tambor, Prisão de Tenente).

Todavia, como os documentos foram descaracterizados de sua ordem lógica, o estabelecimento da relação de nível, não é uma tarefa fácil, haja vista que todos os 465 documentos do período colonial se encontram armazenados em 4 caixas, sendo estas identificadas apenas com o vínculo da instituição e outros componentes (FUNESC/ Arquivo Histórico/ Período Colonial/ Documentos Manuscritos/ Numeração da Caixa/ Ano correspondente a documentação), e tendo como subsídio as transcrições de uma parcela dos documentos.

Desta maneira, foram estabelecidos como níveis “Administração” (corresponde aos aspectos que competem a Administração Pública do período colonial), “Economia” (diz respeito aos assuntos econômicos da Província), “Habitação” (tem o enfoque habitacional seja ele rural ou urbano), “Meio Ambiente” (manifesta sobre degradação ao meio ambiente e demais assuntos que o permeiam) e “Segurança e Assuntos Militares” (termos que envolvem sobre a segurança e assuntos militares da Província).

A exemplo deste esboço de vocabulário controlado, está no nível Meio Ambiente no qual incorpora termos como “Contrabando Pau Brasil” (ver Anexo B), tendo o documento relatado sobre a investigação de possível contrabando de Pau Brasil com o objetivo de descobrir os cúmplices do ato criminoso. Devido à extensão do referido documento, podem ser constatado termos como “Solicitação de recruta” e “Publicação de Edital”, sendo o primeiro termo vinculado ao nível “Segurança e Assuntos Militares”, enquanto que o segundo destina-se ao nível “Administração”. A referida transcrição informa,

Recebi 5 de Vossa Senhoria, 4 com a data de 15 do corrente mês, e a outra de 16, com ellas e Mapa desta Cidade; que me foi sumamente agradável pela particular prefeição com que se aça executado e fico esperando pelo Mapa do mais perto da Capitania na conformidade da ordem, que Vossa senhoria dirigi sobre esta matéria. Também vejo o que me diz deter auxiliado o corte das Madeiras que sua Transcrição: Majestade me ordena remeta para o Arsenal Real e como o navio não deve aqui esperar, que ele chegue, deve Vossa Senhoria fazê-lo conduzir com a maior brevidade para se achar aqui pronto no tempo, em que for preciso. Espero que Vossa Senhoria vá continuando na averiguação respectiva ao contrabando de Pau Brasil, e que não omita diligência alguma que possa conduzir para o descobrimento dos cúmplices, que Vossa Senhoria logo me participará como também o nome do sujeito, que Vossa Senhoria me diz que é da Capitania do Rio Grande e foi arranchar nesta, onde fez e um grande corte de Pau Brasil. Vai a ordem, que Vossa senhoria diz não receber para remeter logo numa relação de todos os navios dessa Capitania e o mais que declara a mesma ordem, que ficou até o presente, estaria ainda muito mais tempo demora na sala deste Governo por culpa de um Cabo de Esquadra, que aqui vejo com cartas de Vossa Senhoria, cujo nome ignoro, que dizendo me vinha no dia seguinte buscar a resposta, nunca mais apareces, segundo agora me consta. Quando mandei pedir as listas a Vossa Senhoria para os recrutas era para saber agente que existia por alistar, para desta fazer os recrutas, por não desejar ser oneroso aos Povos mas desta nunca recebi algumas e na inteligência de que seriam, foi recomendado a Vossa Senhoria a remessa de gente para os recrutas, que justamente devia esperar, depois de Vossa Senhoria saber que eu tinha mandado um regimento para o Rio de Janeiro e estava encarregado de regular, e preencher outro. Depois que o regulei pareceu-me útil mandar publicar o edital que remeti a Vossa Senhoria para reduzir a assistência de suas casas e cultura das terras estes povos mas como Sua Majestade me mandou remeter para o Rio Grande de Janeiro recrutas proporcionadas a preencher a falta, (...) Regimento levou, e depois lhe acresces com os muitos, que tem (...) e desertado, foi preciso remeter agora duzentos e cinqüenta

recrutas cujo embarque presenciam e enviam da Fazenda. Se os chefes dos Governos e Capitães Mores não me remeterem os recrutas necessários será impossível poder ou executar como devo as ordens de Sua Majestade Nossa Senhora ainda não me dirigis (...) vinte e quatro recrutas dos quais desertaram nove. Nestes termos, ainda que o meu gosto era não falar a Vossa Senhoria mais em recrutas, sou precisado a fazê-lo porque fiquei com este regimento muito falto da gente, que agora remeterei e espero Vossa Senhoria como tão zeloso de Real Serviço realce mais nesta ocasião a distinta honra com que sempre nele se tem empregado, mandando-me o maior número que puder de moços solteiros não sendo filhos únicos de viúvas, nem de lavradores, que façam conhecida falta na cultura. Deus Guarde a Vossa Senhoria/ Recife, 23 de junho de 1775/ Jozé Cesar de Menezes/ Senhor Jerônimo de Melo e Castro/ Coronel Governador da Capitania da Paraíba.

Por este fim, a proposta do vocabulário controlado seguiu as postulações explanadas por Lancaster(2004), possibilitando o controle de sinônimos, a distinção dos homógrafos e o agrupamento dos termos cujos significados possuem uma relação direta, incorporando-os nos níveis estabelecidos.

Outro componente para a representação temática da informação é a elaboração de resumos, permitindo ao usuário uma leitura rápida sobre os assuntos que abordam no documento, verificando se lhe é conveniente ou não.

6.2.4 Resumos

O resumo foi elaborado através da extração de pontos-chave que possivelmente interessariam durante a pesquisa dos usuários, sendo delineado através destes pontos-chave um texto produzido pelo profissional da informação. Assim, os resumos dos documentos do período colonial não foram produzidos com base na extração de determinadas partes do documento e sim, através da interpretação de seu conteúdo informacional, produzindo condições para a síntese do assunto tratado.

A construção dos resumos teve como base a norma ABNT 6028 no qual trata sobre informação e documentação, no qual, dentre os pontos abarcados, está à extensão dos resumos, sendo destinados de 150 a 500 palavras os resumos de cunho acadêmico e técnico-científico, 100 a 250 palavras para resumos de artigos de periódicos e 50 a 100 palavras para os resumos de indicações breves, sendo delimitados para o resumo dos documentos do período colonial, os resumos com 50 a 100 palavras.

A razão para a escolha dos resumos de indicações breves, elaborados com 50 a 100 palavras, pois, os resumos de 100 a 250 palavras provêm de trabalhos científicos que são

construídos com quantidade de 7 a 20 páginas. Nesse sentido, os documentos analisados, constituem em conteúdo informacional preenchendo no máximo uma folha e que, por este motivo, não produz conteúdo suficiente para a utilização de resumos com a média de 100 a 250 palavras.

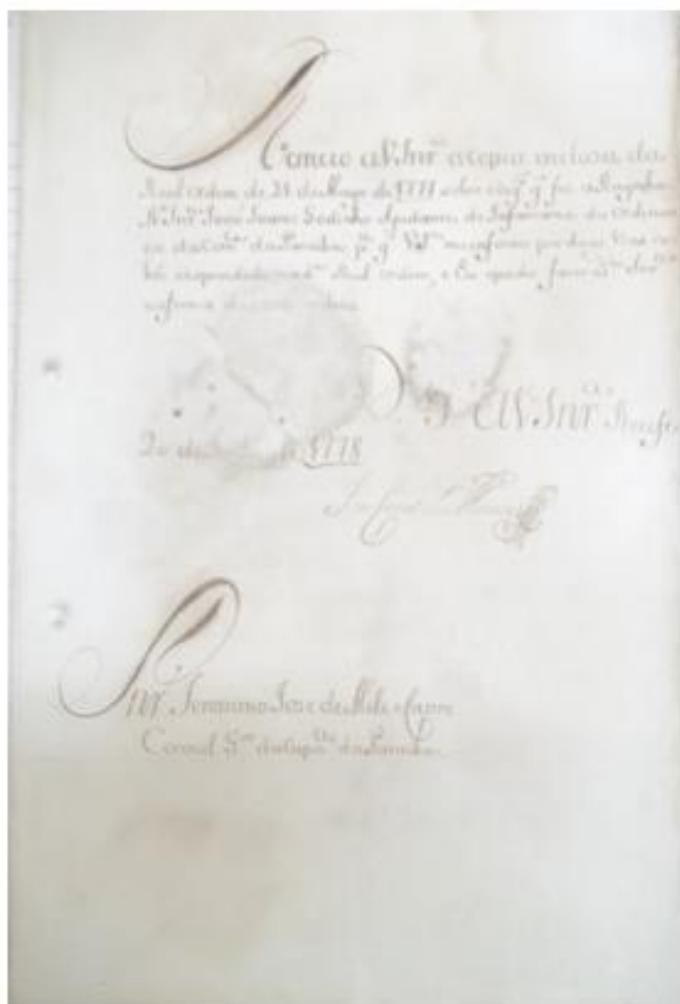
A não utilização do resumo tipo sumário se deu, pois o resumo deve proporcionar uma leitura rápida e convencional do documento tratado, sendo o resumo através da síntese do conteúdo informacional ou através da extração de determinadas áreas do documento, os mais utilizados. A construção de resumos com base na extração, não foi utilizada, pois devido à análise realizada foi possível constatar que em um mesmo documento pode abordar temas diferentes, podendo a extração produzir uma incoerência. O exemplo disso encontra-se no Anexo B, no qual é explicitado temas como corte de madeiras, investigação de contrabando de Pau Brasil, solicitação de recrutas, dentre outros (ver transcrição).

Portanto, a construção de resumo com base na extração, normalmente é utilizada quando o decurso do texto possui uma lógica linear e trata sobre um mesmo assunto, ou sobre temas relacionados que permitem a extração de partes do texto sem provocar danos lógicos a compreensão do texto original.

Ressalva-se ainda que, nem todos os documentos analisados possuem resumo, pois o conteúdo informacional encontrado no documento original do período colonial já se configurava em escala reduzida não necessitando, ou facultando, a elaboração do resumo, como fica evidente na **Figura 8**:

Figura 8 - Documento que facilita a elaboração de resumo.

Remeto a Vossa Senhoria cópia inclusa da Real ordem de 21 de Maio de 1777 sobre o regimento que fez a rainha N. Senhora. João soares Gondinho ajudante de Infantaria da ordenança da Comarca da Paraíba, para que V.S^a. me informe por duas vias sobre o expedido na dita real ordem, e Eu poder fazer à dita Senhora na forma das suas Ordens. Deus Guarde a Vossa Senhoria, Recife 20 de junho de 1778. Jozé Cesar de Menezes. Senhor Jerônimo Jozé de Melo e Castro. Coronel Governador da Capitania da Paraíba



Fonte: Documentação do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Nesses casos, alguns dos componentes que seriam evidenciados no ato da produção dos resumos, estarão expostos nos campos representativos do padrão de metadados delimitado (data cronológica, autor do documento). Posto isto, reforça-se a necessidade de se incorporar o vocabulário controlados e demais componentes que regulem as atividades de tratamento das informações do Arquivo Histórico.

Nos demais documentos, ficaram evidentes a contribuição dos resumos, uma vez dada à extensão e complexidade informacional, permitindo a explanação da informação encontrada no documento original de forma rápida e prática para os usuários. Um exemplo das contribuições alcançadas na elaboração dos resumos está no Anexo A, no qual o documento informa sobre um preso ao Governador da Província da Paraíba, solicitando a sua liberdade devido o mesmo não ter tocado a Alvorada por esquecimento e advertindo-o a nunca mais esquecer, tendo como transcrição:

Seja solto por esperar, que não caíra em outra falta. Paraíba 14 de maio de 1804. Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Governador. Diz João Vidal Tambor do Regimento de pardos que ele suplicante se acha preso na Guarda Principal pela culpa de não tocar Alvorada por esquecimento que teve. Vossa Senhoria pela vida saúde da Ilustríssima Senhora Dona Theocádia por vida saída da Ilustríssima Senhora Dona Maria Antônia que o mande soltar ficando o suplicante advertido para nunca mais tornar cair noutra falta e assim pede e roga aos benignos pés de Vossa Excelência que atendendo a miséria em que se acha o suplicante o mande soltar por tanto. Pede a Vossa Excelência seja servido o mandar soltar na como requeri. E Receberá Mercê.

Por conseguinte, resumo é um componente representativo diferente dos metadados, haja vista que enquanto o primeiro traduz sinteticamente as informações de um documento original em texto corrido, os metadados representam pontuando as informações do documento em campos, de acordo com os três tipos de metadados (descritivos, estruturais e administrativos). Os resumos e os termos indexadores devem estar atrelados à variedade de perfis de seus usuários. Assim sendo, faz-se presente a utilização de resumos com linguagem clara, objetiva e que por este motivo delimita-se o resumo informativo como sendo a tradução adequada para este estudo.

A delimitação deste tipo de resumo se justifica uma vez que o resumo indicativo apenas retrata informações abrangentes condizentes com o texto e, nesse sentido, não dispensa de forma alguma a leitura do original. Apesar de evidenciar que nenhum resumo pode ser tratado em completude, no caso especial do resumo indicativo, a amplitude das informações é dada de forma sintética mesmo se comparada com o resumo do tipo informativo.

O resumo crítico é dispensável no Arquivo Histórico, pois o objetivo do resumo não é formar opinião e nem muito menos direcioná-los a uma, mas sim possibilitar que os usuários não sejam manipulados e que os resumos sejam elaborados e disponibilizados a ponto de serem admitidos na forma mais neutra e imparcial possível. Os resumos informativos produziram o efeito desejado haja vista na explanação dos dados relevantes contidos no documento original, trazendo à tona os fatos como lhe foram evidenciados no original.

Apesar disso, fica evidente que independentemente do resumo a serem determinados, não estão passíveis do ponto de vista daqueles que o constituiu, pois o ser humano é movido a sentimentos e inquietações. Entretanto, o profissional destinado a elaborar os resumos deve esta a par de suas responsabilidades laborais para com o arquivo e com os seus usuários. O resumo modular, não foi selecionado para esta investigação, pois, como foi constatado outrora, o resumo modular se configura na produção de resumo com componentes do resumo

indicativo, informativo e crítico e que por esse motivo não se enquadra, a princípio, nesta investigação.

O profissional da informação deve verificar o grau de interesse dos usuários, e quais assuntos lhe são convenientes como forma de contribuir na indexação e nos resumos. Como o Arquivo Histórico Waldemar Duarte atende diferentes tipos de perfis de usuários, aconselha-se para a construção da indexação e do resumo elementos que possibilitem uma maior abrangência e simplicidade linguística.

Assim sendo, para a elaboração dos resumos especificamente não sugere a produção com linguagem rebuscada a ponto de causar confusão quanto à compreensão do documento. A preparação dos resumos deve fazer uso de palavras aplicadas ao dia a dia dos usuários, favorecendo para a compreensão do assunto tratado no documento. Apesar disso, deve-se reduzir ou até mesmo anular a utilização de palavras ou expressões que configuram em uma dada localidade regional, podendo diminuir a compreensão do conteúdo a um usuário pertencente à outra região.

Já no segundo caso, levam-se em consideração as políticas referentes especificamente as com as condições de acesso do acervo. Nesse viés, estabelece as condutas que respeite a salvaguarda dos documentos e sua reprodução, assim como, o público no qual é destinado a consulta. O vocabulário controlado deve ser construído de modo a possibilitar que qualquer usuário, independentemente de sua formação ou experiência, seja possível compreender as informações contidas no vocabulário. Ressaltamos que o vocabulário delineado nesta pesquisa se enquadra apenas nos documentos determinados no período Colonial, uma vez dada a diversidade de espécies e tipologias documentais encontrada no arquivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a informação é um dos insumos que possibilitam o desenvolvimento das sociedades, nada mais conveniente que dar-lhe o devido tratamento, principalmente na representação da informação. Nesse insumo, diante dos novos mecanismos representativos, através das contribuições estabelecidas com o uso dos computadores, a informação e os documentos estão disponíveis via *Web*, ou em rede, podendo ser acessados simultaneamente pelos usuários.

Nesse caso, compete ao profissional da informação estar ciente das tecnologias disponíveis, capazes de produzir efeitos favoráveis às suas atividades laborais nos arquivos e demais ambientes de informação. Concomitantemente, buscou-se a discussão sobre a potencial utilização de componentes digitais para a informatização e representação do acervo arquivístico do Arquivo Histórico Waldemar Duarte.

Dentre as funções do profissional de arquivo estão a de difusor e preservador da informação, cabendo a ele produzir condições que viabilize o acesso dos documentos e demais conteúdos informacionais sem negligenciar a conservação dos mesmos, por mais que o suporte informacional esteja em condições que requerem um cuidado maior, como é o caso de alguns documentos encontrados no Arquivo Histórico. Os arquivos devem produzir condições que possibilitem o acesso à informação, seja através da reprodução e disponibilização de cópias para o acesso dos pesquisadores, ou através de medidas educativas para manipular adequadamente os documentos sem prejudicá-los.

As tecnologias, não apenas auxiliam na otimização dos trabalhos dos profissionais da informação e viabiliza a informação em meio eletrônico para os usuários, mas também permite o constante desenvolvimento das ciências Arquivísticas e da Informação, permitindo a consolidação de determinadas atividades e desmistificando ou renovando tantas outras. Todavia, atenta-se para obsolescência de sistemas, bases de dados e demais componentes cada vez mais acelerado. Nesses casos, o profissional da informação também deve ater-se na criação e utilização de elementos que favoreçam renovações e que estejam de acordo com normas internacionais e nacionais.

Quando a representação da informação, não segue mecanismos reguladores que estejam em consonância com o perfil de usuários atendidos pela instituição, assim como o regulamento da instituição mantenedora do acervo, corre o risco na perda informacional,

dificuldade em recuperação da informação desejada ou fragilidade quanto à integridade informacional dos documentos.

No que convém à colaboração para a representação descritiva da informação, este trabalho enfatiza na necessidade dos poderes públicos, e no caso do Arquivo Histórico representado pelo gestor responsável, assim como aos representantes da FUNESC, do qual o Arquivo Histórico é vinculado, produzindo iniciativas para a disseminação de seu acervo no ambiente *Web* com o auxílio dos metadados para a representação. Essa discussão envolvendo a disseminação do acervo do Arquivo Histórico em ambiente *Web* se faz plausível, uma vez que jovens e adultos fazem uso da Internet e dispositivos eletrônicos para disseminar e recuperar as informações em poucos cliques, quando há a eficiência da representação informacional.

Apesar da disponibilização do acervo em ambiente *Web* não é garantido, a preservação do documento original e nem pode ser admitido como uma substituição à pesquisa *in loco*. Espera-se que, uma vez exposto na *Web*, seu acesso esteja facilitado, contribuindo para a inserção de pesquisas, inclusive na curiosidade de visitas de instituições representadas pelos seus colaboradores, professores e pesquisadores ao próprio arquivo.

Mas para a averiguação da procedência desses documentos, principalmente sobre os documentos do período colonial, requer um árduo trabalho contando com o apoio de profissionais de diversas áreas (arquivistas, historiadores, etc.,) com vista em projetar resultados significados, apesar do risco da produção de resultados inconclusivos. Todavia, apesar da divergência entre os princípios arquivísticos e a realidade constatada no Arquivo Histórico, a salvaguarda dos documentos e sua disponibilização deve ser preservada e é nesse pensamento em que esta pesquisa se fundamenta na definição de um padrão de metadados para a documentação do período colonial, na qual possui atualmente o Arquivo Histórico como fundo mantenedor.

Em relação à Ciência da Informação, esta investigação se torna válida como forma de colocar em pauta as contribuições que tal ciência favorece para a construção de um conjunto de atividades ideais a serem realizadas desde a produção documental até seu destino final, e a realidade encontrada em arquivos que não apresentam profissionais da área atuante. Destarte que, embora não haja um profissional arquivístico no arquivo, é percebida a eficácia do atendimento para com o usuário embora enfatize para a colaboração para que tal atendimento se dê eficientemente.

Nesse sentido, por mais que existam metadados arquivísticos com a descrição que comporta um maior número de componentes descritivos, o que se encontra no Arquivo

Histórico atualmente, é a falta de informações condizentes ao estabelecimento das relações entre os fundos, as séries. Apesar dessa realidade não ser unicamente de instituições de cunho público, no que diz respeito ao tratamento adequado do acervo, é imprescindível a colaboração e a intervenção dos arquivistas no ambiente do arquivo uma vez dada sua formação específica contribuindo para questões que permeiam desde a produção documental até sua destinação final.

Durante a observação, pode-se perceber que os usuários do arquivo, apresentam certa familiaridade nesse tipo de conteúdo informacional, haja vista que já sabem quais documentos lhe interessam, qual o período histórico e quais os locais em que as informações estão dispostas (jornais, diários oficiais, ofícios, etc.). Por este fim, os metadados estabelecidos para o padrão EAD tiveram como base, informações condizentes ao tema tratado, aos componentes expostos no documento (idioma, por exemplo), assim como informações de aquisição de documentos, condições de uso, que são relevantes para os pesquisadores do Arquivo Histórico e que também interferem na forma de se portar perante o documento.

Para pesquisas futuras faz-se necessário uma análise mais aprofundada sobre a documentação armazenada no Arquivo Histórico, objetivando a criação de relações lógicas ao acervo, uma vez dada à variedade de gêneros, espécies e tipologias documentais, bem como dos assuntos apresentados no conteúdo documental, necessitando o confronto de informações contidos neles, os relatos de historiadores e demais especialistas da área. Portanto, ressalva-se a importância de uma análise crítica aprofundada dos mais variados profissionais com vista em disseminar a informação presente no Arquivo Histórico Waldemar Duarte e fortificar os laços administrativos e históricos de seu acervo para com a sociedade paraibana.

Outro ponto, a ser estudo será o comportamento dos usuários com o objetivo em verificar se os dados apresentados nessa pesquisa corroboram com as informações evidenciadas pelos sujeitos ou se será necessário a adequação desses dados para a realidade evidenciada. A delimitação do padrão de metadados arquivístico se deu devido à amplitude de componentes descritores apresentados pelos padrões arquivísticos e pela possibilidade em adequar os demais campos descritores, que por ventura venham a ser inseridas nas atividades laborais do arquivo. Como exposto na proposta, os metadados encontrados no padrão Dublin Core é apresentado nos demais padrões arquivísticos.

Apesar do estudo focar na análise documentária e na observação para a definição do padrão de metadados da documentação do período colonial, percebeu-se que a disponibilização dos documentos e sua representação via *Web*, permitirá a visualização de

informações que antes só eram possíveis através da leitura dos documentos originais ou de suas respectivas transcrições produzindo, portanto, outro subsídio para a consulta.

É imprescindível destacar a necessidade de um diálogo entre profissionais de outras áreas (tecnologia da informação, preservação e conservação documental) como forma de estabelecer diretrizes para a fotografia dos documentos sem causar-lhes danos, e qual o melhor banco de dados e linguagem de programação a serem utilizadas para a representação descritiva (o padrão EAD utiliza SGML, XML, dentre outras).

Aos colaboradores do arquivo, é destinada a realização do intermédio entre as medidas delineadas pelos profissionais tecnologia e preservação e conservação, com vista em verificar a melhor forma de dispor, acondicionar, representar e preservar os documentos para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários.

O arquivo ainda encontra-se em reforma, com vista em dar uma estrutura adequada para os pesquisadores que lá visitam, para seus funcionários e para a documentação ali armazenada. Assim, faz-se necessário a utilização de instrumentos que atentem para auxiliar nas futuras intervenções do arquivo, através da definição de um padrão de metadados para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte contribuindo para a representação dos documentos do período colonial brasileiro, podendo ser expandido para a documentação dos demais períodos históricos, independente do suporte o qual esteja vinculado, dos gêneros, espécies e tipologias documentais.

O Arquivo Histórico Waldemar Duarte não segue os princípios, nem muito menos atividades estabelecidas pela Arquivologia para o tratamento de seu acervo. Portanto, uma investigação aprofundada sobre a proveniência da documentação armazenada no arquivo favorece para a relação desses documentos, bem como a associação com outros documentos provenientes do mesmo decurso administrativo, ou seja, do mesmo fundo.

Verificou-se também que o Arquivo Histórico não segue padrões para a representação informacional em seus documentos, indo, portanto, de acordo com o bom senso daqueles que estão à frente do arquivo. No que envolve ao bom senso, percebe-se que o mesmo está inserido no contexto do que os colaboradores e gestores entendem sobre a organização de arquivo, já que o arquivo não conta com o apoio efetivo de profissionais de arquivo, recebendo coparticipação destes, quando há a necessidade de intervenções especializada.

Diante do exposto, verifica-se que há a necessidade do Arquivo Histórico em implementar as propostas tratadas no presente trabalho, pontuados resumidamente: Disponibilização dos documentos via *Web*; Diminuição quanto à manipulação dos documentos do período colonial; Representação descritiva da informação a partir do padrão

de metadados EAD; Indexação manual com base na atribuição de três termos que possibilitam a especificidade e precisão; Criação da política de indexação a partir de informações sobre o acervo arquivístico, usuário e procedimentos a serem adotados para a indexação; A utilização do vocabulário controlado delimitando 140 termos incorporados em 5 níveis (Administração, Economia, Habitação, Meio Ambiente, Segurança e Assuntos Militares) para a representação dos 78 documentos analisados; A construção de resumos informativos com a utilização de 50 a 100 palavras.

Frente a isto, a funcionalidade eficiente da representação informacional, vem a proporcionar aos freqüentadores do Arquivo Histórico Waldemar Duarte um acesso amplo, irrestrito e autônomo as informações contidas nos documentos do período colonial, destinando o tempo dos funcionários na elaboração e aplicação de outras atividades de cunho arquivístico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, Espírito Santo**, v. 6, n. 3, p. 569-590, 2008. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/-6308/PS0308_13.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2014.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero; ANDRADE, Ricardo Sodré. Preservação digital e os profissionais da informação. **DataGramZero:Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.5, 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out06/Art_05.htm>. Acesso em: 04 mar. 2014.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR12676**: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **NBR 6028**: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. As novas tecnologias de informação e geração do conhecimento. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 11-17, jan./jun. 1998.

BELLOTTO, Heloísa Libaralli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/ Liveos, 2008.

BEZERRA, Fabíola Maria Pereira. A representação temática nos Sistemas de Informação: um estudo comparativo entre biblioteca e supermercado. **Páginas a&b. Arquivos & Bibliotecas**, Portugal, 2007.

BORKO, H. Information Science: What Is It? **American Documentation**, v. 19, n. 1, 1968.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 84-88, 1995. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/241>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS- CONARQ. e-ARQ Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2011.

_____.**ISAD (G):** Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

_____.**NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 06 out. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Padrão de metadados do Governo eletrônico:** e-PMG. 2010.

CABRAL, Maria Luísa. Memória, Patrimônio e Identidade: a responsabilidade das bibliotecas. **Páginas a&b. Arquivos & Bibliotecas**, Portugal, n. 3, 2009.

CAPURRO, Rafael ; HJØRLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 12, n.1, p. 148-207, jan/abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede;** a era da informação: economia, sociedade e cultura, volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística arquivologia:**arquivística = técnica, arquivologia = ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

_____. **Arquivos: físicos e digitais.** Brasília: Thesaurus, 2007.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Lisboa: Quarteto, 2001. 65p.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168, set. 1985.

CHU, Heting. **Information Representation and Retrieval in the Digital Age.** New Jersey: ASIS& T, 2007.

CINTRA, Ana Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias.** 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

CRIPPA, Giulia. O Patrimônio Cultural: a cidade como documento. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da Informação e Documentação.** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2011.

DUBLIN COREMETADATA INITIATIVE. Disponível em: <http://dublincore.org>.

Acesso em: 02. dez. 2013.

EAD. ENCODED ARCHIVAL DESCRIPTION. Disponível em:
<http://www.loc.gov/ead/>. Acesso em: 23 mar. 2014.

FEIJÓ, Virgílio de Mello. **Documentação e arquivos.** Porto Alegre: Sagra, 1988.

FOUREZ, Gérard. **A Construção das ciências:** introdução à filosofia e à ética das ciências. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva. Alfabetização Digital: Problematização do Conceito e Possíveis Relações com a Pedagogia e com Aprendizagem Inicial do Sistema de Escrita. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). **Letramento Digital:** Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 2.ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2007.

FREIRE, G. H.; FREIRE, I. M. **Introdução à ciência da informação.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FURGERI, Sergio. **Representação da Informação e do Conhecimento:** estudos das diferentes abordagens entre a ciência da informação e a ciência da computação. 159 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de Indexação para Representação e Recuperação da Informação. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **Política de Indexação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012a.

_____. Elaboração e Avaliação da Política de Indexação na Formação Inicial do Indexador. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **Política de Indexação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012b.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polzinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em ciência da informação,** Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 48-66, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a05.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. 7^a reimpressão- São Paulo: Atlas, 2006.

GILS. Government Information Locator Service. **Table of contents.** Disponível em:<<http://www.archives.gov/records-mgmt/policy/gils.html>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

GOLDENBERG, Mírian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLAND, George Adam. A. Information Science: an interdisciplinar effort? **Journal of Documentation**, v.64, n.1, p.7-23, 2008.

KOBASHI, Nair Yumiko; FERNANDES, Joliza Chagas. Pragmática lingüística e organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: PPGCI/UFPB, 2009.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri- Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** 2. ed. ver. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEGOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LEIVA, Isidoro Gil. Aspectos Conceituais da Indexação. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **Política de Indexação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. **Análise do padrão brasileiro de metadados de teses e dissertações segundo o modelo entidade-relacionamento.** Tese (doutorado em Ciência da Informação), UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2005.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno.** 3. ed. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofeletti; TÁLAMO, Mariade Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos.** João Pessoa, v.21, n.1 p. 27- 35, jan.-abri. 2011. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010197&dd1=0f145>. Acesso em: 06 out. 2014

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Heitor Romero et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** Campo Grande: UCDB, 2006.

MATTOS, Alessandro Nicoli de. **Informação é prata, compreensão é ouro** - um guia para todos sobre como produzir e consumir informação na Era da Compreensão. [S.l.: s. n.], 2010.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MCKEMMISH, Sue; CUNNINGHAMK, Adrian; PARER, Dagmar. **Metadata Mania.** 1998. Disponível em:
<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/recordkeepingmetadata-a-sm01.html>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte:** O desafio da Pesquisa Social. In: _____ (Org.). Pesquisa Social: teoria, Método e Criatividade. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2004.

MOREIRA, Vivian Lemes; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Wikileaks: arquivos e documentos, discursos e(m) rede. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da Informação e Documentação.** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2011.

MOSTAFA, Solange Puntel. A Documentalidade como Conceito Filosófico. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da Informação e Documentação.** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2011.

NARUKAWA, Cristina Miyuki; SALES, Rodrigo. A Relevância e Influência de Linguagens Documentárias na Política de Tratamento da Informação. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **Política de Indexação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

NATIONAL ARCHIVES. **The Government Information Locator Service(GILS).** Disponível em: <<http://www.archives.gov/records-mgmt/policy/gils.html>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

NISO.National Information Standars Organization. **UnderstandingMetadata.** Disponível em: <<http://www.niso.org/publications/press/UnderstandingMetadata.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

NOVELLINO, MaríaSalet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2 p. 37-45, jul./dez. 1996.

_____. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.3, n.2, p.137-146, jul./dez.

1998. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/602/371>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

OLIVEIRA, Bernardina M .J.F.; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueología social. In: FREHINE, I.; SEVERO, I. (Orgs.). **Cultura popular: nas teias da memoria**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 27-51.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópoles, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. In: ACHARD, Pierre (et.al.) **Papel da Memória**. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PINHEIRO, Lêna Vania Ribeiro. Processo Evolutivo e Tendências Contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 15, n. 1, 2005.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RUBI, Milena Polsinelli. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

_____. Política de Indexação. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **Política de Indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012a.

_____. Proposta para Implantação de Política de Indexação em Bibliotecas. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **Política de Indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012b.

RUBI, Milena Polsinelli; Fujita, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Elaboração do Manual de Política de Indexação na Formação Continuada do Catalogador. In: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti. **Política de Indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de pesquisa**. Tradução de Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira; revisão técnica e adaptação Ana Gracinda Queluz Garcia, Paulo Heraldo Costa do Valle. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes. Análise sobre o desenvolvimento do campo de estudo em informação científica e técnica nos Estados Unidos e na antiga União Soviética durante a guerra fria (1945-1991). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 130-157, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/217>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARAIVA, Alexsandro Macêdo. Cognição e categorização: uma revisão teórica. In: MACEDO, Ana Cristina Pelosi de; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes; FARIA, Emília Maria Peixoto (Org.). **Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos**. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

SCHELLENBERG, Theodore R.. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Daniela Lucas da; SOUZA, Renato Rocha. Representação de Documentos Multimídia: dos Metadados às Anotações Semânticas. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013), Florianópolis, 2013.

SIMÕES, José Ferreira. **Língua Portuguesa Aplicada à Leitura e à Produção de Textos**. Brasília: Academia Taguatinguense de Letras – ATL, 2007.

SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira, SILVA, José Fernando Modesto da. Metadados: o fio de Ariadne ou a coragem de Teseu? **Bibliotecas Universitárias**, vol. 1, n. 1. 2011. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/rbu/index.php/localhost/article/viewFile/35/15>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

SIQUEIRA, Jessica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.52-66, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

SMIT, Johanna Wilhalmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SOCIEDADE AMERICANA DOS ARQUIVISTAS. **Encoded Archival Description Working Group**, Library of Congress. Network Development, and MARC Standards Office. Encoded Archival Description Tag Library, Versão 2002. Sociedade Americana dos Arquivistas, 2002.

SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurimar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ci. Inf.** Brasília, v.29, n.1, Jan/Abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000100010&script=sci_arttext&tlang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2014.

THIESEN, Icleia. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1 set. 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VAN SLYPE Georges. **Los Lenguajes de Indezación:** concepción, construcción Y utilización en los sistemas documentales. Madrid, Salamanca; Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1991.

VELOSO, Renato. **Tecnologia da informação e da comunicação:** desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2011.

VIEIRA, Sônia; HOSSNE, William Saad. **Metodologia científica para área de saúde.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. 12^a reimpressão.

ANEXOS

ANEXO A

Documento 1 Analisado

Seja sobre o sup^e ficando entendido de se abster clama 1700^{ma}^{mo}
 Consulta que me conta ter tido, para não ser mais apertado
 Cartigado Paraíba 5 de Setembro del 1803.


Dor Manoel Carneiro da Rosa, pelo aordem de H^a
 Es^o aquator^e dias nacadea desta Cidade, que elle seacha
 gravem^e enfermo, nacadeia nao tem comodo para tra-
 tar doceo curativo, nem quem huir assistir, eadoministras
 o que lhe ha preciso por ser lugaz improprio. Pe lo que
 suplica a S^o E^o pelo amor de Deo sequira compade-
 ses dhum pobre doente, reaudo, ipreio em huma p^e
 quina nacion, aonde nao ha comodidade para o a-
 ranjamento dos que estao com saude, quanto mais pa-
 ra os que estao doentes, mandando o voltas daprizaõ em
 que seacha para remir asua vida.

P a g. 2º do dia servido assim o desfe-
 rir.
 A Sinc^e desvente My^r fo Salta a S^o P^o 5 de
Maio
 Ignacio de la Torre
 e a corrente sua R. M.

ANEXO B

Documento 2 Analisado

Recibido o dia 15 de Junho com data de 15 de Junho
 de Nossa senhora de 16, em Rio de Janeiro della Cidade que nos fizeram
 mamente Agradavel pela proua das provas que se acha contida no
 que Esperando pelo Mapa de mais este de Capitânia na Conformidade
 da Ordem que allei trago sobre Esta materia.

Sabem visto que me da deles auxilio e forta
 Madias que o M^r o D^r o Senhor D^r o Presidente Real
 me o M^r o D^r o que deve ser o P^r o Jazelo
 dizer com a maior brevidade para deitar aqui prompto no tempo
 por prestar.

Espero que V^r o D^r o mandado na de engajar
 repetir as Contentadas de São Brazil, que nas ombras diligencia
 quanto que possa conduzir para o enobramento do Comércio que o S^r
 o D^r o me reportou para com o nome do Augusto, que o S^r o mandou que o
 fizesse de São grande se fosse amanhecer Nesse, onde fez com grande fôr
 São Brazil.

Diz a ordem que o S^r o D^r o não deubes para
 meter logo huma Relação debidas os Navios dessa Capitânia como
 que deixara a mesma Ordem, que fui ate apresentar, & fôrme dada
 o mais tempo demorada na diligente Governo por Calpa de Cada Cabo
 Equador, que aquê oço com Coroa de Ouro no mesmo porto, que descreve
 vento de dia seguinte das 10 horas a 12 horas, nem um sôlo dia que
 Corria.

Faz a Mandado pedir as Listas al^r o pôr ante
 ellos em pum saber a gente que exerce o governo para desfazer as
 Relações por non desfer serventos aos Povos mas destes non ha
 nenhys encertidumas de que vêm, fôr levantado o S^r o D^r o D^r
 Presidente para as Relações que pôr dentro devia oportuno dizer
 saber que Cuadra mandado com Regimento quando saiu de Almeida

Obras Cuaregado de Segular, apreender d'istro.

Déspois que o Regulee pôneio-me ultil Mandaçar
publicar o Edital que identifico illo^o para Reduzir a desordem das fuzas
e Cultura das terras ester Povos, mais como o Mag. me Mandaçar
ordenou o Rio de Janeiro Reduzidas proporcionadas apreender a falka
do Regimento devo, e despois de arreves com os Nautos que dem Mor
dezerido fui prezioso Remeter agora dizeras, e dñasentha Recelu
que Embalque prezencou o Contrário da Sazenda.

Seus Desejos dos Governos e Capitãezinhos Mo
y nome demeterem as Reculadas fuzas, e o que puder Cu
rigar com devo o Mag. e o I. ainda nam me dirigio Se
unho vinte e quatro Reculadas, das quais dezertaram nove.

Nestes termos, ainda que o meu gosto era não
falar a V. S. mais em Reculadas, sou preciso a fazelo, porque se quei Com
este Regimento muito falso de gente que agiu delle lhe ei, e Espero q
essa com Lando deles de Reculados, e alle mai nestas coisas adi
tante contra Com que sempre delle de bem Empregado, Mandando-me o
maior numero, que puder de Nautos, e Reculadas, nam fendo fustos uni
os de Diwas, nem de Alvoradores, que fues Concedida falka na Cul
tura das terras.

M. G. a 21. R. 22 de Junho
dell' 1712.

Sou seu de Menezes

Por Jerônimo José de Melo e Castro
Governo da Capitania da Pousada.

ANEXO C

Transcrição, resumo e termos indexadores- Documento 1

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Seja solto o suplicante ficando entendido de se abster da má conduta que me consta terido, para não ser mais esperamente castigado. Paraíba 5 de setembro de 1803

Diz Manoel Carneiro da Rocha, preso a ordem de Vossa excelênci a quatorze dias na cadeia desta cidade que ele se acha gravemente enfermo, e na cadeia não tem cômodo para tratar do seu curamento, e nem quem lhe vá assistir, e administrar o que lhe é preciso por ser lugar impróprio pelo que suplica a Vossa Excelênci a amor de Deus se queira compadecer de um pobre doente vechado e preso em uma pequena enxovia, aonde não há comodidade para o arrajamento dos que estão com saúde quanto mais para os que estão doentes, mandando-o soltar da prisão em que se acha para remir a sua vida.

Para vossa excelênci seja servido assim o deferir.

A cinco do corrente aqui foi solto o suplicante.

Paraíba 5 de setembro de 1803

E receberá Mercê

Ignácio Ferreira de Albuquerque

O carcereiro atual

Resumo: Correspondência datada de 5 de setembro de 1803, escrita por Ignácio de Albuquerque, carcereiro, informando ao Governador da Paraíba que o senhor Manoel Carneiro da Rocha permaneceu quatorze dias preso e que por se encontrar enfermo, e pelo fato da cadeia não dar condições para a sua cura, solicita ao Governador da Paraíba sua liberdade.

Termos: Prisão, preso enfermo, libertação de preso

ANEXO D

Transcrição, resumo e termos indexadores- Documento 2

Recebi 5 de Vossa Senhoria, 4 com a data de 15 do corrente mês, e a outra de 16, com ellas e Mapa desta Cidade; que me foi sumamente agradável pela particular prefeição com que se aça executado e fico esperando pelo Mapa do mais perto da Capitania na conformidade da ordem, que Vossa senhoria dirigi sobre esta matéria.

Também vejo o que me diz deter auxiliado o corte das Madeiras que sua Majestade me ordena remeta para o Arsenal Real e como o navio não deve aqui esperar, que ele chegue, deve Vossa Senhoria fazê-lo conduzir com a maior brevidade para se achar aqui pronto no tempo, em que for preciso.

Espero que Vossa Senhoria vá continuando na averiguação respectiva ao contrabando de Pau Brasil, e que não omita diligência alguma que possa conduzir para o descobrimento dos cúmplices, que Vossa Senhoria logo me participará como também o nome do sujeito, que Vossa Senhoria me diz que é da Capitania do Rio Grande e foi arranchar nesta, onde fez e um grande corte de Pau Brasil.

Vai a ordem, que Vossa senhoria diz não receber para remeter logo numa relação de todos os navios dessa Capitania e o mais que declara a mesma ordem, que ficou até o presente, estaria ainda muito mais tempo demora na sala deste Governo por culpa de um Cabo de Esquadra, que aqui vejo com cartas de Vossa Senhoria, cujo nome ignoro, que dizendo me vinha no dia seguinte buscar a resposta, nunca mais apareces, segundo agora me consta.

Quando mandei pedir as listas a Vossa Senhoria para os recrutas era para saber agente que existia por alistar, para desta fazer os recrutas, por não desejar ser oneroso aos Povos mas desta nunca recebi algumas e na inteligência de que seriam, foi recomendado a Vossa Senhoria a remessa de gente para os recrutas, que justamente devia esperar, depois de Vossa Senhoria saber que eu tinha mandado um regimento para o Rio de Janeiro e estava encarregado de regular, e preencher outro.

Depois que o regulei pareceu-me útil mandar publicar o edital que remeti a Vossa Senhoria para reduzir a assistência de suas casas e cultura das terras estes povos mas como Sua Majestade me mandou remeter para o Rio Grande de Janeiro recrutas proporcionadas a preencher a falta, (...) Regimento levou, e depois lhe acresceu com os muitos, que tem (...) e desertado, foi preciso remeter agora duzentos e cincoenta recrutas cujo embarque presenciam e enviam da Fazenda.

Se os chefes dos Governos e Capitães Mores não me remeterem os recrutas necessários será impossível poder ou executar como devo as ordens de Sua Majestade Nossa Senhora ainda não me diriges (...) vinte e quatro recrutas dos quais desertaram nove.

Nestes termos, ainda que o meu gosto era não falar a Vossa Senhoria mais em recrutas, sou precisado a fazê-lo porque fiquei com este regimento muito falso da gente, que agora remeterei e espero Vossa Senhoria como tão zeloso de Real Serviço realce mais nesta ocasião a distinta honra com que sempre nele se tem empregado, mandando-me o maior número que puder de moços solteiros não sendo filhos únicos de viúvas, nem de lavradores, que façam conhecida falta na cultura.

Deus Guarde a Vossa Senhoria

Recife, 23 de junho de 1775

Jozé Cesar de Menezes

Senhor Jerônimo de Melo e Castro

Coronel Governador da Capitania da Paraíba

Resumo: Carta do Governador da Capitania de Pernambuco, Jozé Cesar de Menezes datada, de 23 de junho de 1775 ao Sr. Jozé Jerônimo de Melo e Castro, Governador da Capitania da Paraíba, comunicando o recebimento de 5 cartas com Mor e mapa desta cidade, também ter auxiliado o corte das madeiras que sua Majestade ordena remeta para o Arsenal Real continuar na averiguação ao contrabando de Pau Brasil e que omita diligência que possa conduzir para o descobrimento dos cúmplices, também o nome do sujeito que é da Capitania do Rio Grande que fez um grande corte de Pau Brasil. Recomendando a remessa de gente para os recrutas e que tinha mandado um regimento para o Rio de Janeiro. Pede ainda que mande o maior número possível de moços para suprir a falta dos outros

Termos: Contrabando Pau Brasil, solicitação de recruta, publicação de edital